

**festival
da mulher
afro
latino
americana
e caribenha**



FICHA TÉCNICA

Organização e edição

Jaqueline Fernandes
Paula Balduino
Sabrina Faria

Fotografia

Priscila Brito
Chaia Dechen
Tico Fonseca

Transcrição

Vany Campos – Degradigi

Revisão

Cindy Nagel

Design da capa, projeto gráfico e editoração eletrônica

Marina Rocha

Logomarca Festival da Mulher Afro-latino-americana e Caribenha

André Valente

Produção

Griô Produções
Fórum de Mulheres
Negras do Distrito Federal

Festival da Mulher Afro-latino-americana e Caribenha (3. : 2010 : Brasília, DF). Latinidades / organização Griô. – Brasília : Ipea. 2011.

176 p. : fots.

ISBN 978- 85-7811-106-9

Evento realizado pelo Instituto de Pesquisa, Ação e Mobilização (Ipam).

1. Negros. 2. Mulheres. 3. Trabalho Feminino 4. Participação Política. 5. Difusão da Cultura. 6. Educação da Mulher. 7. Saúde 8. Discriminação Racial. I. Griô. II. Instituto de Pesquisa, Ação e Mobilização. III. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. III. Título

CDD 305.4896

**festival
da mulher
afro
latino
americana
e caribenha**



Latinidades

Editora	Ipea
Brasília	2011
Organização	Griô



Sumário

Apresentação	05
Programa	09
<i>Censo</i>	
Mulheres negras, trabalho e terra	13
<i>Texto complementar</i>	
Mulheres quilombolas: as guardiãs da história dos seus territórios.	29
<i>Censo</i>	
Mulheres negras na política	37
<i>Texto complementar</i>	
A Senhora é deputada?	67
<i>Censo</i>	
Mulheres negras na cultura e na comunicação	71
<i>Censo</i>	
Mulheres negras na educação.	93
<i>Textos complementares</i>	
Cotas nas universidades	111
<i>Textos complementares</i>	
Parecer do Conselho Nacional de Educação para as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana	117
<i>Censo</i>	
Saúde da população negra	139
<i>Texto complementar</i>	
Saúde da população negra: política de ação afirmativa em saúde.	163
Apresentações Artísticas	171



Apresentação

A presente publicação visa consolidar as ricas contribuições apresentadas ao longo do seminário Latinidades, atividade integrante do III Festival da Mulher Afro-latino-americana e Caribenha, realizado no período de 24 a 26 de novembro de 2010, no Primeiro Quadrante da Esplanada dos Ministérios, em Brasília, Distrito Federal.

O evento ocorreu no ambiente da **Conferência do Desenvolvimento (Code)**, iniciativa do **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)**. Latinidades foi realizado pelo **Instituto de Pesquisa, Ação e Mobilização (Ipam)**, produzido por **Griô Produções e Fórum de Mulheres Negras do Distrito Federal (FMN)/DF**, com patrocínio da **Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir)** e apoio institucional do **Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro)/DF**, da **Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal (PFDC)/ (MPF)**, da **Associação dos Servidores do Ministério Público Federal (ASMPF)**, da **Organização das Nações Unidas (ONU) Mulheres**, do **Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem)** e da **Triskelion Produções** com o apoio logístico do Ipea.

O tema central do III Festival Latinidades foi o censo nas Américas e a importância da autodeclaração de pessoas negras com vistas à obtenção de dados para a formulação de políticas públicas específicas. A discriminação de gênero e raça são os principais motores de desigualdade e exclusão da população negra latino-americana e caribenha, sobretudo das mulheres.

Em 2010 a produção do Festival da Mulher Afro-latino-americana e Caribenha desenhou uma programação em que cada momento foi construído a partir da necessidade de discutir e trabalhar pela reparação do prejuízo histórico vivido durante séculos pelas mulheres negras. Nos seminários contou-se com um público representativo composto por ativistas, lideranças religiosas, parlamentares, educadoras, representantes de órgãos públicos que trabalham com a temática de gênero e raça, pesquisadoras (es), educadoras (es), militantes, participantes da I Code, entre outras pessoas interessadas nesta temática vindas de todo o país.

O estande do Festival da Mulher Afro-latino-americana e Caribenha foi ponto de convergência dos participantes da Code/Ipea, atraindo pessoas pela sua bela estética que evocava ícones do feminismo negro, além de ponto de distribuição de deliciosos acarajés todos os fins de tarde. Funcionou também a Feira de Afronegócios que reuniu diversos empreendimentos negros femininos do Distrito Federal. Assim ofereceram ao público da Code/Ipea um pouco do universo estético ne-

gro, ao mesmo tempo em que fomentaram iniciativas protagonizadas por mulheres negras.

Além da feira, durante a conferência, foi exibido no estande do Latinidades o Afro-brasilienses, projeto audiovisual que trouxe 20 depoimentos de pessoas negras que vivem no Distrito Federal. Os curtas tinham como mote reflexões em torno da presença negra no Distrito Federal, no contexto das comemorações de 50 anos da capital. Empreendimento da Griô Produções, patrocinado pelo Edital Ideias Criativas para o 20 de novembro, da Fundação Cultural Palmares, 2010.

A iniciativa de promover o festival, realizado desde 2008, objetiva lembrar e resgatar a história negra considerando demandas específicas: a organização social e política do povo negro, os rituais religiosos, a contribuição científica, o saber popular e, no caso da mulher negra, o desenvolvimento do feminismo negro, tão bem formulado por ativistas como Sueli Carneiro, Epsy Campel, Matilde Ribeiro, Luiza Bairros, Benedita da Silva e tantas mestras populares, como Carolina de Jesus, Cora Coralina, mulheres quilombolas, de santo, griots, entre outras.

A temática de raça e gênero marcou presença, ainda, na abertura e no encerramento da I Code. Na abertura da Code/Ipea a cantora negra e ceilandense Ellen Oléria cantou o Hino Nacional na presença de diversas autoridades, ministros, deputadas e deputados e mais de três mil pessoas de vários estados brasileiros inscritas no evento. Na festa de

encerramento contou-se com as apresentações do grupo de percussão feminino Batalá, da cirandeira pernambucana Lia de Itamaracá, da discotecagem da Dj Donna e da Dj Marta Crioula e das performances circenses do grupo Mirabolantes.

Busca-se com este registro estimular o espaço de reflexão, proposição e possibilidade de trabalho coletivo, visando uma sociedade mais justa, democrática e sustentável sob o ponto de vista das relações étnico-raciais e de gênero. O livro está organizado a partir da síntese das discussões ocorridas no âmbito do seminário, que foi integralmente gravado e posteriormente degravado com vistas a consolidar esta publicação. Além das intervenções inseriu-se alguns textos complementares em torno dos temas debatidos os quais foram redigidos por pesquisadoras e ativistas que atuam nas principais temáticas abordadas.

Ao considerar a produção do evento e, por consequência, as discussões realizadas de interesse coletivo, não só liberamos a reprodução de qualquer parte do material – desde que com os devidos créditos das falas e imagens –, sem qualquer ônus, como incentivamos que o debate seja multiplicado em todas as redes possíveis. Incentivar a criação coletiva e colaborativa faz parte do processo que acreditamos culminar em um novo paradigma de circulação da produção cultural e intelectual, portanto contamos com todas e todos na caminhada.

Por último, registra-se a expectativa de que o ano de 2011, estabelecido pela ONU como Ano

Internacional da População Afrodescendente, traga para o debate central as mulheres negras da América Latina e Caribe e de todo o mundo. Mulheres que, como verão em algumas falas desta publicação, foram fundamentais na III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas em Durban. Mulheres que, dez anos depois, ainda estão à margem das políticas públicas.

**Com muita força negra e feminina,
Equipe Latinidades 2010.**

PLATTON

festival
da mulher
afro
latino
americana
e caribenha



Programa

24 de novembro (quarta-feira)

9 h

Hino Nacional com a cantora Ellen Oléria

14 h

Abertura com a Federação de Umbanda e Candomblé do Distrito Federal e entorno

Limpeza energética do local com os integrantes do terreiro recepcionando as pessoas. Baianas vestidas com as cores que representam os orixás. Ogãs com tambores para trazer harmonia, força e equilíbrio das energias. Na porta, dois importantes guardiões de luz: Ogum e Exu. Tudo isto reforçando a beleza e a importância das tradições afro-brasileiras.

15 h às 18 h | Mesa 1 |

Censo: mulheres negras, trabalho e terra

Com os dados obtidos pelo Censo 2010, a mesa propôs-se a uma reflexão sobre as seguintes provocações: I) Qual é a situação da mulher negra na sociedade contemporânea? II) Por que a mulher negra é a mola propulsora da economia doméstica e dos formatos informais de relação trabalhista? III) Como pavimentar uma trajetória de êxito para este contingente populacional? e IV) Quais

impactos devem ser sentidos pela sociedade com os rumos previstos para o desenvolvimento brasileiro e continental?

- **Ana Lúcia Sabóia**

Gerente de indicadores sociais da Diretoria de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

- **Magali Naves**

Assessora internacional da Seppir

25 de novembro (quinta-feira)

10 h às 12 h | Mesa 2 |

Censo: mulheres negras na política

Discussão em torno do empoderamento e da participação das mulheres negras na política, considerando dados como os do IBGE que afirmam, apesar de serem a maior parcela do eleitorado, que as mulheres não ocupam na mesma proporção os espaços institucionais da vida política nacional, fato ainda mais grave considerando a realidade da mulher negra.

- **Jacira da Silva**

Movimento Negro Unificado, Fórum de Mulheres Negras do Distrito Federal

- **Janete Pietá**

Frente Parlamentar de Mulheres da Câmara dos Deputados

- **Leci Brandão**

Deputada estadual, eleita pelo estado de São Paulo, cantora e compositora

14 h às 16 h | Mesa 3 |

Censo: mulheres negras na cultura e na comunicação

A mesa propôs a discussão do papel da comunicação e da cultura como importantes ferramentas de inclusão e formação da autoestima e identidade da população negra, debateu o racismo discursivo na mídia e a ausência de apoio para artistas e comunicadores negros e negras, além de compartilhar experiências de sucesso para a promoção da igualdade racial nos meios de comunicação e resgatar um pouco da história da mulher negra na cultura brasileira.

- **Givânia Maria da Silva**

Rede Mocambos

- **Iris Cary**

Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojira)

- **Juliana Nunes**

Fórum de Mulheres Negras do Distrito Federal

- **Re.fem Janaína Oliveira**

Enraizados/Rap de Saia

26 de novembro (sexta-feira)

10 h às 12 h | Mesa 4 |

Censo: mulheres negras na educação

Inclusão de mulheres negras na educação passando por ações afirmativas e políticas públicas.

- **Paula Barreto**

Diretora do Centro de Estudos Afro-orientais da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

- **Vera Verônica**

Mc, Mestre em Educação e integrante do Fórum de Mulheres Negras do Distrito Federal

14 h às 16 h | Mesa 5 |

Censo: saúde da população negra

Debate sobre a necessidade de implementação da Política Nacional de Saúde da População Negra, criada em 2006, ainda sem adesão na maior parte dos estados brasileiros. Além da política, a discussão deu-se em torno da temática das invisibilidades, diversidade sexual e de gênero e violência contra a mulher.

- **Tatiane Nascimento**

Associação Lésbica Feminista de Brasília, Coturno de Vênus/Grupo de Estudos de Edu-

cação e Políticas Públicas sobre Gênero, Raça, Etnia e Juventude (Geraju)

- **Sabrina Faria**

Fórum de Mulheres Negras do Distrito Federal

18 h

Apresentações artísticas

- **Chico César**

- **Batalá**

- **Dj Donna**

- **Dj Marta Crioula**

- **Lia de Itamaracá**

- **Grupo Mirabolantes**

- **Vj Gabiru**



CENSO: MULHERES NEGRAS, TRABALHO E TERRA

Ana Lúcia Sabóia

Os números são muito importantes. Se não existisse o instituto de estatística oficial o país não teria números, não se saberia quem é a sua população. O trabalho do IBGE é um trabalho da nação brasileira, é do Estado; ele não é de governo. Chamei-me para conversar com vocês sobre o censo. Fizemos um levantamento de todos os censos brasileiros tendo em conta essa questão da investigação da cor e da raça no Brasil. Como vocês podem ver, na América Latina, o Brasil é o país que tem a série histórica mais consistente, mais longa. Desde 1972, que ocorreu o primeiro censo brasileiro, nós já tínhamos algumas categorias de cor, só que naquela época quem respondia era o senhor dos engenhos. Ele descrevia a população livre com categorias e definia a população escrava com essas duas categorias: preta e parda. Com o seguir dos anos vocês podem observar que estas categorias tornaram-se categorias de classificação.

Na verdade o que é classificação? A necessidade de classificar existe há muitos anos. Iniciou-se a questão da classificação no mundo quando começaram os estudos de botânica. Então, por exemplo, foi se descobrindo que todas as árvores não eram iguais e aí foi se formando essa proposta do que é o sistema de classificação. E quando você se classifica, na verdade, você se classifica em função de que? Ou de um pertencimento a alguma coisa ou de uma diversidade. Então a classificação, o sistema classificatório, se ele é construído de forma

democrática, de forma que as pessoas se sintam representadas nesse sistema de classificação, ele pode ser muito favorável. Nos últimos anos, na mídia, essa questão da classificação entrou no debate público. Teve muita gente que defendeu que não se devia classificar ninguém, todo mundo é igual, não tem cor, não tem raça, não tem credo religioso. Mas na verdade a questão da classificação ainda perdura por conta de que é importante você reconhecer os grupos, saber quem são as etnias, quais são as línguas faladas, enfim.

O IBGE foi, com esses censos todos, usando essas categorias que na verdade são categorias que tratam da cor da pele, do fenótipo, não são categorias que se remetem a uma identidade étnica. É uma classificação baseada na cor da pele. E esse é o Censo de 2010, que foi realmente um grande avanço porque a pergunta da classificação racial foi incluída no questionário do universo do censo demográfico, quer dizer, foi aplicada em todos os domicílios do país.

O censo tem dois questionários, o primeiro é um questionário curtinho só para sabermos a população, a idade, o sexo e a renda de todas as pessoas que moram no domicílio. Outra coisa que é importante entender é que no censo demográfico a unidade domicílio que é a referência do censo. Esse questionário que vai em todos os domicílios tem a intenção de contar as pessoas, saber o sexo e a idade. Toda vez que eu vou a lugares e falo do

censo tem sempre alguém dizendo: – Mas eu nunca fui recenseado e tal.” Na verdade existe uma subnumeração, quer dizer, nos censos do mundo inteiro é admitido que de 4% a 5% da população não seja contada. O nosso, dos últimos anos, tem sido em torno de 3,8%, 4%. Então nós estamos na média, o que é muito difícil. Existe muita recusa de atendimento; há domicílio que parece estar fechado e depois de visitados pela segunda e terceira vez já está aberto e aí você tem de registrá-lo novamente. É uma operação das mais complexas e, na verdade, ela custa muito caro; é um preço altíssimo, é uma mobilização.

No dia 29 tínhamos os primeiros resultados do censo, quer dizer, para o total da população e sexo. O censo, como vocês sabem, começou em 31 de julho. Como estamos muito informatizados, inclusive dando consultoria para vários institutos de estatística, temos ido a muitos países da África implementando censos lá. Essa grande novidade que vocês viram, os recenseadores com essas maquininhas, é absolutamente espetacular. Vemos todo o resultado, que vai chegando aos poucos, e temos um controle disso. Só de recenseador são 200 mil, fora os supervisores. É uma operação muito grande e é por isso que ele só ocorre de dez em dez anos.

Em 2008 coordenei uma pesquisa considerada pequena pelo IBGE, só de 15 mil domicílios. Foi na verdade uma pesquisa que fizemos para estudar o sistema de classificação. Esse sistema vem a muitos anos sendo o mesmo, repetindo as cinco

categorias: branca, preta, parda, amarela e indígena. Como o IBGE consulta os seus usuários, há bastante interação com quem usa os nossos dados. O Movimento Negro com vários setores, antes do Censo 2000, fez muita pressão para que fizéssemos uma pesquisa mais apurada para saber se as pessoas queriam ser chamadas de preta ou queriam ser chamadas de parda ou de morenas. Enfim, nós fizemos pequenos testes e não tivemos resultados suficientes. Então, em 2008, fizemos essa pesquisa que se chama pesquisa das características étnico-raciais da população, cuja finalidade foi obter mais informações acerca desse processo social de construção e utilização das categorias de classificação. Isso é para dizer que a gente está preocupado com isso, foi uma proposta de investigação inteiramente inédita. Nós fomos nesses domicílios, sorteamos uma pessoa, pois entendemos que a questão da classificação é social, é como a pessoa se vê dentro do seu conjunto.

Quero trazer alguns números para mostrar como nesses últimos dez anos mudou a questão da classificação da cor. Em 1999 99,54% da população brasileira, mais da metade, se considerava branca. Esse número caiu em 2009, que é o último dado, para 48,2%. Já a população preta e parda aumentou o seu percentual de classificação, quer dizer, em 1999 5,4% das pessoas se classificavam como preta e em 2009 subiu para 6,9%. A mesma coisa em relação à categoria parda que passou de 39,9% para 44,2%. Não há pesquisa, mas a nos-

sa hipótese nesse aumento de classificação, de reconhecimento dessas cores, foi provavelmente em função de uma recuperação da identidade racial – questão hoje bastante debatida em público, jornais, mídia etc. Sempre houve a preocupação de apresentar indicadores tanto para população branca quanto para população preta e parda e com isso movimentar o debate nos vários segmentos da sociedade, mostrando graves desigualdades entre as populações que se consideravam preta e branca.

Por exemplo, o próximo *slide* mostra a proporção de pessoas de 25 anos ou mais no país com ensino superior. Em 2009 15% dessas pessoas brancas já tinham curso superior concluído, enquanto as pessoas de cor preta e parda era três vezes menor, 5,3%. Claro que isto está mudando, em dez anos mudou muito. Passou, dobrou praticamente o percentual, mas ainda está longe de alcançar os níveis das pessoas de cor branca em 2009.

Outra questão é a inserção no mercado de trabalho das pessoas ocupadas pela posição. Posição na ocupação quer dizer quem é empregado com carteira, empregado sem carteira etc. As pessoas pretas e pardas têm uma inserção diferenciada no mercado, em posições menos privilegiadas. Outro dado apresentado com bastante segurança é dos 10% mais pobres da população comparado com 1% mais rico. Tanto em 1999 quanto em 2009 no 1% mais rico apenas 14,2% se declararam pardos e 1,8% se declararam pretos e pardos, ou seja, a maioria do 1% mais rico se declara de cor branca.

Esse próximo *slide* é um indicador que seria a distribuição das famílias por tipo e por cor do chefe. O domicílio é composto por uma pessoa de referência e as outras pessoas têm relação de parentesco com essa pessoa. Observou-se no grupo de domicílios, de arranjos, a mulher como pessoa responsável com filho, sem cônjuge, pretas e pardas. O outro é só o grupo de famílias somente chefiadas por mulher, por pessoa de referência mulher. O que mais nos chamou atenção é essa pessoa de referência, sem cônjuge, com filhos menores de 14 anos – 25,4% desse tipo de organização familiar – preta ou parda. A partir desses dados pode-se considerar uma situação de maior vulnerabilidade.

Esse *slide* é bastante geral, mas dá para se ter uma ideia. O que é taxa de atividade? Taxa de atividade é a porcentagem de pessoas economicamente ativas com 16 anos e mais, em relação ao conjunto. Quando vai se falar de empregada doméstica, do trabalhador doméstico, existe uma predominância grande de pessoas de cor preta e parda porque elas estão sobrerrepresentadas na população de empregadas domésticas. Por exemplo, a população de mulheres de 16 anos ou mais, 44,9%, é branca, mas quando se trata das empregadas domésticas é de 38%. E quando se vai nas pessoas de cor parda dá 49,6%, quando na verdade elas só representam 43%.

Nós fizemos esse ano um esforço para elaborar uma tabulação bastante detalhada sobre a situação do trabalhador doméstico, principalmente da mulher,

por conta da Organização Internacional do Trabalho que dedicou esse ano estudos específicos sobre o trabalho doméstico. A taxa de desocupação das mulheres pretas e pardas – a taxa de desemprego – é maior do que das mulheres brancas e bem maior que a dos homens. Isso é clássico no mercado de trabalho; as mulheres têm uma taxa de desemprego maior do que a dos homens. Esse outro dado também é sobre o trabalho formal e informal. É interessante que a cor tem muita importância na divisão do trabalho formal e informal. Os homens estão mais no trabalho informal do que as mulheres brancas. E a situação pior é das mulheres pretas e pardas, só 41% estão no trabalho formal, enquanto quase 60% estão no trabalho informal.

Há ainda uma série de dados para mostrar, mas vou parar por aqui deixando uma mensagem: nós temos uma quantidade enorme de pesquisas, umas três ou quatro que têm dados sobre cor para estudos específicos sobre a mulher, sobre a mulher branca, sobre a mulher preta, sobre a mulher parda etc. e a comunidade acadêmica faz pouco uso dessas informações. No *site* do IBGE tem muita informação que pode ser utilizada para uma série de subsídios, para movimentos sociais específicos, para políticas públicas, enfim. Nós temos uma quantidade muito grande de informações a oferecer e estão inteiramente disponíveis. As informações do IBGE são públicas, não têm custo nenhum e pode ser tudo baixado pela internet.

Magali Naves

Boa tarde a todos. Quero agradecer o convite para participar do Festival da Mulher Afro-latino-americana e Caribenha. Na Seppir trabalho na assessoria internacional. Então minha preocupação quando me convidaram era falar das ações feitas em relação às mulheres latino-americanas e caribenhas. Um pouco desses dados que foram apresentados são mais ou menos similar na América Latina e no Caribe porque as nossas histórias são bastante parecidas e a situação de discriminação e preconceito em relação à mulher negra, à mulher indígena, é mais ou menos a mesma. Há países onde se tem mais população indígena e uma pequena população negra. O Brasil tem a maior população negra, mas a situação de discriminação, de exclusão, é muito similar. Essa questão de discriminação é uma questão mundial, a questão de xenofobia, racismo, discriminação, intolerância é um problema a ser enfrentado por todas as nações no mundo. Como estamos trabalhando nessa região, vou me deter um pouco mais nela.

Os governos dessa região assumiram um compromisso durante a Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlatas. A Organização das Nações Unidas realiza conferências e as preparam nacional, regional e mundialmente. Nos anos 1990 houve uma série de conferências ligadas aos direitos humanos. Sobre o racismo já havia ocorrido duas conferências cujas preocupações eram com a

questão do racismo na África do Sul e do sionismo em relação aos judeus. O Brasil considerava ser uma democracia racial. A primeira vez que se começou a falar seriamente sobre a questão do racismo foi quando se decidiu fazer essa conferência. A situação de exclusão de toda região movimentou a sociedade civil que de certa maneira tomou a conferência regional exigindo posicionamento dos estados, inclusive o documento que saiu dessa conferência regional, que aconteceu em Santiago do Chile, no ano de 2000, é muito mais avançado que o documento da conferência de Durban que se negociou com 192 países.

No Brasil essa movimentação foi bastante importante. Quase 600 pessoas da sociedade civil participaram da conferência e foram para Durban exigir mudança. É importante falar que o Movimento Negro Brasileiro e o Movimento Negro das Américas já vinham falando dessa situação de desigualdade há muito tempo. É importante citar que o Ipea e o IBGE, pela questão das estatísticas, ajudaram no avanço das políticas, ou seja, não era mais o movimento negro dizendo: – “Olha é desigual, é desigual, é desigual.” Tínhamos os números. Está vendo, os números continuam os mesmos, tem uma situação de exclusão. A Seppir veio um pouco na continuidade dos compromissos assumidos em Durban, ou seja, tinha um movimento da sociedade civil exigindo políticas, mas tinha o compromisso também assumido pelo Estado brasileiro de criar uma estrutura para se ocupar

desse problema. Na América Latina surgiram 17 estruturas, a única que é ministério – agora tem mais um – é o Brasil. Os outros são conselhos, organizações, escritórios dentro da Presidência da República, ou seja, essa questão passou a ser considerada em toda a América, e pelo menos 17 países começaram a trabalhar com essa questão. Atualmente, Honduras criou uma secretaria que deve começar a funcionar em janeiro, situação complicada porque é um governo difícil, mas se criou uma secretaria indígena, afrodescendente, um ministério. O Brasil sempre teve uma posição ao nível diplomático de que uma questão mundial deve ser resolvida a partir de um trabalho realizado com os outros países. Então a Seppir, um pouco nesse caminho, começou a trabalhar em conjunto com os outros países.

A conferência de Durban criou 17 estruturas. Normalmente nesse processo de conferências da ONU se faz uma conferência de revisão, que significa: o que cada um dos países estão fazendo em relação a todos esses documentos? Primeiro se decidiu que seria usado o conceito de afrodescendentes e não negros. A questão da mulher foi colocada com bastante veemência em todo documento – 264 itens sobre a questão da mulher.

Logo depois da conferência de Durban, em 2001, aconteceu o 11 de setembro. Nesta conferência houve um problema sério entre Estados Unidos e Israel, pois se estavam colocando como uma questão de racismo a questão de Israel e

Palestina. Em seguida, o 11 de setembro significou uma recrudescência da questão de racismo do perfil racial, ou seja, a pessoa que tem um certo biotipo é condenada. Enfim, a situação que estava aberta durante a conferência de Durban com muito apoio, inclusive das agências financiadoras, passou a não existir mais porque teve o 11 de setembro. Então essa conferência de revisão era um assunto que os países não queriam tocar, até hoje é uma questão que não se quer discutir.

A Europa tem o problema com a imigração, enfim, o único lugar onde as coisas avançam a passo lento é a nossa região: América Latina e Caribe. A sociedade civil que se organizou para a realização da conferência preparatória à conferência de Durban e chegou até a Seppir solicitando que se realizasse uma conferência de revisão. A Seppir aceitou. Fez uma reunião com a sociedade civil – governos da região – e demorou dois anos e meio de discussão preparatória articulando algumas ações para se fazer uma conferência de revisão, em 2006. Essa conferência de revisão serviu como documento aprovação da conferência e foi bastante difícil frente às questões complicadas, como Estados Unidos e Israel, a questão do perfil racial, a questão da orientação sexual, ou seja, eram assuntos a não discutir.

Criou-se dentro da Organização dos Estados Americanos (OEA) uma relatoria sobre afrodescendentes nas Américas. Foi criado também um grupo de trabalho dentro da Organização dos Es-

tados Americanos para realizar uma convenção interamericana contra o racismo e todas as formas de discriminação. No Mercosul a Seppir impulsionou, chamou os outros estados e criou uma comissão: racismo, discriminação e xenofobia. Esta comissão trabalha na perspectiva de reescrever as nossas histórias, visto que não conhecemos a história dos afrodescendentes nos diferentes países, exceto no Brasil em que está mais avançado. É importante conhecermos os vizinhos porque houve passagem da nossa população para os países vizinhos. Campanhas, trabalho educativo e posições comuns nos fóruns internacionais são extremamente importantes. Primeiro, quando se consegue fazer uma conferência, todos os estados são obrigados a responder. Segundo, o país assinou uma convenção e tem de respeitá-la porque isso entra na ordem jurídica do país. Há o Mercosul mais os países associados – dez países da região.

Trabalha-se com outros países porque os países africanos nem sempre estão na mesma. Metade dos países são árabes e questões árabes entram em outras situações culturais. A Europa não tem interesse de discutir isso, os Estados Unidos não tem interesse, não assina documentos, ou seja, é importante essa articulação. Dessa articulação – ONU e OEA – se conseguiu votar o Ano Internacional dos Afrodescendentes, que acontecerá o ano que vem em 1º de janeiro de 2011. Os países encaminharam propostas de trabalho, de realização de uma conferência de afrodescendentes, o povo da diáspora começou a reescrever a história.

Em relação à cooperação foi bastante complicado para a Seppir. Apesar de todas as dificuldades em relação aos nossos vizinhos e ao mundo em geral, um país que assume criar uma estrutura como essa é bastante avançado. Tem-se, de certa maneira, apoiado os outros estados que manifestam interesse em saber como a Seppir funciona. Iniciou-se uma espécie de capacitação, pois descobriu-se que nesses fóruns internacionais há um desconhecimento total da população em reclamar. Então iniciou a capacitação de jovens indígenas e afrodescendentes na Ibero-América.

Outro projeto que vai ser lançado do dia 30 de novembro ao dia 3 de dezembro chama-se Quilombo das Américas. Esse projeto conta com a parceria da Embrapa, ABC, Ipea, Unifem, enfim são vários parceiros mais a Seppir. Em virtude de existir uma série de quilombos perdidos nas Américas, está começando um projeto piloto em quatro países e um bilateral com o Suriname. Está se trabalhando no Panamá, Equador e Colômbia. A Embrapa trabalha com a questão da rede alimentar e a Seppir com a questão de direitos. A Seppir está tentando aprovar uma resolução na OEA para que esses povos afro-ribeiranos tenham *status* especial. O termo quilombo também é meio complicado; em alguns países quilombo é bagunça, confusão. Não tem o mesmo sentido que o nosso.

Outra coisa que começou com o Mercosul é o apoio à questão de censo. De 2010 até 2012 haverá nove países da região que vão fazer censo. A maio-

ria dos países não inclui a questão dos dados, mas a Seppir conseguiu aprovar na conferência de revisão a inclusão dos dados, pois já que haverá censo para se fazer políticas direcionadas é importante saber quantos somos, quanto somos discriminados. Então se diz que têm 150 milhões de afrodescendentes nessa região, dizem; têm 40 milhões de indígenas, dizem; metade são mulheres, mas a gente não tem certeza. Então se criou o grupo da sociedade civil regional que tem dado apoio aos países, porque a gente também teve problemas. Na Colômbia se fez um censo em que havia 30% de afrodescendentes, quando se mudou a pergunta passou a ter 17. É importante poder conversar e trabalhar. E a gente só pode mudar se sabemos quem somos, como somos, onde estamos e que lá existe o problema. Então essa campanha é extremamente importante.

Em relação às assinaturas de convenções e acordos que o Brasil tem assinado – e que é importante que cumpra, não só Brasil como os outros –, “há redes de proteção internacional que são extremamente importantes que a gente conheça. Por exemplo, o caso Lei Maria da Penha. A Lei Maria da Penha saiu porque assinou uma convenção sobre as mulheres, na Organização dos Estados Americanos, e abriu o direito à denúncia. Então não se resolveu o caso aqui. Foi necessário ir na OEA e apresentar para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos que julgou o caso. O Brasil foi condenado e tinha lá o que o Brasil tinha que fazer – o que dá uma vergonha em relação aos outros países. Tinha que reconhecer que errou, tinha que fazer cursos

e campanhas, tinha que reconhecer essa senhora. E aí se começou a pensar como é que podemos fazer. Não se resolveu o caso de situação de violência contra as mulheres, mas tem uma lei, todo mundo sabe. Então de certa maneira isso avança.

Em relação aos casos de racismo há alguns na OEA. A lei aqui não resolveu. O Brasil vai ter que responder, ou seja, o Brasil assinou que aceita as recomendações. Isso significa criar políticas que permitam que essas coisas avancem.

Paula Balduino de Melo

Eu queria só chamar atenção para um ponto, inclusive para fomentar o nosso debate também, já que é um diálogo com órgãos públicos. A questão orçamentária é uma questão que a gente tem de estar sempre atenta e um dado nos preocupou bastante, que é o que se refere ao projeto de lei orçamentária para 2011, o ano que vem. Segundo consta atualmente no projeto de lei orçamentária de 2011, a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) e a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial vão ter o menor orçamento dos últimos quatro anos, no ano de 2011. Em dados brutos a SPM teria 55,1 milhões e a Seppir 34,5 milhões. Nós temos como demanda consolidada o Plano Nacional de Políticas para Mulheres e o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial, por exemplo. As metas previstas nesses planos não poderão ser cumpridas com o orçamento destinado. Essa é uma questão extre-

mamente preocupante que a gente precisa refletir como superar. A gente tem oito anos de uma gestão de governo consolidada e em uma expectativa de continuidade das políticas por parte dos movimentos sociais e sociedade civil. Não aceitamos um retrocesso nesse sentido, não faz sentido.

Intervenções . do . público

Janaína Oliveira

Movimento Enraizados / Rap de Saia

Boa tarde a todas e a todos. Sou Janaína Oliveira, mais conhecida por Re.fem. Sou rapper lá do Rio de Janeiro e trabalho com produção, comunicação. Gostaria de colocar uma questão para a Doutora Ana Lúcia, do IBGE. No último censo fui uma agente recenseadora e foi realmente difícil. Foi terrível. As pessoas não abrem a porta; é complicado. É um trabalho bem árduo, mas para mim foi muito prazeroso participar, ajudar a contar a população e conhecer um pouco mais do perfil da minha comunidade. Naquela época a gente já tinha um estudo que demonstrava um *boom* dessa juventude, que o Brasil era um país extremamente jovem e a partir daí nós, o país, foi pressionado para poder fazer política de juventude. Desses dez anos para cá o número de jovens que foram assassinados, homicídio, uma série de coisas foi extremamente grande.

Então, será que é possível a gente calcular essa perda de vidas humanas que a gente teve nesses

dez anos? Você acha que é possível a gente calcular onde é que se perdeu mais vidas? Se isso realmente atinge mais a população negra? E eu quero saber se é possível fazer esses cálculos e se realmente a gente está nessa tendência, se a gente continua sendo ainda a maioria da população e como é que você está vendo isso. E queria perguntar para a Magali. Eu acompanho a política na Seppir desde o início, eu sou uma das pessoas que lutou lá no Movimento Negro, da Cultura Hip Hop, e é uma felicidade ter a Seppir, ter várias pessoas de lá e ter políticas para o Rio de Janeiro. Tem diálogo; eu ajudei a formar o Fórum Nacional de Juventude Negra, eu estava lá. Já não estou mais participando, mas a gente ajudou esses projetos políticos e nós tiramos como pauta da Conferência Nacional de Juventude, em primeiro plano, a questão do extermínio da juventude negra. Eu sei que não é a sua área, mas na Seppir você poderia me informar como é que está esse cuidado com a juventude negra? Quais são as ações transversais? Porque eu sei que a Seppir sozinha não pode fazer nada, mas como é que está o diálogo entre os outros ministérios e a Seppir quanto a questão da juventude negra no trabalho, na terra, na renda e também de preservação da vida dessas jovens, jovens mulheres? Por que nós, mulheres jovens negras, estamos morrendo principalmente por consequência do aborto mal sucedido? Não é o tema aqui, mas não legalizar o aborto é algo que só mata mulher jovem, preta, periférica. Quem tem grana não está morrendo por causa disso. Precisa-

mos começar a ver porque isso não vai ser aprovado. Os filhos de quem decide isso está abortando na clínica e está tendo tratamento psicológico; está comprando no shopping para ficar bem. Mas a minha irmã, eu, minhas amigas, estamos morrendo; então é esse extermínio dessas jovens, nossas mulheres negras, que acontece por aí. Muito obrigada.

Wilson Weleci

Foafro, Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos

Boa tarde. A minha pergunta é a seguinte: Ana, do IBGE, nessa questão do trabalho, principalmente aqui no Brasil, nós temos um trabalho de empregada doméstica em que grande parte são mulheres negras. Por que todo trabalhador no Brasil tem o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e empregadas domésticas não? Hoje eu fiquei triste. Passou na televisão uma senhora que é babá e já está na décima quarta geração de serviços prestados a mesma família. Velha, nunca teve filhos, cuidou de toda a geração daquela família e hoje está sendo cuidada pela mesma família porque não tem para onde ir. Se ela tivesse um fundo de garantia, isso não ocorreria. Há um discurso sobre defender a questão da mulher no trabalho e essa coisa de não garantir o básico na lei trabalhista. A outra questão para a Magali é a seguinte: ela falou da Lei Maria da Penha, mas o que me preocupou mesmo foi essa aprovação desse Estatuto da Igualdade Racial. É um estatuto que não era grande coisa e que no final não vai melhorar em

nada a nossa situação, só é um documento para dizer que o Brasil está tentando, como ele assinou um acordo de Durban lá, de combater o racismo, é um documento; mais um que não vai ajudar a luta do negro nesse país em nada. Essa é minha opinião.

Eurídice Almeida

Fasubra

Boa tarde. Estou aqui representando a Fasubra, entidade sindical, Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras das Universidades Públicas Brasileiras. Sou coordenadora da pasta da Mulher Trabalhadora da Fasubra. Tenho algumas questões. Primeiro para o IBGE, como estão sendo tratados os dados sobre o reconhecimento da cor? Pelo menos na minha cidade, no meu estado – Paraíba –, houve um movimento grande em responder não negro, não pardo, não branco, mas sim brasileiro ou brasileira. Eu queria saber como é que o IBGE está tratando, para onde alocou esses dados? Sobre a questão financeira, eu gostaria de saber qual é a perspectiva que nós podemos ter até de uma nova alocação de recursos, transferência de recursos? Nós sabemos que tem algumas rubricas, rubricas que a gente pode trabalhar a posteriori. Quanto à Seppir eu conheço pouco do trabalho, mas o pouco que conheço, como também a Secretaria da Mulher, está sendo um trabalho muito árduo, com poucas ferramentas, mas com um pessoal muito qualitativo. Em relação a essas poucas ferramentas, o que a companheira vai nos proporcionar? Uma condição maior e melhor, mais ferramentas, orçamento, trabalho. É isso.

Mário Teodoro

Ipea

Boa tarde a todas as senhoras e todos os senhores presentes. Eu vou aproveitar essa fala para, em nome do Ipea e da coordenação da conferência, dar boas-vindas e falar da satisfação nossa de ter aqui no Ipea esse evento das mulheres negras, tão importante. A questão do desenvolvimento brasileiro passa pela questão racial, necessariamente; a questão racial não é uma questão a mais com relação ao desenvolvimento, mas a questão racial está no centro do debate sobre o desenvolvimento e sempre esteve. No começo se falava que o Brasil não ia para frente, não progredia justamente porque tinha negros e daí tinha toda uma visão de política de branqueamento a partir do financiamento da migração. Era um debate racial negativo com relação a questão do negro. O Brasil era um país que não progrediria porque tinha uma população negra. A gente viu que isso não é assim, não é desse jeito, não tem nada a ver isso. Hoje nós voltamos ao centro do debate racial com uma postura positiva, ou seja, se o Brasil quer virar um país desenvolvido ele tem que acabar com as mazelas, as desigualdades sociais e no centro das desigualdades sociais está o racismo. Se o Brasil é um país que quer ser desenvolvido ele tem de enfrentar basicamente a questão do racismo, do preconceito e da desigualdade porque senão nós continuaremos crescendo sem acabar com a desigualdade brasileira. Então é muito importante que tenha

marca, marque aqui dentro da nossa Conferência do Desenvolvimento a questão racial, a questão de gênero. Estamos muito contentes com a possibilidade de tê-las aqui como parte integrante disso sem o que o debate do desenvolvimento continua um debate vazio. Era justamente isso que eu queria falar sem entrar no mérito de vocês. Obrigado.

Magali Naves

Eu vou começar pela Janaína. Em relação ao assassinato de negros, há duas semanas o Estado brasileiro foi chamado na OEA para uma audiência para explicar o que é que acontece com a questão dos assassinatos de negros. Ou seja, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos recebeu uma queixa da sociedade civil, se marcou uma audiência; essa comissão interamericana deverá visitar o Brasil no ano que vem para entender melhor isso. E não foi só a Seppir, foi a Seppir, os Direitos Humanos, o Ministério da Justiça, o Ministério Público. Enfim, fomos responder o que é que está fazendo, porque isso está sendo um problema, ou seja, essa é uma questão que já está colocada.

Dentro das áreas importantes da Seppir está a questão da juventude. É verdade que o papel da Seppir é convencer o ministério a fazer políticas; então tem uma série de ações realizadas com a Secretaria Nacional de Juventude. Ao mesmo tempo, tem o trabalho feito com o Ministério da Justiça, com a questão de jovens e com a questão de capa-

citação de policiais, ou seja, que se tenha dentro da formação dos policiais a questão do perfil racial, ou seja, “neguinho correndo perto de supermercado é bandido”. Não, não é. Tem que se perguntar antes. Enfim, está sendo feito esse tipo de trabalho. Na resposta que se deu, se explicou um pouco como é que funciona o Brasil, ou seja, o racismo, o sexismo. O Brasil foi construído em cima da escravidão; essa coisa está tão arraigada, é estrutural na formação do Estado. Então, para você mexer com qualquer coisa, você tem que mexer em cada pedacinho e é verdade que são 400 anos, não é justificando, mas são 400 anos a resolver. E é verdade que quanto mais se avança mais o outro lado reage. Então isso um pouco responde ao que Lucimar falou, ou seja, essa preocupação existe, esse trabalho existe, mas é verdade também que esses ministérios, secretarias são estruturas pequenas. Tem de convencer o outro, o trabalho de articulação é grande. Então, a gente vai avançando aos tropeções, de vez em quando nós avançamos um pouco, de vez em quando não avançamos. A gente tem o Brasil inteiro para tratar; 5.561 municípios a tratar. Não é justificando; eu quero dizer que tem áreas específicas que estamos andando, tem áreas que a gente avança mais, tem áreas que avança menos. Quando a gente foi responder essa questão do assassinato a gente teve que contar um pouco a história e falar: – “É verdade, a gente sabe, a gente está tentando.” Agora, é complicado, é difícil e ainda vai demorar um pouco. Isso vocês têm de insistir e bater no governo; sociedade

civil bate para fazer andar. Em relação à Dilma a gente não pode saber; é um governo novo, a princípio é a mesma linha, é o mesmo partido, mas acho que ninguém pode assumir o que vai acontecer; não sabemos. Em relação ao orçamento faz parte da mesma coisa que eu falei antes: batam na gente. É esse o caminho.

Ana Lúcia Sabóia

Sobre a questão do extermínio da juventude negra. Justamente, tanto o Ipea quanto o IBGE fazem vários cálculos estimativos de população e com taxas de homicídio. A gente faz esse cálculo, não é nem muito sofisticado, mas a gente sabe quantos óbitos nós tivemos naquele ano, quantos nascimentos, se estima um sub-registro e se consegue fazer um cálculo para saber se aquelas pessoas entre 15 e 24 anos ou 15 e 29 anos não tivessem sido mortas, se esses óbitos não tivessem existido quanto seria a população. Isso é uma técnica de demografia e saúde, a gente tem isso disponível, inclusive.

Sobre a questão do emprego doméstico. Você vê as nossas pesquisas; tanto a pesquisa mensal de emprego quanto a pesquisa nacional para a base de domicílio e o censo. Investigamos a situação da pessoa no mercado de trabalho, se ela é empregada doméstica, se ela tem carteira assinada, se não tem, se contribui para a Previdência Social autonomamente, inclusive sabe se ela vive no domicílio, se dorme, enfim. Tem uma série de informações e eu acho que essas informações analisadas de forma bem detalhada podem servir de subsídio

para a elaboração de leis e a questão do fundo de garantia. A Secretaria das Mulheres tem tratado desse assunto, tem se utilizado muito dessas informações que a gente fornece. Nós também temos um compromisso com a Organização Internacional do Trabalho. O IBGE tem uma ligação com a Comissão de Estatística das Nações Unidas, a gente tem compromissos assinados e um dos compromissos para essa década é uma pesquisa sobre vitimização e outras pesquisas. Se a gente vai conseguir fazer é outro assunto porque o orçamento do IBGE todo ano diminui um pouco, entendeu? Então esse ano entrou muito recurso por causa do censo. Mas espero que o país venha cada vez mais acreditar nas pesquisas e achar que isso é uma coisa relevante para fazermos política pública.

Sabrina Farias

FMN/DF

Boa tarde a todas e a todos. Eu faço parte do Fórum de Mulheres Negras do Distrito Federal e gostaria de fazer uma pergunta para a Ana Lúcia do IBGE. Esse foi o ano do censo, um ano importante para mapear como é que está a situação do Brasil e do Distrito Federal. A gente tem lutado muito pela implementação do quesito cor e muito pela saúde da população negra que é uma política nacional que agora é lei e que a gente vem arduamente tentando implementá-la, tentando um diálogo com o governo. Gostaria que você me dissesse como é que vocês fazem a capacitação dos recenseadores. Porque, por exemplo, uma amiga me relatou que o recenseador esteve na casa dela e questionou quando ela disse a cor dela. Ela

disse que ela era uma mulher preta e o recenseador questionou e inclusive abriu uma discussão com ela ali. Então eu acho isso muito complicado, visto que o racismo é institucionalizado. Então, pensando que se a gente não tem um trabalho de capacitação dos recenseadores, de sensibilizar para esse problema, eu vejo que é muito complicado a gente fazer coleta de dados; até porque não existe uma política de falar da cor. Eu acho que seria muito interessante se o IBGE pudesse trabalhar com um programa afirmativo em que tivesse mostrando pessoas negras de diversas tonalidades de pele; eu vejo que isso seria fundamental. Queria que você falasse um pouquinho como isso ocorre no IBGE. Obrigada.

Ana Lúcia Sabóia

Falando sobre a questão da classificação racial, juntando à questão que relatou o caso da Paraíba e a última questão. Nas pesquisas domiciliares anuais, na pesquisa mensal de emprego e na pesquisa por amostra de domicílio – essa que eu dei os dados para vocês –, existe uma instrução e existe um treinamento para o recenseador e para o agente de coleta. Recenseador é só no censo, os outros, os de sempre, a gente chama agentes de coleta. O agente de coleta tem um curso e eu, inclusive, tive a oportunidade de ir a campo e fazer treinamento do recenseador em 2008. Agora a questão racial é uma questão extremamente complexa e depende de uma questão muito íntima, de ela ter essa consciência. Eu estive com pessoas que me disseram que nunca pensaram no assunto sobre cor; elas nunca pensaram se elas eram pretas, brancas ou não sabiam dizer. Para

nós aqui, essa população que está aqui que é uma população que já tem outro tipo de pensamento, de reflexão, isso parece inenarrável. Eu levei um susto porque eu sou pesquisadora da área e eu nunca tinha visto uma pessoa entrar em um domicílio e perguntar: – “A senhora saberia dizer a sua cor?” – “Não.” – “A senhora não tem ideia?” – “Nunca pensei nisso, para mim não tem a menor importância.” Entendeu? Então isso existe.

A instrução que é dada nessas pesquisas para os recenseadores e para os agentes de coleta é o seguinte: chegar para o informante e perguntar: – “Qual é a sua cor?” Se o informante disser. Morena, por exemplo, você tem que repetir a pergunta e dizer: – “Não, por favor, eu gostaria que o senhor dissesse a sua cor dentro dessas cinco categorias aqui que estão previstas”, aí a pessoa diz. A instrução diz também que essa pessoa que respondeu morena e depois disse que era parda, por exemplo, deve ter uma anotação no questionário ou, agora, na maquininha. Entendeu? O que nós fizemos nessa pesquisa especial? A gente fez a pergunta aberta depois fez a pergunta fechada e cruzou isso para ver quem diria a mesma coisa. A gente fez um teste de cruzar as classificações; o entrevistador ia definir a cor da pessoa e o entrevistado definia a cor do entrevistador, tudo isso dentro, uma técnica superespecializada e tal. Então isso é um estudo pequeno que vai nos dar parâmetros para colocar.

Agora como é que a gente apresenta esses dados? Para aquelas pessoas que disseram para o IBGE que não eram pardas, não eram pretas, não eram brancas, não eram indígenas nós vamos

botar como não resposta. Tem duas maneiras de você fazer isso, uma é sem declaração, isso aí é considerado sem declaração de cor, a pessoa não declara. Na verdade o sem declaração é aquele que se recusa a responder e não diz. Existe muito uma falta de declaração para dizer a renda, as pessoas escondem a renda, a gente tem mais ou menos em torno de 10% da pesquisa, da Pnad, por exemplo, as pessoas dizem sem declaração de rendimento. Mas como é que a gente faz com isso? No censo de 1991 fizemos uma campanha muito grande que teve em todo país, era assim: “não deixe a sua cor passar em branco”. Apareceu na televisão, todo mundo tinha que responder a cor. Então, agora o papel do IBGE é estudar as situações para poder fazer melhores pesquisas e captar melhor a informação; a nossa campanha tem de ser: “por favor, respondam ao censo”. Agora esse tipo de discussão que o recenseador teve com a sua amiga pode acontecer em qualquer pergunta, em qualquer situação. Infelizmente a gente não tem o controle absoluto; a conversa a dois, quando o rapaz ou a moça entra no domicílio, você não tem como controlar. O supervisor tem um papel importante.

Agora como é que a gente passa esses dados para o governo? Uma vez por ano nós publicamos esse livro que tem um capítulo específico sobre desigualdades raciais; são estatísticas oficiais do país. Publica-se todo ano indicadores sociais que mostram as desigualdades entre os 20% mais pobres da população comparando com os 20% mais ricos, as pessoas se declaram de cor branca, cor preta; enfim, o nosso papel de fomentar a discussão é por meio

dos dados empíricos. Eu acho que a gente pode até colaborar, por exemplo, com a Seppir. Houve um certo movimento na Seppir de nos ajudar a fazer a promoção e a divulgação do censo no quesito cor. Finalmente não fizemos exatamente, mas havia essa intenção porque como é que eu posso só divulgar a cor se o censo tem 91 perguntas? Eu preciso que todas as perguntas tenham uma política de divulgação, tenham uma campanha de esclarecimento. Espero que eu tenha respondido.

Magali Naves

Em relação à Conferência de Promoção da Igualdade Racial saiu um Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial. É verdade que entre a criação da lei e a implementação é demorado. A gente sabe que o nosso grande drama são as implementações. Tem um Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial assim como o Brasil tem o compromisso com Durban em as áreas específicas: saúde, educação, juventude, segurança pública. Assim uma série de áreas específicas com as quais a Seppir está trabalhando e tem de convencer o outro a fazer. Por exemplo, o caso Maria da Penha; a responsabilidade de implementação da Lei Maria da Penha é da Secretaria das Mulheres. A gente trabalha sim com questões, algumas questões específicas com mulher negra, mas a gente tem que forçar a Secretaria das Mulheres a trabalhar com a questão da mulher negra. A gente tem algumas ações, mas as ações mais diretas têm de ser feitas pela Secretaria das Mulheres. A mesma coisa com o Ministério da Saúde, esse é o papel da Seppir.

Inclusive acho que é isso que se joga no orçamento que diz: – “Bom, mas vocês não têm políticas finalísticas, vocês têm é que convencer o outro.” Essa é uma questão que deve ser levada, será que é só isso? Tem ações que são diretas; tem a questão dos quilombos que é direta, a questão da violência contra as mulheres é uma ação direta, não é outro ministério que faz. Essa coisa da divisão de funções. Se existe o Ministério da Educação e a gente faz a educação, a coisa ia ficar complicada, ou seja, nós temos que trabalhar em conjunto para sair essa coisa da educação. O que é extremamente complicado porque não é por insistir em um ministério em que terá alguns convencidos, outros não; a gente tem de convencer todos os dias.

Sim, por exemplo, as ações afirmativas que estão acontecendo nas universidades não têm lei ainda, isso está acontecendo independente do Estado, ou seja, vai ser atropelado porque são mais de 70 universidades que têm ações afirmativas e a lei não saiu do Congresso ainda, ano existe lei, ou seja, a sociedade está atropelando a ação do governo. A Lei nº 10.639 também tem um plano pronto, se fez seminários nas regiões, tem uma série de movimentações de intercâmbio de professores para formação, capacitação de professores, uma série de atividades feitas ao nível regional e também é um processo. Daqui cinco anos vai ter que estar funcionando em todos os lugares e muito bem, infelizmente as coisas demoram acontecer até com um certo tempo porque você mexe, como eu falei são 5.565 municípios. É isso.



Texto. Complementar



MULHERES QUILOMBOLAS: AS GUARDIÃS DA HISTÓRIA DOS SEUS TERRITÓRIOS

Givânia Maria da Silva¹

Se a política de identidade significa que eu escrevo “como uma mulher negra”, então a política de posicionamento exige que eu escreva como uma mulher negra, situada em estrutura temporal, perspectiva ideológica e estrutura geográfica determinadas. (SUDBURY, 2003).

Introdução

Este texto tem como principal objetivo refletir sobre o papel das mulheres quilombolas na condição de guardiãs de seus territórios. O texto também faz parte dos temas discutidos no Festival da Mulher Afro-latino-americana que ocorreu na I Conferência do Desenvolvimento (Code)/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em novembro de 2010. O título *Mulheres quilombolas: as guardiãs da história dos seus territórios* não foi uma escolha aleatória. Tem o seu significado na importância do papel das mulheres quilombolas que secularmente “sistemizam” em suas memórias os saberes e a história de suas comunidades. Como sabemos, há em todos os espaços uma tentativa de invisibilizar ou diminuir o papel das mulheres, principalmente das mulheres negras, seja nos espaços de decisões políticas seja nas conquistas de um povo, em que elas têm papel singular. As comunidades quilombolas não estão imunes a tais práticas, pois se trata de uma cultura que foi semeada e sedimentada por práticas de machismo; a mulher como ser inferior.

É com a intenção de falar desse papel que as mulheres quilombolas exercem no “cuidar da memória” das comunidades quilombolas, do pertencimento que este texto se estrutura. Pretendo ainda apontar algumas questões e refletir sobre as práticas dessas guardiãs: mulheres quilombolas. Trata-se de “saberes”. Um saber que é guardado e repassado de geração em geração e é considerado uma “ciência”.

¹ Educadora quilombola, coordenadora geral de regularização dos territórios de quilombo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), mestrandia da Universidade de Brasília (UnB) em Políticas Públicas e Gestão da Educação.

Mesmo formando uma base de resistência do povo brasileiro, as comunidades quilombolas ainda têm sua existência marcada por muitas contradições. Entre tantas está o silêncio imposto, fato que tem impedido de visualizar seus potenciais e de valorizar os patrimônios que se encontram nesses territórios. Por outro lado, uma das formas de manutenção dos territórios quilombolas são os conhecimentos desenvolvidos pelos seus moradores e, de forma especial, pelas mulheres quilombolas.

Os registros oficiais não inseriram na história do Brasil as comunidades quilombolas e sua imensa contribuição na formação da população brasileira. Se por um lado deixam-nas à margem das políticas públicas, por outro lado esses saberes têm se mantido e resistido às pressões. O Estado brasileiro ainda não é capaz de mensurar o capital social e cultural que as comunidades quilombolas guardam em seus territórios. O que é visível é que as mulheres são responsáveis pela manutenção de grande parte desse patrimônio: os saberes tradicionais.

A realidade das comunidades quilombolas em relação à distribuição da população não é diferente do restante do país; há, sim, maior presença de mulheres. Isto não significa que a correlação de força seja diferente das demais comunidades. As mulheres continuam em desvantagens quando se trata dos espaços de decisões políticas. Isto não significa que elas não exerçam liderança e papéis importantes, ao contrário, são elas que detêm as tarefas mais relevantes. Porém, nem sempre isto é destacado e visualizado. Uma das características importantes no perfil das lideranças quilombolas é a presença de mulheres jovens exercendo papéis de destaque nas comunidades. Essa realidade não constitui um fato isolado, mas faz parte do conjunto de elementos que compõem o jeito de ser e a identidade quilombola. É nesses espaços em que o saber ancestral tem um valor singular e é partilhado. Talvez uma das razões da grande resistência dos quilombos esteja no fato de o comum e o coletivo serem sagrados e partilhados, por isto não há tanta disputa por um poder individual; constitui-se um poder coletivo.

Nas comunidades, as mulheres servem de guardiãs de saberes tradicionais (remédios caseiros, rezas, entre outros) e começaram a ver esse patrimônio ameaçado, pois à medida que as comunidades vão sofrendo desajustes esses costumes vão se desfazendo sem que o atendimento público de saúde possa responder às lacunas que, muitas vezes, eram supridas pelos saberes tradicionais. Nessa ruptura, não se vivenciam mais os costumes anteriores para que políticas públicas possam dar respostas, o que nem sempre vem ocorrendo. (SILVA, 2004, p. 19).

É importante frisar que os saberes aqui mencionados são relacionados à saúde, às lutas, às questões ambientais, às estratégias de superação dos desafios impostos às comunidades, aos desafios impostos a sua própria condição de ser mulher e, principalmente, à defesa de seus territórios. Os territórios quilombolas se alimentam desses saberes, mesmo não sendo reconhecidos pelos sistemas formais, e os constituem em ciência válida por aquele povo.

A reprodução da semente das crioulas

Como acontece a reprodução de uma semente? Ela nasce, cresce e brota. Produz frutos, novas sementes e depois novos frutos e assim continua a reprodução. Às vezes elas se perdem, morrem, porém sempre haverá sementes a reproduzir. E assim continua por muito tempo.

Contam os mais velhos que, em meados do século XVIII, seis negras chegaram na região onde hoje é a comunidade quilombola de Conceição das Crioulas, localizada no município de Salgueiro/PE, e arrendaram uma área de três léguas em quadra. Com a produção e fiação – espécie de tear – do algodão sendo vendida na cidade de Flores, também no sertão pernambucano, conseguiram pagar a renda das terras e ainda ganharam o direito de adquirirem o documento destas.

Uso a metáfora da semente para falar sobre as primeiras mulheres de Conceição das Crioulas, pois, ao chegarem naquele chão, no meio do sertão, na região semiárida, que parece não ser fértil, fizeram com sua fibra brotar muitas sementes e essas sementes vêm renascendo e trazendo muitos frutos e flores para enfeitar aquele chão, fazendo exatamente como o ciclo natural de uma semente.

Foi dessas sementes que nasceu Agostinha Cabocla, mulher guerreira, descendente das crioulas que chegaram naquele chão. Morreu com quase 100 anos. Mulher que, para defender seu território no momento em que os grileiros chegaram para invadir a área, foi a Recife, capital de Pernambuco, percorrendo 560 km a pé para afirmar: “esse território é nosso”. Mulher negra que, embora analfabeta, era muito determinada a não se render à opressão. Foi nesse mesmo lugar que nasceu Margarida Dominga, “mãe Magá”, modo como todos da comunidade a chamam, parteira que muitas vezes fez o papel de médica da comunidade durante cinco décadas.

Ali também nasceu “Madrinha Lourdes”, como é chamada pela maioria das pessoas mais novas que ela. Uma mulher artesã que, apesar de não ter concluído nem a primeira série, chegou a alfabetizar várias crianças na comunidade, transformando o barro em educação e sem deixar de trabalhar na roça. Como? Fazendo suas panelas, potes, pratos de barro e vendendo na própria comunidade e na redondeza. Com os minúsculos recursos deu educação para seus sete filhos, inclusive para mim, pois ela é minha mãe. Eu certamente estou ligada a esta história, seja pela minha mãe seja pelo pertencimento àquele quilombo. Quero contar um pouquinho da minha história que começa com a transfusão que o barro fez na minha vida e, conseqüentemente, na vida da comunidade.

Das meninas da minha época, eu era, até 1995, a única a ter concluído o ensino médio e estar no ensino superior, desta vez na Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central (FACHUSC), onde me formei em Letras. Como chegar na cidade morando a 48 km de distância, quando transporte escolar não era oferecido no município, nem para os alunos do ensino fundamental da comunidade, muito menos para alunos do ensino superior? Já servidora pública municipal pedi licença sem vencimento, o que ocasionou a impossibilidade de bancar os estudos. Fui convidada para trabalhar em um projeto da Igreja Católica, forma que encontrei de pagar minhas mensalidades. Foi uma experiência única, pois tinha como tarefa mobilizar as comunidades rurais, associações e sindicatos, no âmbito de oito municípios no sertão de Pernambuco, oportunidade que aproveitei para cada vez mais vivenciar a minha comunidade.

No meio de toda essa efervescência nasce a Escola Professor José Mendes, na comunidade de Conceição das Crioulas, lugar onde tive o privilégio e missão de ser a primeira diretora. Quase que de forma natural, todas essas descobertas foram se transformando em currículo na escola. É também essa escola que pela primeira vez levava o nome de descendente das crioulas, Professor José Mendes, quebrando uma cultura de nomes de santos ou de fazendeiros.

Estava eu lá em 1996, indicada pela comunidade, fazendo educação com aquele povo quando recebo do mesmo povo outra missão: representá-lo na Câmara de Vereadores do Município de Salgueiro. Sem recusar, lá vou eu. Disputo a eleição para vereadora nesse mesmo ano, chegando a ser anunciada eleita, mas não assumindo porque houve mudanças no resultado da eleição. Em 2000, fui para disputa novamente. A comunidade acreditava que ter uma representação na Câmara Legislativa fortaleceria nossa luta. Fui a segunda mais votada do município, feito que só se tornou possível devido ao empenho e determinação da comunidade. Em 2004, fui reeleita. Exerci o mandato de vereadora sempre como um instrumento da comunidade.

Em 2007, fui convidada a compor a equipe de governo do presidente Lula, desta vez como subsecretária de Políticas Tradicionais da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir)/PR. Saí após nove meses. Seis meses depois assumi a coordenação da política de regularização fundiária dos territórios de quilombo do Incra, tarefa bastante desafiadora.

Os desafios só aumentam. Aprovada na seleção para o mestrado, em 2010, em Políticas Públicas e Gestão da Educação, na Universidade de Brasília, vou ver como esses dois elementos se encontram: experiência de vida e academia. Estou eu lá de novo, mais uma vez desafiando a história, os números e a mim mesma.

Há muitas mulheres naquele lugar que tiveram e têm um papel como o meu, ou ainda como o da semente crioula, de continuar a reprodução dessa história de luta e resistência que tentei contar aqui, sabendo que é impossível transmiti-la nessas breves palavras.

Essa história tem continuidade com as sementes que renascem todos os dias e continuam a reprodução, defendendo esse mesmo lugar. Eis aí a semelhança dessas mulheres com o ciclo de reprodução de uma semente, que defende a manutenção de sua espécie para que esta tenha condições de dar continuidade ao processo de renovação.

Assim é Conceição das Crioulas, assim é a história dessas mulheres quilombolas em tantos outros quilombos espalhados por aí afora: brotam e semeiam novas sementes em seus territórios.

Os desafios “do pertencimento”

Estou falando de um grupo que construiu seu espaço e, conseqüentemente, seu território e sua identidade, cujas características territoriais e identitárias foram e vem sendo afetadas para dar lugar às novas e velhas formas de grilagem. “O fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos.” (LITTLE, 2002). Os novos e velhos modelos de grilagem, apesar de contrariarem as construções históricas e sociais, apresentam-se como sendo algo muito importante para as comunidades tradicionais, quando na verdade não passam de subterfúgios e trazem impactos negativos. São as práticas de expropriação que vem mudando o perfil das comunidades. Os novos “grileiros” intervêm a partir de uma lacuna deixada pela omissão do Estado brasileiro, pela ausência de políticas públicas para essas populações. Assim, surgem nas comunidades quilombolas conflitos internos, forçados e forçados por forças externas. As mulheres atuam em muitos casos como mediadoras de conflitos, por serem elas as que menos se deslocam dos seus territórios. É nessa hora que os saberes que exercem entram em ação.

Atualmente, as denominadas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) são o exemplo mais vivo desse processo, basta notar o mapa de localização e os problemas enfrentados pelas populações ali residentes. As promessas das PCHs são: fortalecer as organizações locais por meio de investimentos financeiros e levar energia elétrica às comunidades, o que se caracteriza como algo duvidoso. Isto porque um dos programas mais amplos do governo Lula, o Luz para Todos, que leva energia elétrica às comunidades distantes, não contou, na maioria das vezes, com o apoio das PCHs. É verdade que a luz elétrica ainda não chegou a todas as populações tradicionais. Outros exemplos são: os minérios, as plantações de soja, de eucalipto, as grandes barragens, os arrozais, entre outras atividades do agronegócio, disputando espaços nos territórios quilombos e em terras indígenas que, uma vez homologadas (indígenas) e regularizadas (quilombolas), saem do mercado de terras.

Quando falamos de quilombos não estamos falando de lugares formados a partir da ação do Estado e sim dos próprios sujeitos que ali firmaram residência e, para além disso, um compromisso: viver e cuidar, como ato de pertencimento, de um território. Assim, a terra é entendida a partir de outros paradigmas. Terra como espaço de vida; terra como espaço de reprodução física; social; e cultural. “Terra parenta”, lugar de manutenção de vida das pessoas e da natureza. Manter a terra viva é manter as pessoas vivas também, é não usar a terra meramente como negócio, como moeda de troca do latifúndio. Ao falar desses lugares para definir a identidade e a territorialidade é preciso reconhecer os sujeitos que ali vivem como parte importante desses espaços.

Como entender que nos dias de hoje ainda haja dúvidas sobre a existência de comunidades quilombolas em territórios nos quais eles vivem há séculos? E mais, há quem queira contestar não só a sua existência como também a sua identidade. A identidade não é determinada por um papel ou qualquer outro tipo de atestado, tampouco se trata de um processo descolado de uma dinâmica territorial. Ao se duvidar da identidade quilombola fica fácil duvidar da própria existência dessas comunidades em determinado lugar. Esses lugares passaram séculos sem qualquer presença do Estado e se mantiveram vivos, organizados, o que significa que as identidades ali constituídas têm alicerce na sua própria origem e são resistentes, logo não foram construídas pelas forças externas do capital. Conforme Almeida,

[...] na consecução da identidade coletiva, categorias como quilombolas, terras de preto, dentre outras podem ter significados específicos que pressupõe uma modalidade codificada de utilização da natureza: os recursos hídricos, por exemplo, não são privatizados, não são individualizados; tampouco são individualizados os recursos de pesca, caça e extrativismo (2002, p. 68).

É preciso dizer que o reconhecimento das comunidades quilombolas como sujeitos de direito, a partir da Constituição de 1988, trouxe-as para um grande debate, ora pela afirmação de seus direitos ora pela negação. A afirmação enquanto sujeitos de direitos, na prática, tem sido feita com determinação pelas próprias comunidades quilombolas apoiadas por setores do movimento negro brasileiro. Também não podemos deixar de reconhecer que foi a partir de 2003 que esse debate se intensificou, quando as comunidades passaram a fazer parte de um público a ser inserido nas políticas públicas. Se por um lado é uma vitória, por outro lado as pressões aumentaram. Pressões que partem dos partidos políticos, a exemplo do Partido da Frente Liberal (PFL), hoje Democratas (DEM), que move desde 2004 uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3.239/2004, no Supremo Tribunal Federal, para impedir os pequenos avanços que surgiram a partir de 2003, por exemplo, os oriundos do Decreto nº 4.887/2003. Ainda fazem parte do elenco que tenta travar as políticas públicas voltadas para as comunidades quilombolas setores do Poder Legislativo que apresentam projetos com o mesmo propósito. Os reflexos de tais conflitos recaem sobretudo nas mulheres quilombolas que, diante de um cenário de conflito e pressão, precisam construir estratégias de se manterem nos seus territórios e assegurarem a sustentabilidade de suas famílias. Nesse momento, os saberes tradicionais são usados como mecanismos de defesa, saberes que, na grande maioria, encontram-se com as mulheres quilombolas.

Portanto, não é exagero afirmar que as mulheres quilombolas continuam exercendo o papel de mantenedoras dos conhecimentos e saberes nos quilombos, logo podem ser chamadas e reconhecidas como as guardiãs dos seus territórios, dos territórios quilombolas.

Referências

- ALMEIDA, A. W. B. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, E. C. **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2002.
- LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia n. 174. Brasília: Departamento de Antropologia, 2002.
- SILVA, G. M. **Jornal da rede feminina de saúde**, Belo Horizonte, n. 26, 2004.
- _____. A reprodução da semente das crioulas. **Nosso Jornal**, Brasília, ano 1, n. 2, mar. 2010. Suplemento mulheres negras.
- SUDBURY, J. **Outros tipos de sonhos**: organização de mulheres negras e políticas de transformação. São Paulo: Summus, 2003.



CENSO: MULHERES NEGRAS NA POLÍTICA

Janete Pietá

Bom dia a todas e a todos, o meu axé. Em primeiro lugar gostaria de me apresentar realmente. Meu nome é Janete Rocha Pietá e sou coordenadora da bancada feminina da Câmara, porque uma das coisas que eu sinto muito é que muitas vezes a nossa história não é registrada e ficam umas coisas tão genéricas às vezes. Até no próprio partido não dizem realmente como a gente participa. Eu participo na Câmara Federal, sou deputada federal de primeiro mandato, fui reeleita; nós participamos de várias frentes, eu participo da Frente de Igualdade Racial, participo também da Frente de Quilombolas, coordeno a bancada feminina e ontem nós lançamos a Frente Parlamentar de Combate pelo fim de todo e qualquer tipo de violência contra a mulher; além, é lógico, de participar de outras frentes, mas eu estou dando as referências da luta nossa, da questão negra e da questão da mulher porque eu me assumo como uma mulher negra. Também na Câmara eu sou coordenadora do Núcleo dos Parlamentares Negros (Nupan) do PT que na verdade, sob a minha coordenação, eu dei um aspecto mais suprapartidário, apesar de nascido realmente no viés do Partido dos Trabalhadores. Participei efetivamente da Comissão Especial que aprovou o Estatuto da Igualdade Racial.

É bom dar esses dados. Aliás, a gente tem que documentar isso porque a nossa história é muito pouco documentada; queimam a nossa história e

não documentam o que somos. Então é uma primeira questão que eu gostaria de levantar. Agradecer também o convite; estou muito honrada de participar desse evento da Mulher Afro-latino-caribenha e sendo hoje dia 25 de novembro, dia internacional da luta contra a mulher. Eu percebo que a maior parte dos presentes são mulheres. Eu gostaria de reafirmar que não se pode compreender como, em pleno século XX, nós temos um quadro de violência contra a mulher alarmante e a cada 15 segundos a mulher está sofrendo algum tipo de violência; como a Lei Maria da Penha no seu artigo 7º declara: “Não é só a violência física e nem só a sexual, mas também a violência psicológica, moral e patrimonial.” Eu trouxe um texto para nortear a nossa discussão e eu vou fazer uma síntese desse texto.

Nós negros e negras sabemos da nossa história. O tráfico de pessoas africanas trouxe para o continente americano aproximadamente oito milhões de negros e negras. Sabemos da nossa luta, e como sábado passado foi dia 20 de novembro queremos saudar Zumbi, Dandara que lutaram e que criaram no Brasil um primeiro espaço social de luta, de resistência pelo fim da escravidão, essencialmente pela liberdade e igualdade. As resistências não foram só essas, mas eu gostaria de dizer e pedir pela participação das mulheres do movimento da sociedade civil organizada de brancos e negras que têm compromisso com a luta pela igualdade, pela

democracia para pressionar o Senado no sentido de aprovar o Dia de Zumbi, 20 de novembro. Na Câmara já aprovamos, porém está, infelizmente, na mão de Demóstenes Torres e ele quer terminar com qualquer dia de feriado, não quer principalmente o 20 de novembro e nós temos que afirmar lideranças como Zumbi que é muito importante. Também nessa segunda-feira, essa semana é histórica, dia 20, Zumbi, e dia 22 completamos 100 anos da Revolta da Chibata. Imaginem, depois da proclamada República ainda ocorria no Brasil castigos como característica da escravidão; e por isso salve o almirante negro João Cândido que resistiu por questões muito claras. E aí é outro aspecto que temos que aprofundar, nós mulheres, nesse espaço latino-caribenho. Ele resistiu exatamente porque tinha ido a Inglaterra, fez curso de qualificação. Ele não só era um marinheiro, mas ele coordenou toda a esquadra, sabia conduzir a esquadra. Participou efetivamente quando esteve na Inglaterra, teve contato com os sindicalistas ingleses. Então é muito importante, a história nunca dá essa qualificação nossa do povo negro, a nossa invisibilidade é secular, mas a invisibilidade continua hoje.

Vocês sabem muito bem que hoje nós somos cerca de 150 milhões de pessoas, aproximadamente 30% de habitantes da América Latina. E, no Brasil, eu quero afirmar que nós somos muito mais de 50%, porém outra questão que temos de discutir é que os dados, nós não temos a forma como são colhidos os dados. Nós não temos dados

precisos de quantos somos. Na verdade, quando discutimos Estatuto da Igualdade Racial nós definimos que negro é um conjunto de pretos e mestiços. Agora, eu sempre digo isso, temos que mudar a língua portuguesa. É inadmissível que tenha um termo como parda; eu estou nessa categoria. Eu sempre digo uma coisa séria e todo mundo ri, eu não sou filha de pardal; a minha cor pode ser marrom, mas dizer que é filha de pardal é muito difícil, ou filha de mula como é o caso do mulato.

Dizer que alguns dados são alarmantes da marginalização; as mulheres negras ganham a metade do salário das mulheres brancas e um terço da média de salários da população brasileira. Dizer que, apesar de as mulheres terem maior escolaridade que os homens, 85% das mulheres negras não conseguem ultrapassar a quarta série e 30% infelizmente ainda são analfabetas. A mulher afro-caribenha se encontra em uma situação de exclusão socioeconômica e o homem negro tem situações piores do que as mulheres brancas.

Em relação aos espaços de poder é muito claro a exclusão; é marcante a ausência de mulheres negras. O meu tema é Mulheres Negras na Política. Se formos ver, o governo Lula avançou: criou a Seppir e felizmente a primeira ministra foi Matilde Ribeiro, negra. E homens nós temos o Orlando Silva no Esporte. Mas nós podemos dizer que na Câmara Federal – nós queremos mudar o nome “Câmara dos Deputados Federais”, porque nós temos mulheres também – somos poucas. Nós fomos eleitas 47, atual somos 45 porque duas foram

eleitas prefeitas. Dessas 45, somos pouquíssimas as que atuam; eu me sinto muito isolada na luta pela igualdade. Nós temos mulheres mais ligadas ao Norte, que é índia com negro, e se dedicam mais às questões regionais do que à luta; algumas não se declaram nem participam da luta da mulher nem se caracterizam como negra. Então isso é muito difícil, mas eu quero parabenizar; a organização das mulheres negras é muito grande e aí eu tenho algumas questões para atentarmos e aprofundar.

Foi devido à organização de mulheres negras que, em 1980, no primeiro Encontro de Mulheres Afro-latino-americanas e caribenhas, realizado em São Domingos, se estabeleceu o dia 25 de junho como o Dia Internacional da Luta e Resistência da Mulher Negra, a partir de 1992. E vocês sabem muito bem que os quilombolas são predominantemente mulheres, que é uma grande luta, e hoje existe uma ADI dos democratas querendo impedir a titulação dos quilombolas. As empregadas domésticas são essencialmente mulheres e mulheres negras e somos mais de seis milhões, podemos afirmar que mais de 90% dessa categoria são mulheres negras no Brasil. Além disso, nos setores fabris a participação das mulheres, principalmente nos setores não qualificados, como ajudante geral, é predominante afro-brasileiras, e é muito importante a gente saber dessas questões para colocar alguns dados que nós temos que refletir e lutar para que sejam rapidamente construídas políticas, mas não só no papel, na re-

alidade. Por exemplo, as delegacias das mulheres. Grande parte da violência contra as mulheres se dão de quinta a segunda-feira, na madrugada, e as delegacias estão fechadas no fim de semana ou funcionam até as 18 horas. Nós temos que exigir, mulheres e mulheres negras, das delegacias terem funcionamento 24 horas e também a questão de funcionar no fim de semana.

A Lei Maria da Penha foi um avanço importantíssimo, apesar de que temos muito a fazer. Inclusive nós no Congresso estamos discutindo um projeto para aperfeiçoar algumas lacunas que permitem que juízes não enquadrem como violência doméstica. Nós temos que ampliar o número de casas abrigos, centros de referências e, principalmente, a criação de juizados especiais para atender casos de violência contra a mulher; além do fortalecimento dos conselhos municipais dos direitos das mulheres e a criação de Coordenadorias de Igualdade Racial, a partir do Seppir. Lá em Guarulhos, por exemplo, nós trabalhamos não só a questão negra, mas a questão dos ciganos, dos indígenas; se nós falarmos da mulher indígena aí a situação também se encontra em um quadro de extrema exclusão.

Na mini reforma eleitoral que ocorreu esse ano, a bancada feminina lutou muito para incluir algumas questões. Não conseguimos tudo o que queríamos, mas conseguimos alguma coisa. Por exemplo, queríamos 20% do fundo partidário para formação de lideranças femininas, conseguimos aprovar 5% e isso

porque nós tivemos um relator, que é o Flávio Dino, do Maranhão, que foi muito parceiro com nós mulheres e porque fomos para cima. Porque eles ficam apavorados quando nós partimos; temos que dizer literalmente isso, nós temos que ir para cima, cercar alguns e eles ficam apavorados quando vêm a nossa organização e nosso cerco.

A questão dos quilombos continua no parlamento; temos que cercar, fazer a tática de guerrilha para conseguir nossos espaços. E nós estabelecemos, é muito importante que todas as mulheres saibam, 10% do tempo da propaganda partidária para discutir as questões femininas. Eu sou deputada de primeiro mandato, mas nunca fui convidada para participar de algum programa do meu próprio partido; isso é real. E para participar no último partido que hoje é a Senadora Marta Suplicy eu, na executiva, tive de dizer “como não vai ter uma mulher do estado?” Para vocês verem que até os partidos de esquerda em que há predominância de mulheres, negras e dos negros, o caso é alarmante.

Outra questão que não conseguimos nem no estatuto nem na mini reforma eleitoral é a inclusão de cotas também para os afrodescendentes. Nós queríamos 30% de afrodescendentes e foi tirado tanto do estatuto quanto da mini reforma, que é uma luta que eu já estou encampando para recolocá-la no parlamento sob projeto de lei, mas se nós tivéssemos aprovado no estatuto seria muito importante. Eu já falei que nós somos atualmente 45 e o dado

alarmante é que a bancada feminina diminuiu; nós seremos na próxima legislatura 43. Nós éramos quase 9% e agora seremos 8,4%. Claro que nós podemos dizer que algumas mulheres que eram deputadas federais foram para o Senado, como é o caso em Amazonas, da Vanessa Grazziotin, do PCdoB, que foi uma vitória muito grande ela ser eleita mulher no Amazonas; o caso de Lídice da Mata, Senadora e também afrodescendente; e o caso da Ângela Portela, também do PT, que foi eleita Senadora. Então, nós éramos 45, dessas 45 voltamos 43 e 3 delas foram eleitas senadoras. E eu também quero dizer que tivemos mulheres que eram senadoras como o caso da Ideli Salvati, a Ângela Amin. Quer dizer, se nós queremos discutir empoderamento nós temos que discutir em todos os cargos.

E infelizmente eu sei que tem um prefeito negro lá em São Paulo, que é o Marcelo Cândido, de Suzano, mas não existe estatística, eu não sei de nenhuma mulher negra prefeita. Então, esse é o quadro que eu estou dando para vocês. A Dilma, no seu primeiro discurso, deixou bem claro que quer honrar as mulheres brasileiras. Isso é um fato inédito. Nós somos 52% da população brasileira, mas nós mulheres negras, se somos sempre excluídas tanto no emprego quanto na escolaridade e no poder, é necessário que tenhamos uma presença muito ativa para podermos participar. Aliás, eu estou aqui do lado da minha companheira Leci Brandão que foi eleita deputada estadual; eu acho que antes só teve mais uma, eu estou dando um exemplo no estado de São Paulo.

Eu queria também colocar a importância de nós começarmos a lutar pelo fim da nossa invisibilidade. Eu dou alguns exemplos; foi furtado o meu carro, eu deixei o carro próximo ao cinema, quando eu voltei, olhava o espaço e estava vazio. Aí fui fazer o boletim de ocorrência, quando cheguei lá, claramente, avisaram o delegado que eu estava lá porque tinha um funcionário da delegacia que me conhecia, preenchi. Aí me deu para ler, eu falei vamos ler; aí eu falei, bom, eu quero fazer algumas retificações aqui no texto. Quais são? Eu falei bom, eu não dei o meu RG porque eu apresentei o documento carteira de motorista, mas eu tenho o meu RG, está aqui, você coloca o número do meu RG. Estava escrito cor branca, falei eu não sou branca, “ah, então, mas a senhora não é branca?” Não, eu não sou branca, eu sou afro-brasileira, aí criou um rebu. Eu quero que coloque afro. Não, mas não existe isso no IBGE. Falei, mas é um absurdo, é uma luta que nós temos que deixar bem claro e também acabar com esse negócio, quando eu digo que eu sou negra, muitas pessoas querem entender, você não é negra. Sou, porque negra são os pretos e nós temos que saber disso multiplicada e nós temos que declarar, deixar de ser invisível, eu falei não sou branca, você vai tirar isso daí. Não, não tiro, você é branca. Não sou branca, eu sou afro-brasileira. Então está bom, já que você vai colocar o que eu não gosto, põe que eu sou parda, mas branca eu não sou. Quer dizer, não dá para a gente ficar aceitando esse tratamento, você é moreninha, não, eu sou preta, eu sou negra. Vamos nos assumir e vamos deixar bem claro quem somos.

Por exemplo, uma denúncia que nós temos, eu dou sempre o exemplo do meu estado, São Paulo. Muitos tempos o IBGE não passou lá e eu sei que eu fiz a simplificada, mas não se perguntou a minha religião, que é outro problema da religião. No estatuto da igualdade felizmente nós conseguimos alguns avanços que é a questão do respeito às religiões de matrizes africanas, podendo as nossas yalorixás e babalorixás terem acesso ao hospital, a penitenciárias e instituições estaduais de educação, como Fundação Casa ou antigo Febem. Então, nós precisamos muito de dados concretos que reflitam a nossa realidade e precisamos também de uma maior participação no poder, porque é no poder que se decide as políticas públicas que poderão dar qualidade de vida à grande parte da população brasileira que é afrodescendente. Veja a questão de cotas que já foi aprovada na Câmara e que está parada no Senado.

Finalizando, ontem, além de fundar a Frente Parlamentar de Combate à Violência à Mulher, foi lido uma carta de mulheres dos países do Cone Sul em uma manifestação que fizemos na Câmara com a presença de Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Vou deixar com vocês essa carta. No texto eu incluí essa carta de Brasília que deixa bem claro que a situação crítica da mulher no mercado de trabalho, as formas de violência contra a mulher, mas de uma forma muito mais genérica do que tratando especificamente da questão da exploração, da exclusão da mulher negra. Eu certamente serei

a coordenadora desta frente e vamos tentar nos articular com as mulheres do Mercosul e espero que vocês da sociedade civil organizada, dos movimentos de mulheres negras, negros, brancas e brancos participem e pressionem; porque não basta ter a lei, é necessário que ela seja cumprida, e não basta ter a lei e ser cumprida mas ser muitas vezes distorcida para atender os interesses de uma sociedade essencialmente patriarcal, machista e com muitos ranços escravocratas. Obrigada.

Jacira da Silva

Bom dia a todas e a todos. A realização deste festival é uma vitória, é uma conquista, é um avanço na nossa organização. A proposta é a radiografia de nós mulheres negras na América Latina e no Caribe. E essa radiografia nós não temos em mãos da forma precisa; nós a temos muito pulverizada. Então o grande desafio é saber onde nós estamos, como estamos e quantas nós somos para poder nos fortalecer no sentido de buscar e exigir a nossa inclusão, inclusão com endereço, inclusão com sexo, inclusão com cor. Porque as formas “inclusivas” que o Estado brasileiro nos coloca sempre deixam muito a desejar. Muitas das vezes essas lutas são muito solitárias e muito sofridas porque não vamos tornar o dia a dia dessa nossa invisibilidade prazerosa, não é prazerosa. Nós somos mulheres negras compromissadas com essa igualdade de direitos e oportunidades e, para nós, estarmos aqui, quatro mulheres negras nesta mesa, é mais um avanço. Axé para nós, Hoje é quinta-feira, na nossa religiosidade

de matriz africana é o dia em que a gente cultua o nosso pai Oxossi. E com esse dia tão forte, a gente com certeza vai contribuir para esse bem-estar, essa melhoria e essa visibilidade nossa.

Eu e Luciana Soares fomos, como inúmeras mulheres negras, candidatas a deputadas no Distrito Federal. Duas de muitas que se candidatam e vão se candidatar mais pela frente. Luciana e Jacira, em Brasília, tiveram um perfil assim: buscando a nossa visibilidade e a nossa inserção enquanto mulheres negras nesse processo eleitoral. Mas antes de entrar de fato na questão das mulheres negras na política, a política é muito mais abrangente. Política nós fazemos desde que amanhecemos e anoitecemos, é uma busca dessa igualdade e visibilidade; é na educação, na saúde, na segurança e neste espaço, que é mais um espaço de poder.

O espaço de poder tem que estar caminhando com a nossa organização e o nosso empoderamento. Às vezes até entre nós, mulheres, nem sabemos o que é empoderamento. Hoje é o Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher, dia 25, este festival também foi muito feliz na data. Porque uma das violências é a nossa invisibilidade. Onde nós estamos e como estamos, quantas candidatas participaram aqui? Eu vou fazer indicações sobre a realidade nossa aqui do Distrito Federal: teve uma cadeirante no partido, dentro da coligação 14, 11 partidos. Uma coisa que a gente tem que observar, tem os 30% dentro dos partidos, é a exigência legal do TRE. É uma conquista,

mas ao mesmo tempo ela não se efetiva porque nós não temos dentro dos partidos políticos essa formação continuada. Você tem que se virar, buscar a sua base, trazer quantos te representam para poder começarem a te enxergar. O partido tem que acreditar e colocar recursos, porque o fundo partidário é uma exigência também, e nós mulheres do Distrito Federal fizemos um trato, vamos atrás desse fundo partidário.

Mas cadê o fundo? Então os 30% e o fundo partidário são meramente para fins de satisfação judicial, pois para se lançar candidatas ao processo eleitoral precisa dessas exigências. Então o partido cumpre e não passa disso. E aí vem a outra violência que é se fazer conhecer. Como é que se conhece um candidato e uma candidata em um Brasil continental como é o nosso? Então precisa dos meios de comunicação, o horário eleitoral, que é o único permitido e nós não estamos nele. E como após esse processo eleitoral vai questionar a Dona Leci que teve cento e pouco mil votos? A Dona Janete que está deputada pela segunda vez, mas teve uma primeira vez; todo mundo tem uma primeira vez e precisa fortalecer essas candidaturas negras. Então, minha trajetória de seis meses me trouxe essas três questões que eu achei de suma importância colocar aqui.

Essa coragem, esse compromisso de nós nos colocarmos diante da sociedade; a eleição te proporcione isso. Com panfleto, com cartaz, chegando junto para ver as reações. Porque elas são muito espontâneas, umas mais veladas, mas outras bem

incisivas. Algumas pessoas perguntavam quem era o meu candidato ou candidata, outras nem pegavam o papel. Pior, recorrentemente perguntavam para quem eu estava trabalhando.

Porque a política brasileira se tornou isso. É um empreendedorismo, uma indústria eleitoral. O que eu percebi também foram famílias negras que esperam de quatro em quatro anos para trabalharem. Eu fiquei assustada. E aí é a juventude, a família, a mãe, o pai que está desempregado, a mãe que continua, em sua grande maioria, o sustentáculo da família.

E aí você vai buscar esse recurso para a campanha. Que recurso? Não existe. Em Brasília tivemos no próprio mês de setembro – eleições em outubro – um resíduo, que eu chamo resíduo, um pró-labore, e aí ao mesmo tempo nos distancia dessa possibilidade real. E quando nós vamos estar prontas economicamente para disputar?

Outro desafio trata do que é o público-alvo e qual é o seu projeto político? Eu fiquei assustada. As pessoas diziam: “você não vai falar de negro, você não vai falar de negra porque isso vai afastar; você não vai falar da religiosidade matriz africana, pois com isso você vai perder voto”. Eu falei: eu vou falar de quê? Eu vou inventar, eu vou maquiar um projeto? Isso é o outro dado real, não existe voto racial no Brasil ainda. Tem voto até religioso hoje, mas não tem o racial. Esse é o grande pulo do gato, essa é a transformação. Como também quero exigir um voto racial se nós não temos essa nossa identidade? Como eu também queria exigir

e esperar algo de uma sociedade brasileira que não sabe quem é? Se nós somos 64% da sociedade, mas existem mecanismos que tiram da gente a nossa ascendência africana cada vez que a gente amanece e anoitece? Um processo de embranquecimento; tome, dá-lhe lavagem cerebral. Como eu queria investir no voto racial em uma campanha?

E aí te baqueia, mas ao mesmo tempo te levanta. É por aí, porque há outros setores da sociedade que se colocam como tal; a questão de gênero e dentro da questão de gênero a questão de mulheres. Quantas mulheres nós temos nessa organização? Mas cadê nós no momento, no espaço de poder, no espaço de formulação? Porque quando há formulação bota uma frase, mulher indígena, mulheres caboclas, mulheres rurais e está muito bom, por quê? Aí é uma questão direcionada de te colocar em um mesmo bolo, você já é mulher, você quer mais o quê? Eu já estou te reconhecendo como mulher, já tem 30% nos partidos políticos, você quer mais o quê? Vem com étnico-racial? Não. E aí precisa a gente estar garantindo esse espaço.

Quanto a questão do voto racial e a candidatura ideológica. Nós no Distrito Federal sofremos muito com os escândalos que aconteceram aqui no processo eleitoral. Mas foi bom também porque nós vimos nas ruas as pessoas querendo conhecer as propostas. Então tivemos aí o resultado no primeiro turno. Uma questão partidária que está colocada é também a questão do partido reconhecer, no sentido de traduzir isso em ações da nossa

participação enquanto movimento social. Porque a gente só é lembrado para poder mobilizar; mobilização vai buscar o movimento social, cultura então, maravilha. Precisamos reverter essa situação, o movimento social é que faz, movimento social que organiza a sociedade. Nós vamos ter ainda, não sabemos quando, de pleitear esse espaço no parlamento, via movimento social, porque o partido político é uma via hoje; vamos ver até quando, também é um outro desafio.

Essa experiência também é trajetória política. Quando saiu o resultado, é aquilo: eu ia ganhar, eu tinha tudo, mas cadê os votos? Essa é a pergunta que não se cala. Seiscentos e aí quando eu quero criar suspense, falo seis, seis, seis mil? Falei não, 681 votos. Em uma trajetória de 30 anos de política, política e participação na questão étnico-racial. Aí vem outro questionamento, outra cobrança e outra reflexão, nós só sabemos falar de negros e negras? Nós candidatas negras que temos um projeto? É só isso? A sociedade só nos vê dessa forma ou nós, de fato, ou Jacira, é só isso? Só isso não, muita coisa, mas é o que domina, não é? Aí a Jacira não pode falar na comunicação, Jacira não tem um projeto para agricultura familiar, para outros setores importantes. Então foram esses votos. Eu fiz uma outra provocação, eu continuo candidata, mas ao mesmo tempo anteontem eu encontrei uma das nossas lideranças e eu falei assim, até quando que nós negros e negras vamos participar desse processo eleitoral e vamos continuar candi-

datas e poucas conseguirem ser eleitas? Você é antes, durante e depois, você está no processo, depois você é eleita, e para continuar e para ser reeleita, porque na nossa história brasileira tivemos uma participação de pessoas negras no processo e não foram reeleitas e é um estudo que merece ser feito.

Por último eu queria colocar que não estou falando sobre candidaturas negras de pele. Nós estamos falando de quem está comprometido com essa questão étnica-racial. Nós na nossa organização de movimento negro somos tranquilos e tranquilas de dizer: – “Nós estamos aqui nesse espaço discutindo as nossas vidas porque é questão de vida, porque o extermínio é todo dia e não é por causa de pobreza. Nós conseguimos mostrar para a sociedade brasileira e para o mundo que nós não somos discriminados porque somos pobres; nós não somos discriminados porque somos pobres tão somente, mas porque nós somos pobres e negros e negras; nós somos pobres, negros e negras, portadores de necessidades especiais; nós somos pobres e negras indígenas e quilombolas. Nesse mês da consciência negra é muito efervescente os convites das escolas para a gente fazer palestra e a gente sempre vai porque sabe com quem nós vamos estar trocando ideias, mas também a gente tem que começar a dar um tempo. Porque é muito fácil para a escola tratar o tema no dia 20 de novembro e dizer: – “Eu estou aplicando a Lei nº 10.639. É muito comum também dizer que não sabia, não foi divulgado, não chegou a mim, mui-

to cômodo. Então há conhecimento sim da lei, a lei significa o quê? A inclusão disso tudo que nós estamos falando, a nossa inclusão positiva, para cima, afirmativa e com resgate histórico. Aliás, estamos aqui começando uma campanha pelo 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, feriado nacional. Axé. Obrigada.

Leci Brandão

Deus abençõe a todos, ilumine e proteja. Bom dia para quem é de bom dia, a benção para quem é de a benção, calofé, motumbá, macuiú. E também quero saudar as pessoas das outras religiões porque eu sou absolutamente respeitosa com todos os credos, muito embora o meu seja bastante perseguido pela sociedade brasileira. Mas a gente continua tendo esperança de que um dia a questão da intolerância religiosa também vai ser extirpada desse país.

Queria agradecer profundamente a nossa nobre deputada federal, reeleita, Janete Pietá. Eu quero pedir muitos aplausos para a Janete, depois eu vou explicar o porquê. Uma mulher da cidade de Guarulhos que tem todo o reconhecimento da população, principalmente dos menos favorecidos. Agradecer a forma contundente e emocionante da fala da Jacira da Silva. Eu me senti assim extremamente contemplada com tudo o que você colocou porque a Janete nos dá todo o panorama do que acontece no âmbito do Congresso Nacional, nos mostrando o que ela fez, o que ela faz e o que ela fará nos seus projetos de lei. Você nos trouxe a luta da cidadã que

foi candidata e que infelizmente não se elegeu, mas a coisa mais importante que você disse aqui para a gente é que você continua candidata.

Eu vou tentar aqui dizer a relação de parlamentares negros e negras que foram eleitos porque eu tenho que falar nos homens negros também, não posso só falar nas mulheres porque temos homens na plateia. Se eu esquecer alguém, Janete, você fala. São pessoas que se autodeclararam na ficha do TRE como negros; eles que se declararam. Senadores: Lídice da Mata, PSB da Bahia; Humberto Costa, PT de Pernambuco; e Paulo Paim, PT do Rio Grande do Sul. Deputados federais: Perpétua Almeida, PCdoB do Acre; Simbá Machado, do PT; Dalva Figueiredo, PT; Evandro Milhomen é do Amapá, PCdoB; Valmir Assunção, PT; Luís Alberto, PT; Eudes Xavier, PT; Chico Lopes, PCdoB; Domingos Dutra, PT; Gilmar Machado, PT; João Paulo, PT; Luciana Santos, PCdoB de Pernambuco; Benedita da Silva, PT; Edson Santos, Chico Alencar, Jean Willis, do PSOL; Jandira Fegali, Romário, Assis Melo, Janete Pietá, Vicente Cândido e Vicentinho; os federais.

Agora vou falar os estaduais, isso é do Brasil todo: Cristina Almeida, PSB; Bira Coroa, do PT; Fátima Nunes, PT; Chico Vigilante, PT; Almir Paraca, PT; Izaltino, PT; Manuel Santos, PT; Gilberto Palmares, PT; Alexandre Corrêa, PRB; Rosângela Gomes, PRB; Conceição Vieira, PT; Francisco Gualberto, PT; Adeilson Barreto, PSB; essa amiga que vos fala, PCdoB; Telma de Sousa, PT; Isaque Reis, PT; Luís Moura, PT; João Paulo, PT; Donize-

te Braga, PT; Luiz Marcolino, PT; e José Candido, PT. Candidatos negros não eleitos para o Senado este ano: Edivaldo Brito, do PTB da Bahia; Fátima Cleide, PT de Roraima; e Netinho de Paula, PCdoB de São Paulo. Deputados Federais não eleitos: Paulão, PT de Alagoas; Edmilson Valentim, PCdoB do Rio de Janeiro; e Carlos Santana, PT do Rio de Janeiro.

E deputados estaduais: Gilmar Santiago, PT da Bahia; e Olivia Santana, do PCdoB da Bahia, pessoas que não foram eleitas.

Então minha gente, é assim; eu tenho 35 anos de carreira. Nesses 35 anos de carreira eu tive dois momentos que foram cinco anos que eu fiquei fora e depois eu fiquei mais quatro anos, embora com disco na praça, mas ninguém conhece os CDs que eu gravei em 1993, 1995 e 1996. Eu sobrevivo artisticamente há 35 anos. Os outros anos eu trabalhava normalmente. Fui servente de escola pública, ajudando a minha mãe. Sou filha com muito orgulho de uma servente de escola pública, morei em três escolas no Rio de Janeiro: Escola Equador em Vila Isabel, Escola Arthur Azevedo em Pavuna e Escola Nicarágua em Realengo. Essa história de dizer que poeira tira a voz é mentira porque eu varria sala de aula, lavava um monte de banheiros da escola, cantava o tempo inteiro as músicas que tocavam no rádio e canto até hoje. Então essa história aí não vale, não é uma coisa correta, poeira não faz mal para a voz. A outra questão é que eu fui também operária de fábrica, na fábrica de cartucho de Realengo. Fui

auxiliar do departamento pessoal da Universidade Gama Filho e telefonista. Só que Deus entendeu que eu teria que ser artista, então eu fui para a Mangueira; na Mangueira me viram e me levaram para o Teatro Opinião e daí começa a minha carreira.

Jacira, nesses anos todos eu prestei serviços de forma espontânea. Eu dei toda a minha alma, todo o meu vigor, toda a minha luta, toda a minha crença para o movimento negro e para os movimentos sociais. Eu fui a compositora negra nesse país que cantou para todas as minorias, que teve coragem, que teve ousadia de abordar temas que ninguém teve coragem de abordar. Eu tive uma situação de saia justíssima, naquela época não se usava esse termo, porque eu era compositora da Estação Primeira de Mangueira e fiz uma música para o gay people, isso valeu matéria em todos os lugares. Por quê? Porque eu vi uma situação de ataque, de agressão a duas pessoas homossexuais na rua e a partir daí eu criei uma música. Quando eu vi os professores em 1996 serem massacrados pela polícia por causa de uma passeata reivindicando salários eu fiz a música *anjos da guarda*. Quando eu vi o encontro, pela primeira vez que botei o pé no Amazonas, do rio Negro com o rio Amazonas eu fiz uma música nas Águas do Rio Negro focando na questão do índio que estava sendo dizimado naquele momento. Quando eu vi pessoas que têm necessidades especiais eu fiz uma música em homenagem a quem não vê, quem não fala, quem não ouve, quem não anda chamada *nada impede*

que eu seja feliz. Quando eu vi a luta do suburbano eu fiz músicas falando do povo que é menos favorecido. Quando eu vi a história de Lampião e de Maria Bonita, toda luta que teve no Nordeste, eu fiz uma música para eles também enfocando a questão do Nordeste. Embora eu seja uma pessoa oriunda da Mangueira, eu gravei Boi Bumbá primeiro que todo mundo, cinco anos antes; falei do Olodum quando Olodum não tinha banda, só tinha batucada; cantei Araketu quando ninguém sabia o que era Araketu. No Brasil eu sempre vim na frente das coisas, mas como eu sou uma mulher negra, como eu sou uma pessoa do samba, a mídia nunca me deu a capa do segundo caderno, mas quando é qualquer bobalhão da MPB que sai falando bobagens todo mundo dá a capa do estado para eles, mas para a gente ninguém dá.

Essa questão do preconceito contra todas as coisas sempre me incomodou muito na sociedade brasileira. Só que é assim, se você torce pelo Flamengo ou pelo Vasco eu só vou saber se você usar a camisa; se você é evangélico ou se você é católico ou se você é messiânico, kardecista eu só vou saber se você me disser; se você tem uma opção sexual que não é a favor dessa sociedade eu vou saber se você me disser, mas quando você é negro, você vem lá embaixo e a pessoa já te olha: – “Lá vem um negro, lá vem uma negra”, porque isso aqui vem na frente de tudo. Por isso é que nosso preconceito é o mais duro, é o mais forte e quando além de negro você é mulher, piora a situação porque minha

amiga Jacira, minha amiga Luciana, minha amiga Janete, minhas amigas, nós mulheres negras temos as mesmas histórias. Todas as nossas avós, bisavós, tias foram lavadeira, cozinheira, empregada doméstica. A nossa ancestralidade lavou chão, lavou roupa, encerou, esfregou, tomou conta do filho das mulheres brancas, amamentou toda essa elite. A família dessa elite que está aí, que manda no estado de São Paulo, os barões do café, foram as nossas avós, as nossas tataravós quem cuidaram, e nós ficamos à margem. A Princesa Isabel, bacana, fez a Lei Áurea, só que os negros ficaram com a mão atrás outra na frente sem ter o que fazer para o resto da vida. Os imigrantes não tiveram todas as condições de poder formar esse império que está aí no nosso país e que nos sufoca até hoje.

E aí vocês vão ver a cara da Assembleia Legislativa do estado de São Paulo que é o estado mais rico da nação brasileira. Eu tive que tomar conhecimento que o orçamento do estado de São Paulo é maior que o da Argentina, Colômbia e Venezuela e maior que o do estado do Rio de Janeiro. Portanto, é um estado absolutamente rico e quando você vê um estado com esse potencial financeiro você imagina, poxa, não pode ter pobreza, lá não deve ter problema nenhum. Muito pelo contrário, hoje a televisão nos mostra toda realidade, vocês vêem a questão das enchentes. Hoje está tendo uma retomada de posse, tem um povo que está em um prédio que estava abandonado, as pessoas foram para lá e a polícia agora vai chegar porque o dono do prédio quer o prédio; ele não mora não faz nada, mas ele quer

o prédio, ele prefere que as pessoas fiquem na rua. Vocês vêem o que está acontecendo na cracolândia que é uma coisa absurda, o crack está matando todo mundo, as pessoas vivem no lixo literalmente e a política pública não acontece.

Agora, quando você olha o perfil dos deputados, fazendeiros, donos de empresas de comunicação, industriais. Noventa e quatro deputados, sendo dois negros agora: José Cândido que foi reeleito, graças a Deus, e essa neguinha aqui que é a segunda mulher negra a entrar na Assembleia Legislativa do estado de São Paulo. Aí vocês vão perguntar: –“Como é que foi a campanha?” Eu tive 86.298 votos, você acha que pelo trabalho que fiz nesses 35 anos, tudo o que cantei, todas as confusões que eu me meti porque eu tenho um amigo que diz assim: – “você não quer encrenca, mas você nasceu mulher, negra, canta samba, quer cantar pobre e quer falar de menos favorecido, de nordestino, de índio está em todas as encrencas do Brasil, Leci, a mídia não vai te dar colher de chá, você não vai no Faustão, você não vai na Hebe, não vai, não tem como, porque as pessoas tem até medo de você chegar lá e ficar falando de coisa social e lá eles querem quem fale bobagem, besteira, não sei o quê”.

Como no dia em que a Negra Li foi no Jô para ser entrevistada. Em vez de falar do valor dela artístico, das músicas que ela canta dos compositores, ele transformou porque ela cantava na laje –“deve ser legal quando você canta na laje com esse corpo maravilhoso, não sei o quê, pegando sol” e aí tinha um garoto na banda que era engraçado, o Jô já tirou da Negra Li e foi para o garoto que contava

um monte de coisa. Não interessa assunto sério, assunto sério no sistema é proibido principalmente quando vem da gente, quando vem dos negros. Então, esse tipo de coisa não interessa sentar no sofá do Jô porque eu não vou conversar bobagem com ele que aí não vai dar, não é isso.

Então minha gente, por tudo o que a gente já fez, que a gente já construiu, eu esperava que fosse haver uma eleição realmente com mais de 100 mil votos, e aí aconteceu uma coisa que é inacreditável e você na sua fala abordou muito bem. Eu cheguei em várias cidades do interior com gente do movimento negro que eu já ajudei, que pediu show de graça e eu fui fazer, levei banda, levei tudo. Sabe o que os companheiros falaram para mim? – “Leci, sabe o que é, eu não vou poder sair com você para panfletar porque o fulano de tal aqui da região deu emprego para meu irmão e se ele me ver com você o meu irmão vai ficar desempregado.” E as pessoas negras do movimento negro não saíam comigo para pedir voto, isso aconteceu muito no interior, Araraquara, Ribeirão entendeu, aconteceu isso. Outro fato: “– não Leci, sabe o que é, você defende muito a religião de matriz africana e o prefeito aqui é evangélico e se ele me ver do seu lado; seu fio de conta que você não tira, tira o fio de conta”. Vou tirar meu fio de conta de Ogum, o que é isso? Não posso fazer isso.

Então são muitos detalhes que contribuíram para que o próprio movimento negro não fosse comigo para a rua e aí, minha irmã, eu vou dizer para você com muita pureza, com muita sinceridade, eu estou refletindo seriamente quem foi que

me deu esse voto; o povo que não é do movimento negro, trabalhadores, lixeiros, sabe, operários de fábrica, gente da música, de repente, gente do samba e gente que tem a minha etnia e que não tem a minha etnia. Portanto, eu fui votada por cidadãos de várias etnias e até por isso já vou avisar: o gabinete vai ter a palavra chamada diversidade, porque eu tive que pensar.

No meio da campanha, com um mês e meio da campanha, a coordenação me chamou. – “Leci estamos com um problema muito sério, o PCdoB não tem dinheiro, não tem recurso, não tem equipe, não tem carro, não tem Kombi, não tem nada”. Eu falei assim: – “E aí?” – “E aí eu acho que a gente não vai conseguir eleger você não”. E falei – “bacana”. Sabe o que fiz no dia seguinte? Peguei meus amigos, que graças a Deus eu tenho amigos, e falei: – “topa sair todo dia de manhã e voltar de madrugada?” – “Leci, por você tudo bem”. Fui para a rua, a Janete é testemunha, meus pés incharam demais porque eu tenho problema de circulação. Eu comprava aquelas sapatilhas que custam R\$ 30,00 ali no Largo da Concórdia. Eu comprei umas três sapatilhas, botei no pé, não era tênis, não, era sapatilha bem baratinha para o meu pé ficar confortável porque eu ficava muitas horas em pé. Minha campanha era em pé no meio da rua e aí as pessoas diziam para mim: – “Olha, eu não tenho nem o seu disco, mas vou votar em você por causa da entrevista que eu vi sua não sei onde; olha eu vou votar em você que você foi lá cantar na cadeia, meu filho está preso lá e disse que você foi lá

várias vezes; vou votar em você porque você foi lá na favela não sei de quê; vou votar em você porque você estava lá na Zona Sul cantando com o pessoal do hip hop; vou votar em você porque você estava fazendo show no sindicato do motoboy; eu vou votar em você porque você cantou no sindicato do metalúrgico; eu vou votar em você porque você estava na caminhada das mulheres.”

Sabe, então tem muita coisa aqui nessa história, muito sindicato, muita cadeia, muita favela, muito morro, muito samba, muito pagode; porque eu sempre cantei no meio da rua, quando vem aquele show que o povo não precisa pagar esse que eu gosto de fazer. As pessoas dizem assim: –“Como é que você não fica insatisfeita?” Porque artista A custa cachê X, a artista B custa cachê X, todo mundo do samba e você custa 10% do cachê deles. É porque eu quero continuar cantando para o povo, eu quero o povo pagando pouquinho para me ver, eu não vou deixar de cantar nunca para o povo. Então o meu cachê, não tenho vergonha, é o menor cachê da música popular brasileira dos artistas consagrados. Tem uma artista aí que o cachê dela é dez vezes mais que o meu cachê, entendeu. Nem por isso o povo deixa de ir me assistir, nem por isso os nossos CDs deixam de ser vendidos. Eu fui chamada atenção por uma gravadora porque cheguei no palco e disse o seguinte: –“Levanta a mão quem tem meu disco comprado na loja”, levantou um pouquinho; –“levanta a mão quem comprou no pirata”, levantou a maioria do povo. Eu falei, eu prefiro que você

compre o meu CD pirata em um camelô que está lá, vendendo na 24, do que este mesmo cara não vender o meu CD pirata; pegar uma arma e botar na sua cabeça. Então prefiro que você compre o CD pirata. Isso me custou, quase fui demitida da gravadora Records porque falei isso.

Então a questão nossa da mulher na política; sabemos que os homens ganham muito mais que a gente; sabemos que uma campanha política hoje em dia é uma coisa absurdamente cara. Então não tem recurso e aí –“ah, mas é uma norma nos partidos, tem que cumprir, tem que ter os 30% então vamos botar a mulherada aí”. Só que essa mulherada não tem dinheiro. Então a gente tem que pensar o seguinte, Janete: tem que ter uma lei, tem que reformular isso aí, tem que ter financiamento público para todo mundo ter oportunidade de ter a mesma campanha, senão não tem condição, a gente nunca vai chegar lá. Porque é muito difícil, você tem que pagar, os nossos militantes estão todos nos cargos, todo mundo está trabalhando em algum lugar, em alguma prefeitura, em alguma secretaria e tal aí você tem que contratar as pessoas, a Kombi que vai levar o pessoal, tem que dar a comida, tem que dar o lanche, tem que dar a janta porque a campanha não tem hora para começar, não tem hora para acabar. Você corre o risco de ter a pessoa que está na equipe e passar uma pessoa –“quanto você está ganhando aí?” –“Estou ganhando R\$ 20,00”, –“eu te dou R\$ 40,00 venha aqui, segura minha bandeira”, e tira de você. Por isso que na hora

que disseram para mim que não tinha recurso eu fui para a rua pedir o voto, só tinha um problema, as pessoas queriam um santinho e queriam autógrafo; então eu tinha que autografar, pedir o santinho e dava o papelzinho da proposta.

As nossas principais propostas quais foram? A primeira delas era a questão das cotas; já abri com isso: cotas raciais e sociais porque quando você vai na periferia de São Paulo você encontra gente de tudo quanto etnia lá, não tem só negro não. Tem muita gente de outra etnia e que também está sofrendo as mesmas coisas. A questão dos professores, reajuste salarial e a questão do fim da violência em sala de aula, porque o que professor está apanhando... O que tem de professor tomando tapa na cara de moleque grande, a coisa está séria; a outra jogou a carteira na cara do professor essa semana lá no sul do país, professor negro tomou uma carteirada da menina; o que tem de gente ameaçando professor. Sem contar que os professores estão tendo um problema sério que é *stress* e voz, sala com mais de 70 alunos, não tem microfone, eles têm que falar o tempo inteiro. Estão todos internados, estão ficando loucos, estão tendo depressão; a questão da saúde do professor está seriíssima. A outra coisa que a gente falou foi de esporte e lazer para crianças e adolescentes, porque a Estação Primeira de Mangueira tem lá o movimento, tem lá a facção, mas a criançada da Mangueira está enfiada na Vila Olímpica, está enfiada na Mangueira do amanhã porque todo

mundo quer fazer esporte, todo mundo quer desfilar na Mangueira do amanhã e a condição é que o boletim tem que estar em ordem. Então se todo mundo colocasse as crianças o caminho seria outro, não aconteceria o que está acontecendo no Rio de Janeiro, que todos vocês estão sabendo e a coisa está seriíssima. A Globo está escondendo um pouquinho as coisas, mas a Record e a Band estão mostrando a realidade. Há pouco, antes de sair do hotel, queimaram outro ônibus lá e mais não sei quantos carros. Então é isso aí, é um desvio que já acontece muito tempo. Outra coisa que colocamos foi maior rigor no cumprimento da Lei Maria da Penha e também combate à intolerância religiosa foram os principais eixos.

Então eu quero terminar dizendo o seguinte: eu tenho muita honra, Luciana, de estar aqui porque eu faço uma viagem na minha vida. Eu varria salas de aulas alguns anos atrás e hoje estou aqui em Brasília participando desse festival com muito orgulho, tendo o prazer de escutar duas mulheres negras com discursos que me ensinaram muito coisa. Porque eu não sou técnica, não sou teórica, eu não tenho curso superior, não tenho nada disso. Eu fiz a universidade da vida, aprendendo seis palavras que minha mãe me ensinou: bom dia, boa tarde, boa noite, com licença, por favor e muito obrigada, que Deus abençoe todos vocês.

Intervenções . do . público

Janaína Oliveira Re.fem

Movimento Enraizados/ Rap de Saia

Toda essa mesa são mulheres empoderadas, maravilhosas, isso me enriqueceu muito. Eu acredito nessa questão do empoderamento da mulher, da visibilidade da mulher. Eu me formei em publicidade e propaganda justamente para me especializar em marketing político, e uma coisa que a gente tem que saber é que “santo de casa não faz milagre”, esse é o resumo. Vocês são do movimento negro, mas vão trabalhar com outros movimentos. Eu sou rapper e já tem um tempo que eu parei de cantar para as pessoas do hip hop porque o que eu vou cantar não vai acrescentar nada na vida de quem é do hip hop. O que vai acrescentar é eu cantar na periferia para aquelas mulheres, para aqueles jovens que não sabem nem o que é hip hop, mas que a minha mensagem é mais importante para eles do que eu cantar em um show de hip hop que já está todo mundo ali. Eu quero saber de vocês como é essa coisa da mulher negra no poder, porque você está começando agora, mas você tem a condição da mulher negra na cultura, você no parlamento. Então, como é isso? A gente trabalhar com essa visibilidade. Porque eu sinto incômodo; eu já tive um momento no Rio que eu tive muita visibilidade e recebi muitos ataques por conta disso. Então como é ser mulher negra e estar no poder? É isso, obrigada.

Valdicéia de Moraes Teixeira da Silva
Professora, presidenta da Aliança de Negras e Negros Evangélicos do Brasil

Primeiro eu gostaria que a Pietá esclarecesse para nós se a proposta do Senado é Dia de Zumbi ou Dia Nacional da Consciência negra. Outra pergunta, essa para Jacira: se está garantido no governo Agnelo a implantação da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial que é necessária no Distrito Federal. E se está prevista a construção de abrigos em cada região administrativa do Distrito Federal, visto que nós temos trinta e poucas regiões administrativas no Distrito Federal e apenas um abrigo, ocupado em sua grande maioria por crianças, pré-adolescentes e adolescentes negras, negros e afrodescendentes. A outra pergunta, também para Jacira, é se está prevista a implantação da Delegacia contra a Discriminação, o Preconceito e o Racismo. Foi aprovada pela senadora Benedita da Silva no Congresso Nacional. Em algumas unidades da Federação tem e o Distrito Federal não tem. No dia 29 de abril deste ano tivemos uma senhora que foi xingada por um empresário de “negra safada” no ônibus e, se não fosse um jovem negro que segurasse esse empresário que queria fugir e mandasse o motorista levar para delegacia, tinha ficado por isso mesmo. Nós não temos uma delegacia especializada e a lei prevê isso. Agora para Pietá e para Leci, como preparamos mulheres negras para preencher os 30% de vagas nos partidos políticos? E a última é uma

denúncia: a Lei nº 10.639 foi criada em 2003 e o governo do Distrito Federal nesses sete anos nada fez para implantá-la. A prova disso é que acabamos de receber na escola um currículo dizendo que é a nossa bíblia, todo verdinho na cor do Aruda, e não tem uma linha falando sobre a história da África e dos afro-brasileiros.

Fernanda Lira Góes

Ipea

Eu sou técnica de Planejamento e Pesquisa do Ipea. Não trabalho com a questão de igualdade racial nem de gênero e infelizmente os meus colegas que trabalham não estão aqui, mas como eu trabalho com a África resolvi participar do festival. A minha questão é a seguinte: ontem a atual presidenta eleita escolheu o ministro da Fazenda, Planejamento e o presidente do Banco Central. Ela conseguiu manter o desejo de ter em 30% do seu grupo mulheres. A questão é: disso, quanto por cento será de mulheres negras? Porque colocar uma ministra da Seppir negra é razoável e até óbvio, agora o que a gente vai fazer para que tenha uma pressão ressaltando a necessidade da participação das mulheres negras? Eu quero ver ministras negras em outros locais.

Sílvio Humberto

Instituto Cultural Steve Biko

Bom dia. Eu sou do Instituto Cultural Steve Biko de Salvador. Tem uma coisa que me incomodou e tem me incomodado: considerar que o movimento

negro é algo hermeticamente fechado. Eu conheço o movimento, tenho 47 anos, comecei no movimento negro com 16, 17 anos e nunca consegui perceber organização tão aberta e tão diversa. Eu pego o exemplo das ações afirmativas lá em Salvador, na universidade federal. Quando foram feitas as ações afirmativas, a universidade federal tinha apenas 3.600 vagas; a universidade federal hoje tem oito mil vagas. Então as ações afirmativas, de fato, promoveram a inclusão de todos, não só do movimento negro. Eu acho que a gente precisa ter isso para não achar que quando o movimento negro fala, está olhando tão somente para o umbigo. Então assim, exemplo de diversidade somos nós; a sociedade que sempre rejeitou essa diversidade. Esse nosso desempenho nas eleições. Na Bahia, é assim; Porto Alegre consegue ter senador negro, a Bahia não consegue ter. Agora teve o professor Edvaldo Brito, candidato a senador, que não consegue ainda eleger. E tem o exemplo de Olivia que está hoje como segunda suplente, mas o que a gente fica observando é que toda vez que nós entramos nas engrenagens dos outros, nós dançamos. Eu fico olhando assim o custo eleitoral do deputado Edson Santos, que foi eleito pela primeira vez com 100 mil votos, hoje teve 52 mil votos, quase que não vai. Benedita da Silva chegou ao que a gente poderia imaginar como o ápice, foi até ministra de estado, passando por governadora, e toda vez que negociou é assim: fica parecendo aquela brincadeira que se faz entre o porco e a galinha, com todo respeito aqui.

Você pede um sanduíche de bacon com ovos e no final o porco sempre morre para poder ter o bendito do bacon. Leci reclamou dos 86 mil votos, que dirá Benedita que teve 72 mil? Qual foi a conta? Quer dizer, toda vez que nós entramos e fazemos as concessões, nós dançamos lá no final porque estamos ainda como polia das engrenagens dos outros. Isso é para entender como é que funciona, isso da estrutura partidária. Então eu acho que a gente precisa ter esses elementos, que eu acho que é importante fazer esses vários debates. Não me surpreende essa resistência das pessoas, até do próprio movimento negro; de um lado fala assim: – “poxa é negro, devia ter votado, devia ter apoiado.” Mas a gente não pode subestimar o racismo, falar de racismo é uma coisa e falar de pobreza é outra coisa totalmente diferente. O que fizeram com a gente; além de não oferecer as oportunidades, criaram uma série de obstáculos. Se fosse deixado para a população negra simplesmente se virarem, ótimo! Só que além de falarem isso, criaram uma série de obstáculos. Então, a gente não pode subestimar nunca o papel que tem o racismo porque o racismo ganha força, porque está aqui essa ideia da escravidão mental. Finalmente eu acho que tem uma coisa que a gente tem que tomar cuidado. E um primeiro momento a cor foi um elemento de gerar diferenças entre a gente, então aquela coisa assim, a deputada Janete está aqui, mas você vai em determinado lugar, quem é negro? O negro é aquele tipo eu, Leci e outros aqui. Aí você criou uma diferença por cor. Nós conseguimos atrair as

pessoas negras e mais claras e o movimento negro foi crescendo e até dizendo que o negro será sempre o negro, seja o preto seja o pardo etc.

Janete Pietá

Em primeiro lugar eu quero agradecer as perguntas. Cada pergunta poderia ser um tema de reflexão, mas eu gostaria de começar não respondendo pergunta por pergunta, pela ordem, mas pelas questões que eu considero de importância colocar aqui. Em primeiro lugar eu gostaria de começar pela questão do Estado. Nós precisamos discutir o Estado que queremos e temos de discutir a questão do Estado democrático, da questão do viés religioso. Nossa Constituição fala no artigo 5º que todos somos iguais e que todos podem exercer sua religião, porém na verdade não é assim. Eu trabalho a diversidade. Hoje na minha cidade eu fui eleita com 144.529 votos, independente da igreja. Apesar da minha origem ser católica, a Igreja Católica disse claramente: – “não vote em Dilma, não vote no PT.” Um padre fazia campanha, não dizia meu nome, mas fazia campanha contra mim porque eu fui secretária adjunta de Saúde e lá eu implantei o atendimento a mulher que sofre violência e a pílula do dia seguinte. Se a Igreja Católica não aceita nem a camisinha que dirá a questão de implantar a pílula do dia seguinte. A campanha contra a Dilma, como mulher, foi uma campanha pesadíssima. Se o Lula enquanto operário foi pesadíssimo, a Dilma foi terrível e nós mulheres tivemos que fazer um trabalho porque não tínhamos acesso à mídia. E a mídia fez o papel dominador do Estado conservador, patriarcal, sexista, machista em todos os níveis.

Sobre a reforma política não é só discuti-la enquanto financiamento público de campanha, mas no próprio partido. Por que me aceitam? Me aceitam porque eu tenho um trabalho. Em 2001 eu implantei na cidade programas para as mulheres, Programa Casas de Mulheres contra a Violência, implantei a questão da coordenadoria da mulher e do negro e implantei o Bolsa Família. Eu dialogo com a população negra e meu voto é negro predominantemente mulher. Eu defendo as questões negras e sou eleita pela comunidade negra, mas a comunidade negra não necessariamente do movimento, mas aquela que está na periferia. Eu luto por habitação popular e falo, nunca sou ouvida, mas um dia serei porque a questão de abrigo não pode ser só um lugar reservado, mas tem que ter cotas nos programas sociais de habitação para atender a questão de violência não só contra a mulher, mas também contra as famílias que os filhos usam *crack* e que estão na lista marcados para morrer, entende?

Então nós temos que fazer reforma política e também reforma partidária, mas não é só no PT, é em todos os partidos. Ter cota não só de mulher cumpridas, mas também de diversidade de negras e negros, de índios. Agora, a Leci abordou bem. Se nós não tivermos uma base social muito grande em cima de questões concretas, nós vamos ter muita dificuldade. Financiamento é muito complicado, por exemplo, eu fui prestar conta e a minha tesoureira falou: – Janete, a sua prestação de contas é desse tamanho, enquanto de outro parla-

mentar do PT era pequenininho. Por quê? Porque eu também recebi recurso de empresário sim, mas eu tenho muito recurso pingado de professores. É tão complicado fazer prestação de conta que vocês estão vendo que eu estou abordando questões macros. Então nas questões macro, nós vamos ter que discutir a reforma política, a reforma partidária, a inserção de toda diversidade que aqui está se falando e aí na diversidade não é só negros, mas também indígena, ciganos etc.

Sobre a diversidade religiosa é muito triste, há três semanas uma yalorixá foi jogada em um formigueiro. No Rio de Janeiro quebraram os santos. Eu defendo a plena liberdade religiosa como diz a Constituição, mas não é igual o tratamento das religiões de matrizes africanas, não é. Agora eu quero dar os parabéns para as religiões evangélicas pela questão de que a mulher tem acesso; ela se torna pastora na igreja evangélica. Eu estou abordando todas as religiões. Nas religiões de matrizes africanas são as primeiras em que têm mulheres e homens e predominantemente são mulheres, enquanto nas evangélicas só agora nós temos mais inserção. Por exemplo, em Guarulhos tem uma igreja livre que o pastor é negro e a comunidade canta músicas negras trazendo um pouco do *soul* americano e do *rap* para dentro da igreja, mas isso é exceção. Agora, essa questão religiosa nós vamos ter que discutir muito, e eu fico muito feliz de ser proposto para um próximo festival. Ainda existem setores que, por exemplo, eu tenho que ir de

vestido porque se chegar lá de calça comprida me põem para correr, que são algumas igrejas, então essa questão religiosa tem que ser discutida.

Sobre o feriado nacional, o que está na lei é Dia da Consciência Negra, mas eu quero botar Zumbi como quero botar Dandara. Porque botar genérico “Dia da Consciência Negra” se esquece do líder que é Zumbi e nós precisamos ter líderes negros, e Zumbi é líder negro. Eu li na semana passada um livro sobre Capitão Mouro mostrando que eram os Quilombos de Palmares; não era um, eram vários, era uma região. A questão essencial é a questão econômica porque eles queriam as terras de Zumbi que eram terras muito boas, férteis.

A partir disso queria dizer uma coisa: nós negros temos que começar a estudar, começar a pesquisar, começar a dar dados; nós não podemos ficar apenas no chororô. Apesar de que é muito duro; eu cheguei ali no Palácio da Justiça com meu jeitinho; que eu sou assim, eu faço feira e sou isso também. Eu ando na comunidade, todo mundo sabe quem eu sou na minha cidade, que não é pouco, 1.200.000. Eu cheguei porque eu queria ter acesso ao palácio, aí a moça perguntou, eu virei para ela e falei, assim nessa vizinha minha, eu sou deputada.” Ela falou: – “ah, é deputada? Então procure a moça do lado, e aí quando eu ia me virando para a moça do lado, – “a senhora é deputada?” Quando eu cheguei na Câmara, a moça falou: – “a senhora procura o elevador de lá porque aqui é só

para deputado.” Era 30 de janeiro, eu falei bom, daqui a alguns dias eu poderei usar, então, tudo bem. A nossa negritude tem que estudar e voltar para nossa comunidade para formar o nosso povo e dentro do nosso povo terá brancos e negros, terão das mais variadas cores, que isso é a diversidade de negro no Brasil.

Nós não podemos aumentar a nossa participação política sem aumentar a nossa participação qualificada no mundo do trabalho; ter melhores salários, melhor escolaridade e melhor inserção nos partidos. Vou dar um depoimento do PT. Eu estive no Rio de Janeiro convidada pelo ministro Eloi, era uma homenagem do movimento negro à Dilma. Cheguei lá, como eu não era da mesma corrente da coordenadora nacional eu não fui citada, nem Benedita nem Carlinhos. Quer dizer, nós vamos ter que discutir isso, primeira questão partidária a mudança do regimento do partido e as questões de tendência nos setores de esquerda não pode ultrapassar o bom senso de tratar como todo mundo igual e aí eu estou respondendo tudo, não é?

Janaina faça um trabalho com categorias essencialmente negras como as empregadas domésticas, as enfermeiras e vamos fazer com que mais negras sejam arquitetas, engenheiras, advogadas, entendeu? Jornalistas tem a Jacira; a minha jornalista é negra, Liliana. Engenheiro tem também que eu conheço, mas é pouco. Temos que trazer todas para participar efetivamente. Em relação a como

ser negro e estar no poder eu sou um bicho exótico na Câmara. Hoje mesmo um deputado virou para mim: – “nossa deputada você deve levantar às cinco e meia para fazer essas trancinhas.” Eu falei: – “não é rápido, é só tirar isso aqui.” Aí, veja, eu apareço assim com esses vestidos, eu demarco o meu campo. Agora, não quer dizer que eu não sofra preconceitos, e não é só eu, vários passam por não conseguir relatoria de coisas essenciais ou então aquele negócio de tempo, a gente articula depois quem é chamado para coordenar ou ser o presidente da comissão. Eu que enfrentei o Arlindo com uma comissão, foi implantado a Comissão Especial do Estatuto, porque um grupo de negros de São Paulo e do Brasil, em relação à questão do Educafro, quiseram conversar com o presidente da Câmara que naquele momento era o Arlindo. Quando o Arlindo chegou todos tinham botado a faixa em cima da mesa, aí ele brigou e foi filmado e ficou publicamente exposto. Graças a esse incidente é que saiu; e eu estava lá no meio dessa confusão, estimulando, mas nem sempre quem participa é quem na verdade cria, é que tem as benesses de estar na presidência ou na relatoria.

Eu acho muito bom essa questão da gente criar um fórum, mas não podemos ter a ilusão de que, apesar de ser uma eleição nacional, ela pode ter uma ajuda tão nacional. Porque na verdade Jacira você não pode ser votada em São Paulo e eu não posso ser votada em Brasília. Na verdade, essa eleição de deputado federal é por região, nós te-

mos que já começar a estabelecer uma escola de formação política para as mulheres naqueles 5%. É escola para formação política que eu estou desde a origem do PT; eu luto desde o período de jovem contra a ditadura. Tenho muito a ajudar na formação política e todos os partidos, PT, PCdoB, tem que ter nas suas fundações espaços que discuta isso. Tem que ter bases populares mesmo gastando muito; faltou dinheiro na minha campanha. Todos os partidos têm espaços, porém os partidos não utilizam para a discussão de formação política. Na fachada tem curso de formação política, mas eu quero dizer que precisa mais.

Sobre o orçamento. É uma coisa complicada; nós temos o orçamento pequeno e, pequeno para a mulher e para o negro, temos que fazer intersectorialidade, buscar verbas. Eu estou colocando que a Secretaria da Mulher tem que ser mulher, agora, na Seppir pode ser um homem ou uma mulher, tem que fazer intersectorialidade. Buscar mais verbas para habitação, porque os negros moram no cortiço, em favelas, em periferia; mais intersectorialidade na educação, mais cotas, mais programas. A questão de ter poucas verbas é uma coisa, agora a questão de influir excessivamente na política de mais salário porque a maior parte dos trabalhadores negros ganham baixos salários. Tem que batalhar por mais verbas, mas também tem que batalhar para que as secretarias, os ministérios, que têm questões fundamentais para os excluídos, tenham compromisso com isso.

Eu não vou ficar refletindo como a imprensa burguesa quer fazer, quem vai ser ministro daqui, quem vai ser dali, agora eu espero que a Dilma cumpra o que ela disse; e ela disse que a mulher terá prioridade. Dois mil e onze foi estabelecido como o Ano Internacional dos Afrodescendentes, então nós vamos ter que refletir muito sobre isso. A mulherada do movimento negro foi muito importante em Durban – eu estive em 2001 e também em Genebra, batalhando pela Câmara na questão da revisão do que foi discutido em Durban. Eu acho que nós precisamos superar, estamos levando chicotada até hoje nas costas, temos que reagir às chicotadas e mostrar que nós podemos e devemos continuar a organizar a luta por igualdade e liberdade, de igualdade entre todas as cores, inclusive os indígenas, os ciganos que são também excludíssimos; e nós negros sem falar.

Espero poder não só encontrar com vocês aqui agora, mas que a gente estabeleça na pauta deste ano um projeto de formação e de aprofundamento do papel do negro, de como nós temos que enfrentar as contradições externas e as contradições internas. Eu sou, como diz a Leci, do pé no chão, porque eu não tenho esse problema. É na rua, é em todo o lugar; e são propostas concretas em cima de temas concretos. Por exemplo, na minha cidade eu sou chamada a mulher da Bolsa Família ou a mulher das casas da mulher, ou a mulher negra, quer dizer, nós temos que ter além do nosso nome a marca das essências populares que nós in-

tegramos e que lutamos para tirá-los de uma situação de exclusão para uma situação de igualdade.

Eu quero agradecer muito. Enfim, sem reforma política, sem reforma partidária, sem essas questões de discussão do Estado que queremos, nós continuaremos sempre patinando, cada um dizendo eu estou sendo perseguida, mas na verdade as perseguições não são como parecem, na verdade são outras.

Jacira Silva

A questão da diversidade vem ao longo do tempo nos cobrando e nos colocando na saia justa. O que é diversidade, o que é diferença e o que é igualdade? Então quando a gente se organiza, a gente é racista, ao contrário, a gente é machista, ao contrário, a gente é intolerante, ao contrário. Primeira mudança no nosso imaginário é essa coisa da intolerância religiosa. É o que uma Yalorixá coloca muito bem; eu quero ser respeitada, eu não quero ser tolerada. E ser respeitado e tolerado é ser valorizado. Essa diversidade brasileira, essa pluralidade cultural está muito bonito no papel e é uma meta, é a meta final, em que nós não vamos precisar estar discutindo entre nós as nossas especificidades.

Então companheiro lá da Bahia, é uma pergunta que não cala o Brasil e o mundo: Por que nós não votamos e não nos elegemos? A sociedade da Bahia é ótima para folclorizar, ser folclorizada; ela é ótima como exemplo de democracia racial do país – o segundo estado com maior população ne-

gra que é uma violência sem tamanho. Então para mim essa diversidade tem que estar na pauta.

A questão aqui que foi colocada para o Distrito Federal, nós fizemos um manifesto dia 27 de outubro que foi reservado no calendário eleitoral para mobilização dos movimentos sociais e dia da mobilização da saúde da população negra. Foi muito importante. Entregamos um manifesto ao nosso governador. O pleito é participação na transição e também ocupa, revitaliza essas instâncias que já conseguimos e propõe novas instâncias para a gente estar nesse estado. Estamos buscando um apoio de parlamentares eleitos e eleitas nessa nossa construção, e no governo do Distrito Federal existe o Conselho de Direitos e Defesa do Negro que tem uma impotência total. Tem uma Coordenadoria de Igualdade Racial e de Combate ao Racismo, é uma subsecretaria dentro de um guarda-chuva, aí tomemos cuidado com essa diversidade porque tudo o que é negro, mulher, índio, bota tudo ali naquele guarda-chuva e se vire.

Então o primeiro pleito é garantir essa discussão no governo do Distrito Federal porque isso reflete na não implementação da Lei nº 10.639. Precisa as secretarias de Educação assumirem e serem pressionadas, e nós sociedade civil que temos esse papel; nós usuários da saúde, nós usuários da comunicação, nós usuários da educação, nós usuários vítimas dessa insegurança. Então nós, sociedade civil, que temos que cobrar quem está lá que elegemos primeiro e também os técnicos e gesto-

res públicos que sejam sensíveis com essa questão. Então nós estamos nesse pleito, estamos buscando e vamos lutar para que isso ocorra.

A questão das delegacias para mulheres é um pleito que está, dentre outros, já há muitos anos em Brasília. A gente está com essa demanda e não estamos fazendo a devida exigência.

Leci Brandão

Eu disse que meu gabinete vai ser da diversidade, sabe por quê? Por causa daquele exemplo que dei quando eu fui buscar meus irmãos. – “Ah, Leci, não posso não porque eu tenho que ir ali, pois o meu irmão tem emprego lá na prefeitura e se o prefeito me ver com você.” Quer dizer, ninguém me assumiu, na verdade, e eu assumi as pessoas durante toda a minha vida, entendeu? Então achei que eu fui meio traída nesse resultado eleitoral; eu esperava mais, por tudo o que eu dei a cara para bater muito cedo.

Agora tem uma coisa que eu falei para o eleitor em São Paulo, que é assim: quando a gente fazia reunião na campanha para falar sobre as propostas, enfim, discutir tudo isso, ia às vezes um grupo bem pequeno. Quando você dizia: – “vai ter a reunião, a Leci vai estar lá, mas vai ter um pagode e vai ter uma comida.” Não dava o lugar, não dava a cidade, não dava o clube. A gente também precisa falar para o nosso povo que ele não pode só se reunir se tiver um bom pandeiro, se eu cantar e se tiver comida, porque se não a gente não senta para discutir

as coisas. Aí a gente fica reclamando nas passeatas, sabe? Oh, cadê a gente e cadê o nosso espaço? Porque quando tem essas duas coisas o povo vai.

O povo só briga por resultado de time de futebol, aí eles quebram a paulista, quebra a tijuca, quebra tudo; e quando tem problema aí de escola de samba, voa cadeira no sambódromo, uma confusão danada. Eu não sei porque o nosso povo também não se junta para brigar quando tem as injustiças, quando tem um projeto que é ruim, que prejudica a gente, entendeu? O povo não briga por isso, essa história que está acontecendo no Rio de Janeiro, fogo aqui, fogo ali, fogo acolá, o bichinho era desse tamanho, deixaram o bicho ficar maior do que essa sala. Por quê? Todo mundo ia para o morro na época da eleição. Tem uma música que eu provo isso aí, que o Leandro Sapucaí botou no disco dele, chama-se *O dono e o povo*, saiu no meu disco de 1991.

“O dono do morro não tem escritura e não tem nem procuração, criado no morro ele virou zorro da população, é Cosme e Damião, tem bala, se há vacilação é vala, se tem confusão, mais bala, mas se é eleição não fala para neguinho subir e prometer que a água na bica vai jorrar, que a galera do morro vai comer e que toda criança vai estudar, ninguém fala nada, e a promessa jamais será cumprida, quem desceu para votar não muda a vida, quem subiu para enganar sabe a saída, mas não conta para o povo do morro, o dono do morro atende o seu povo, isso já acontecia lá em 90 ou antes até e não tem para ninguém, para o povo do dono vai ter samba no morro semana que vem”.

Eu sou cantora de comunidade, conheço todas as periferias, todos os morros do Rio de Janeiro e em São Paulo, eu canto lá também, como eu conheço alguns morros também de Salvador. Lá o povo há muitos anos já dizia assim: – “puxa, fulano quase morreu aí na hora do parto, mas o Zezinho, ele tem a lista, dá para mandar para a maternidade, ele tem uma lista da farmácia.” Eu conheço dono de boca que mandou fazer piscina olímpica para dar para a garotada em favela lá no Rio de Janeiro, no morro não tem estupro, no morro homem não bate em mulher, porque quem resolve o problema é o dono do morro. Se bater lá sabe como é que é, vai para a vala. Então, existe uma política pública do traficante porque na verdade eles nem cheiram. Conheço traficante que não bebe guaraná, ele vende, agora quem compra é a Zona Sul, quem compra é Ipanema, quem compra é Leblon, quem compra é atriz, é ator, é cantor, é um monte de gente, é caro. Só que na época que eu conheci isso aí só tinha uma facção, aí fizeram a segunda, a terceira, a quarta. Um acaba com o outro e está essa bagunça aí. Agora vem um secretário de segurança dizer que cada dia, cada hora estão queimando mais carros, estão queimando mais ônibus, estão queimando tudo. Agora eu pergunto: Como é que o cara do morro tem arma do Irã? Não é isso? Como é que o cara do morro tem a cocaína que vem lá de Santa Cruz de La Sierra? Tem tubarão que está aqui no Senado, o dono do bagulho está aqui, lá é tudo sardinha. Então, a polícia quer aca-

bar com a sardinha, então para aproveitar vamos matar, mata aquele monte de cara ali, que é tudo perdido mesmo na vida, que não tiveram oportunidade de absolutamente nada. Então, o que é que a gente tem que pensar? Política pública é educação. Porque a hora que tiver educação vai desviar dessas coisas todas, as pessoas vão pensar de outra forma, vai ser diferente.

E também a questão cultural porque quem está no poder não somos nós, é o outro povo. Você vê que quando o Saad assumiu a TV Cultura o que ele fez? Vamos acabar com manos e minas, primeiro programa que saiu da grade; só que ele não sabia que manos e minas tem uma audiência incrível. Aí houve uma mobilização, todo mundo na *lan house* fez uma confusão. Volta o manos e minas, por quê? Era um programa de jovens negros, programa de grafiteiro e tal, aquela coisa do rap, aquela turma toda lá. Então não interessa, eu pergunto a vocês: será que só tem loiras inteligentes apresentadora na televisão de programas de variedades? Será que não tem nenhuma negra inteligente para apresentar um programa de variedades? Será? Não é possível que não tenha.

Na Bahia, vocês lá botam Ivete Sangalo; eu tenho medo de abrir a geladeira da minha casa um dia e encontrar a Ivete Sangalo porque eu não aguento. É Ivete Sangalo em tudo, entendeu? Aí você vê a Claudia Leite que é loirinha e tal, agora pergunto a você: Por que a mídia da Bahia não

bota a Margareth do jeito que bota a Ivete? Esse é o problema, a Bahia é um grande exemplo, porque a gente chega em Salvador, a negritude está lá, todo mundo assim do seu jeito e a nossa amiga Olívia me ligou na campanha, a Leci vai descer Araketu, Olodum, Ilê e a negada toda e vai ser um batuque, e vem o Candeal, vem Carlinhos Brown, entendeu? E cadê a Olívia, cara? A gente não consegue entender isso; não dá para entender porque o nosso pessoal não ajuda o nosso pessoal, não é só o meu exemplo não, tem mais exemplos.

Talvez se a apresentadora fosse loirinha de olhos verdes, fosse gostosona, talvez você tivesse até um programa para apresentar o hip hop. Quando começou o funk era uma outra história as letras do funk. Esse funk aí de palavrão, de safadeza, esse interessa para a rádio tocar, é uma forma que é pensada lá em cima, vamos tocar aquilo que bota todo mundo mesmo para ficar doido, para não pensar em nada, que os caras falam errado, nós vai, nós volta, nós é, aí é bacana botar, isso toca no rádio pra caramba. Agora aquele *funk* com uma letra sabe, consciência. Outra coisa, sabe por que ninguém gosta de *hip-hop* nem de *rap*? Porque vocês compositores de rap e *hip-hop* são os compositores que tinham importância na época da ditadura, como os amigos dos compositores estavam sendo exilados, assassinados, interessava a todo mundo fazer música de protesto. Acabou a ditadura está tudo lindo; quem é que fala da realidade da comunidade hoje em dia? É o *rap* e o *hip-hop*, por isso não interessa que vocês sejam

tocados, que vocês sejam executados, e que vocês tenham espaço. Eu conversei com a turma de rap e hip hop em São Paulo na minha campanha porque a gente tem um projeto para que a Secretaria de Cultura Estadual tenha uma gravadora estadual, porque o problema é a produção. Se vocês tiverem uma produção para fazer o CD de vocês, vocês vão vender na comunidade, não tem problema, vende o preço que quiserem. Mas não interessa para ninguém fazer isso, nós temos uma virada cultural que não bota os artistas da periferia e ninguém participa, chamam até artistas estrangeiros para se apresentar em São Paulo e o povo de lá não vai.

Então é desigualdade em todos os níveis e em todos os momentos, em todo tempo. A gente vai para o Maranhão, estado que tem negro à beça, você sabe como é a família que manda lá e como é que é o negócio lá. O nosso pessoal não chega de jeito nenhum. Então a gente tem que mudar muita coisa, tem que continuar candidata sim, tem que fazer projetos de lei como Janete já vem fazendo há muito tempo e que pode fazer mais. E agora eu quero falar uma coisa para a mulherada negra, a gente bate no peito, nós negros. Antes de Matilde saiu Benedita porque foi tomar um café com o pastor; ela não roubou ninguém, ela foi tomar um café com o pastor, aí a passagem aérea. botaram a Benedita para fora. Aí vem a Matilde, o tal do cartão corporativo que gastou no free shop, foi pelo telefone que ela foi demitida. Eram dois ícones que nós tínhamos. Eu queria saber porque as mulheres negras não foram para a rua fazer passeata,

botar cartaz, pedindo o retorno da Benedita e pedindo o retorno da Matilde. Ninguém fez nada, eu me incluo nisso, todas nós, nós não fizemos nada. Então, a gente precisa deixar de brigar só porque a escola perdeu ou ganhou porque o time ganhou ou perdeu, temos que brigar por outras coisas.

Érika Kokay

Deputada federal PT/DF

Eu queria desejar um bom dia para cada uma e cada um de vocês e saudar as companheiras que estão aqui fazendo essa discussão. Todo esse evento é muito rico, não só essa discussão que nós estamos vivenciando aqui das latinidades, mas o evento em si porque ele possibilita um olhar para nós mesmos, um olhar para nossa sociedade, um olhar para o nosso país, um pensar, um mergulhar em si mesmo. Eu digo isso porque a gente tem poucas chances na nossa vida cotidiana de mergulhar, de refletir, de pensar, de se olhar, de se tocar, enfim, de se viver. Nós vivemos uma era que tem um dilema meio shakespeariano, o dilema de ser ou não ser. Então, nós vivemos uma disputa em todos os aspectos da possibilidade de se ser como se é porque nós vivemos uma massificação das formas de ser.

Eu diria que a gente tem uma subjetividade que está um pouco garfada pelo mercado, o que significa que a gente está sem espaço de construir as nossas próprias identidades. Os nossos meninos engolem os desejos que saem da televisão associada ao mercado e todos os dias nós temos o seguin-

te dilema: a sociedade diz para os nossos meninos, consuma para que você seja alguém nos padrões de consumo, nos padrões de comportamento e nos padrões de ser. Seja desta forma para que você possa ser alguém; consuma para ser alguém; e não dá o direito de consumir. Os meninos não consomem, mas a sociedade de consumo todos os dias diz: consuma ou eu não te reconheço. E em verdade isso cria uma sociedade em que as subjetividades são anuladas. É nesse sentido que a gente precisa resgatar e fazer uma discussão de igualdade de direitos, de gênero, de igualdade racial, enfim, de fazer uma discussão dos direitos dos espaços a serem construídos com picaretas, com britadeiras, como pudermos, para que as pessoas tenham a liberdade de ser e sejam identificadas enquanto pessoas e não enquanto máquinas de repetir comportamento e não enquanto pessoas depositários de desejos construídos pelo mercado.

Então, nesse sentido é que se a gente não constrói essa discussão da condição de sujeito da subjetividade na nossa sociedade, nós não vamos avançar. Portanto a discussão da igualdade racial e da equidade de gênero é estruturante; elas não são uma coisa para que a gente fique melhor, elas não são cerejas no bolo. Se não se avança na equidade de gênero, não se avança na igualdade de direitos, igualdade étnica de direitos das mais diversas etnias, nós não vamos avançar. Não tem mais espaço na nossa sociedade hoje. O ser e a subjetividade estão em risco. Não tem mais espaço para acontecer o que aconteceu na Revolução Francesa, em

que se construiu direitos humanos sob o lema da igualdade, fraternidade e liberdade e se decapitou as feministas que queriam introduzir a pauta feminista na Revolução Francesa. Não tem mais espaço para isso, não se avança mais se a gente não incorporar a necessidade do resgate, da individualidade, da subjetividade.

Por isso nós temos duas tarefas: tarefas do século XVIII e tarefas do século XXI e temos que tocar juntas. Nós queremos universalizar as políticas públicas, mas nós queremos abrir um recorte nas políticas públicas, o recorte de etnia, o recorte de gênero. Porque não podemos mais ter políticas públicas que não considerem as diferenças; nós queremos abrir espaço para a vivência das diferenças. Ou seja, que a saúde encare que existem mulheres e homens, encare que existem negros, indígenas e não apenas seja uma saúde pronta ou de um padrão pronto, e a educação também. Concordo com a Leci, educação é absolutamente estruturante. Tem políticas que a gente precisa tê-las com qualidade, mas que não transformam; a educação transforma, a cultura transforma. Eu aliaria a importância da educação e a importância da cultura porque se nós queremos discutir as identidades, nós queremos abrir espaço para as expressões culturais, que são as expressões de identidade. Nós queremos abrir espaço para o hip hop porque é crônica de uma periferia invisibilizada, que é um grande problema hoje que nós enfrentamos também. As pessoas são invisibilizadas, a violência doméstica é invisibilizada, as crianças na

rua são tornadas invisíveis, os negros, com exceção da polícia porque a polícia não torna negro invisível, mas em geral também são invisíveis. É preciso romper a invisibilidade dando espaço para a abertura e para vivência das diferenças e das identidades.

Acho que isso é um desafio que está posto para nós e para que façamos esse desafio temos que ter alguns mecanismos para acelerá-lo. Nós defendemos aqui as cotas e fomos a única organização, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa, que esteve fora do meio universitário, que esteve na UnB para que pudéssemos estabelecer as cotas étnicas para os negros e indígenas. Mas é preciso ter mais cotas. É preciso ter cota, por isso a reforma política com a lista para negros e mulheres no Congresso Nacional; é preciso ter cotas nas funções comissionadas, os DAS's tem que ter cota para mulheres e para negros porque tem uma recomendação, mas é preciso ter a implementação nos ministérios, nas secretarias, enfim. Senão nós não vamos avançar, porque a história avança pelas frestas, por debaixo da porta. Agora, nós vamos demorar muito para avançar e enquanto a gente não tiver este resgate, nós não vamos conseguir construir uma sociedade verdadeiramente democrática.

Por fim, quero dizer que negar a africanidade, porque em verdade se nega a africanidade, é negar a história desse país. E mais do que isso, a casa grande e senzala são originárias da corrupção, é uma visão patrimonialista; você se sente dono

do que está dentro da cerca, não só dono da terra como dono dos trabalhadores, dono das mulheres, dono das crianças, proprietários de pessoas. Essa é a origem escravocrata do Brasil que vai se expressar hoje nos que também se sentem donos do recurso público, da política, dos mecanismos de estado. Portanto, a origem do racismo, do sexismo, da homofobia é a mesma digital dos que deceparam os orixás. Aqui em Brasília, os orixás foram decepados na prainha. A digital de quem decepou os orixás é a mesma digital dos que deixam os hematomas no corpo e na alma das mulheres; é a mesma digital dos que se apropriam de recursos públicos, que é a visão patrimonialista.

Por isso, quando discutimos a igualdade racial e a equidade de gênero estamos discutindo o ressurgimento dos espaços ou a abertura dos espaços para a vivência das individualidades, para que as pessoas possam ser como são sem dor. Porque tem muita dor desnecessária, tem dor em ser mulher, tem dor em ser negro, tem dor em ser homossexual, tem dor em ser criança e é preciso desconstruir a dor desnecessária, abrindo os espaços para que as pessoas possam ser como são.

Política de educação e política de cultura, ao meu ver, são absolutamente fundamentais. Sem elas a gente não vai caminhar porque elas conseguem transformar. E, quando eu digo política de cultura é porque nós queremos a política de cultura; não apenas as expressões artísticas que são

importantes, mas o que se cheira, o que se come, o gosto, enfim, tudo isso é cultura. E a cultura não pode ser utilizada como um tapete espesso que você vai jogando debaixo dela as violações de direitos. Isso é machismo? “É porque é cultural”. Não chega no negro? “Porque é cultural”. Então, a cultura vira o monstro que absorve e justifica tudo, todas as violações. Não é essa cultura que nós queremos. É a cultura para dizer que são construções e se foram construídas podem ser desconstruídas. Encerro lembrando Leminski, que diz: “Isso da gente querer ser exatamente o que a gente é, a gente não querer embranquecer, a gente não querer se masculinizar, a gente não querer se transformar hetero sendo homossexual, isso da gente querer ser exatamente o que a gente é, ainda vai nos levar muito além”. Abramos espaço para isso.

Texto.Complementar



“A SENHORA É DEPUTADA?”¹

por Janete Pietá ²

Invisibilidade secular

Chove em Brasília e na minha face correm lágrimas. Não há consolo para julgamento sumário. Saí com vida, porém a dor, a humilhação, a indignação cidadã me corroem a alma. Em pleno século XXI sinto o açoite da chibata. As diferenças que ferem a cidadania. O milenar olhar de superioridade e de indicação da porta da cozinha ou da senzala. Como uma mulher afrodescendente, que ousa fazer um penteado afro, de tranças rasteiras, que não chega arrogante, olhando de cima, ostentando brancura, ouro, e cercada de um séquito de assessores, é deputada federal?! Não pode ser deputada. Está mentindo! Não lhe permito o acesso e com olhar soberbo a humilho frente à plateia que espera a vez de passar pela revista para acessar o evento com a presença do presidente da República. Tenho poder de julgar, esnoabar e colocá-la no seu devido lugar. Tenho o poder de poder oprimir deste lugar em que estou, vestida e investida de autoridade.

Cumpri todas as formalidades de quem acessa ao evento. Entrei na fila, esperei minha vez para buscar meu pin de acesso às cadeiras de deputados (as). A única regalia para nós deputadas é não passar pela revista da bolsa e sabe-se como é uma bolsa de mulher. Aliás, hoje quando vou ao Banco também deixo minha bolsa nos armários que ficam do lado de fora. É sempre catastrófico: chaves, celulares, moedas, sombrinha... E a porta eletrônica a trancar e apitar. Eis a mulher que me olhou de cima e me ouviu dizer as palavras inacreditáveis, em tom baixo, quase coloquial: “Sou deputada federal”. Ao que ela me interpelou severa: “A senhora, deputada!? Eu nunca lhe vi nos eventos presidenciais!” Calmamente respondi: “A senhora não é obrigada a conhecer os 513 deputados e deputadas, mas como pessoa do cerimonial deveria olhar para minha lapela e reconhecer meu broche de deputada, cartão de visitas aqui e em qualquer ministério”. Ao que me respondeu com grande autoridade: “Sou do cerimonial da presidência”. Ao que respondi: “Vou procurar o responsável pelo cerimonial”. Fui, e ela de longe me olhava com desprezo. Depois descobri que era terceirizada, o que é secundário pelo que o feito revela.

¹ Publicado no *site* da Carta Capital em 1º de fev. 2010.

² Mulher e militante negra, política fundadora do PT e atualmente deputada federal pelo PT-SP

Sei que hoje uma parlamentar que zela por ser séria tem que enfrentar desprezo e zombarias por causa dos que não se comportam com ética, e porque em regra tudo acaba em pizza (ou panetone). É doloroso, porém, esse sentimento generalizado contra os políticos, uma vez que boa parte dos que se elegem são pessoas sérias. Mas a secular discriminação racial e social contra aqueles que foram oprimidos e seus descendentes, ainda mais por quem tem a tarefa de recepcionar na República, é muito mais dolorosa. É intolerável. É de chorar, como chorei copiosamente depois.

A cerimônia, com a presença do presidente Lula, governador e prefeito do Rio, ministros da Justiça, Esporte, Turismo e da Casa Civil, era para apresentar mais um passo num novo paradigma de segurança pública, um avanço para a categoria policial militar, que através da Bolsa Copa e da Bolsa Olímpica trará capacitação e aumento do soldo dos profissionais de segurança e bombeiros envolvidos nas operações de segurança nas sedes dos dois eventos esportivos. Certamente fará parte da capacitação dos agentes de segurança destacar a chaga da discriminação racial no Brasil e os caminhos para evitá-la.

Nós, negros e negras do Brasil, temos o direito à visibilidade e ao respeito em qualquer lugar. Chega de julgamentos sumários, negados quando se exerce o direito de defesa, mas reiterados pelo silencioso e frio olhar seguinte. Chega de ter que fazer sincretismos para sermos aceitos pela casa grande. Chega de invisibilidade forçada.

Acreditem, somos menos de 5% de deputados e deputadas federais negros. É hora de o Senado aprovar o Estatuto da Igualdade Racial, que teve que ser muito atenuado para passar na Câmara. É hora de uma nova educação para aplicar o princípio constitucional de que todos somos iguais. É hora de não se conformar, de protestar em cada caso, num mutirão prático-educativo assumido por dezenas de milhões de negros e negras. Lembrar que assim como lugar de operário também é na presidência da República, nos ministérios, no Parlamento, o lugar do negro e da negra é em qualquer lugar de poder: na política, na administração, no judiciário... A maioria da nação, negros e negras, quer a visibilidade a que tem direito. E, por suposto, quer respeito.





CENSO: MULHERES NEGRAS NA CULTURA E NA COMUNICAÇÃO

Iris Cary

Oi gente. Boa tarde. Muito obrigada pelo convite. É a primeira vez que falo com uma plateia me acompanhando, e acho que muitas aqui, a maioria das mulheres negras que estão aqui presentes poderiam estar no meu lugar porque eu sou uma mulher absolutamente comum, apesar de pertencer a uma parcela da população negra ínfima que conseguiu concluir um curso superior. Sou jornalista, trabalho hoje na TV NBR e na Voz do Brasil, na EBC, que é uma empresa pública de comunicação. Além disso sou mãe, esposa etc. e tal. Milito também na Cojira, que é a Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial. Aqui no Distrito Federal a Cojira tem um vínculo direto com o Sindicato dos Jornalistas.

Na empresa em que eu trabalho pude fazer alguns documentários. Dirigi três documentários que tematizam a questão negra e, por coincidência ou não, os três documentários têm a mulher, a maternidade, a força feminina como fio condutor.

O primeiro filme que eu dirigi é um curta de 15 minutos. Chama-se *De mãe para filho*, o tema é a iniciação religiosa de um garoto de sete anos no candomblé; um menino negro, comum, que sonha em dar uma casa para mãe, jogar futebol, uma coisa bem singela, só mostrando ele se iniciando na religião. O segundo filme é o que eu mais gosto. É um documentário cujo nome é *Por um fio*, que se passa em uma comunidade quilombola, chamada Pombal, no Goiás. É uma comunidade pouco co-

nhecida, em que uma mulher negra, a Nailde, é a protagonista e está batalhando para que os jovens não saiam, não vão para as grandes cidades para concordar em ter subempregos. Lá o êxodo, a imigração da juventude está afetando diretamente os costumes da comunidade. O terceiro filme estreou em maio, chama-se *Brasileiro sem berço* e o tema é a adoção de crianças negras. A ideia foi investigar que circunstâncias sociais impõem às crianças negras essa condição de ficarem mais tempo na fila da adoção, o ponto de partida para esse filme é uma constatação do próprio Ipea. O Ipea tem uma pesquisa nos abrigos brasileiros que mostra essa realidade, a maioria das crianças que estão abrigadas são negras e as mais rejeitadas na hora da adoção.

Eu costumo dizer que eu só descobri que eu era negra quando eu conheci o meu marido, com quem estou há 21 anos, porque o Fausto também é negro, também é jornalista, mas ele já havia participado do teatro experimental do negro, ele já conhecia autores que eu não conhecia, que eu fui ver depois, enfim, até então eu estudei a vida inteira em uma escola particular, na mesma escola. Eu era muito bem aceita, embora fosse a única negra da classe, obviamente. Mas essa questão nem me preocupava, só despertei a partir do momento que eu conheci o meu companheiro e, só então consolidei esse pensamento de que a gente tem que efetivamente fazer alguma coisa para que não haja racismo. Quando me tornei mãe dessas lindas garotas a maternidade

me deu o peso. Eu falei não, agora definitivamente eu não posso simplesmente passar. Eu era jornalista, eu trabalhei no Jornal O Globo, fui correspondente do Jornal O Estado de São Paulo, sempre consegui trampos, mas nunca tinha pensado nessa militância, essa consciência mesmo. Ela só veio quando me tornei mãe. Então, na verdade, eu não sou uma militante histórica não, foi uma coisa meio circunstancial, mas acho que eu tenho cumprido bastante o objetivo. A gente brinca, a minha filha Tainá, por exemplo, é super contra cotas raciais para acesso à universidade e eu me sentia falida enquanto militante porque eu e o pai defendemos, é complicado não conseguir nem sensibilizar alguém que vive com você. Ela rejeitava até a discussão. Até o dia que rolou um trabalho de escola e a turma tinha que escolher um tema e se dividir. Alguns iriam fazer a defesa e outros iriam ser contra as cotas. Para ela caiu a defesa das cotas e ela foi obrigada a ler mais sobre. O posicionamento dela mudou. Ela percebeu que a gente quando defende cota, não defende para elas, porque são filhas de pais com curso superior, a chance de também fazer um curso superior já é mais natural. Agora ela entende que a gente defende cota para quem nunca teve acesso, para quem na família nunca teve essa oportunidade de estudar, então é essa a minha trajetória modesta.

Juliana Nunes

Íris, você pôde fazer três documentários que tratam dessa temática no seu trabalho, mas no dia a

dia e, mesmo ao pautar esse documentário, como é levar isso para dentro da redação? Que tipo de resistência enfrenta não só na redação que você está hoje, mas em outras redações para tratar a temática racial? Essa resistência, ela ainda existe, é forte?

Iris Cary

Eu acho que a resistência é bastante forte. É a mesma coisa de quando a gente vai pautar um tema ligado à homossexualidade; isso na redação nunca é tratado com respeito. É sempre visto como uma coisa de gueto, “ah, vocês pretos”... É jogo duro porque a gente tem que sempre dar resposta, não dá para ouvir e ficar calada. É bem chato porque se eu convivo com brincadeiras do tipo, “ah, eu trouxe hoje um bolo de nega maluca. Não, olha, a Íris está aí, vamos falar que é um bolo afrodescendente com distúrbios psicológicos”. Esse tipo de piadinha você tem que conviver e tem que dar resposta todo dia. Nas redações, de maneira geral, eu acho que as questões que afetam a população negra são vistas sempre como uma coisa de gueto, isso é bem complicado. A gente tem que tentar conseguir espaço para pautar isso. Não é muito fácil, não é um tema que as pessoas tenham familiaridade, tenham apreço. Eu acho que as pessoas não entenderam ainda o quanto isso é importante, acho que demora um tempinho.

Juliana Nunes

Mais uma pergunta. Íris, você fez matérias em comunidades que por motivos históricos são comu-

nidades fechadas, que se protegem, que tem uma desconfiança enorme com a mídia. Como são as comunidades quilombolas ou mesmo as comunidades de terreiro? Mesmo sendo uma jornalista negra, certamente você também encontrou algumas resistências nesse contato. Quais foram as estratégias, de que maneira você conseguiu estabelecer uma relação de confiança com essas comunidades?

Iris Cary

Bom, eu fiquei dez dias morando na comunidade de Pombal. Eu também achei que o fato de ser negra fosse uma coisa que facilitaria muito o meu contato com as pessoas, porém, o machismo é uma coisa muito forte também nessas comunidades. Eu acho que é essa coisa tradicional e, assim, é mais louco para eles verem uma mulher negra chefiando uma equipe de outros profissionais. Porque tem o cinegrafista, tem o cara do som, tem o motorista, então isso foi um pouco difícil. Mas à medida que eu me dispus a conviver com essa comunidade para poder entender a lógica deles, que é muito diferente da nossa, eu acho que o trabalho ficou mais fácil, fluiu. As pessoas abriram suas casas. Ter que comer o javali que tinha sido atropelado e eu olhar o bicho morto; eu sou ultra urbana, mal convivi com galinha na minha infância, foi bem engraçado, mas foi uma experiência riquíssima.

A Naílde é uma professora, portanto é uma das pouquíssimas letradas da comunidade. Muita gente não sabe ler e escrever e ela teve papel de

liderança muito importante. O mais legal é que depois que a gente fez esse documentário, no município dela foi criado uma Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e ela foi a secretária. A gente perdeu o contato, eu não sei como é que ela está hoje. Gostaria de reencontrá-la. Uma parte marcante do vídeo é quando a Naílde está reunida com outras pessoas para falar como é que eles vão ter que pautar a ação deles para que a comunidade tenha acesso ao que realmente tem direito. Nessa comunidade a questão da terra nem é uma coisa tão presente, mas o que eles precisam é de educação. Ela vai contar um pouquinho e na sequência a gente tem a chance de ver um encontro dela com a mãe e a filha dela. E é muito bonito, elas resgatam um pouco qual era o papel da mulher no passado dessa comunidade e hoje são hábitos que estão se perdendo. Se pudesse rolar.

Givânia Maria da Silva

Boa tarde a todas e a todos. A minha comunidade participa da Rede Mocambos por meio da Fabiana e para quem eu pediria que a gente unisse muita energia positiva, porque há 15 dias, exatamente ontem fez 15 dias, nós sofremos uma tragédia e perdemos três mulheres lideranças muito importantes. Temos ainda uma liderança na UTI e duas, inclusive a Fabiana, que é da rede, que está hospitalizada com problema na coluna e que nós estamos numa torcida enorme para que ela se recupere, volte a caminhar e a tocar a sua vida. Não está sendo um momento fácil para a nossa vida.

Eu atualmente estou na coordenação de regularização dos territórios de quilombo. Quando eu recebi esse convite achei que viria falar de política, mas isso também é política, então vamos lá. Quero indicar para vocês que entrem no endereço eletrônico <www.crioulasvideo.org>. Lá vocês vão ver a produção dos jovens da minha comunidade. Tem uma janelinha lá chamada filmografia e nessa filmografia vocês vão ver quantos documentos esses rapazes e moças já produziram.

Eu quero agradecer o convite e a generosidade por me botar para falar de um tema tão particular como esse que é Comunicação e Cultura na Perspectiva das Mulheres Negras. Eu fiquei pensando que era preciso trabalhar essa comunicação. O que é comunicar? Aí eu vou tomar a liberdade, aqui está cheio de jornalistas, mas eu não vou ficar tímida por isso. Os jornalistas vão me ajudar a refletir esse tema. Eu vou refletir comunicação do ponto de vista de um olhar quilombola. Então certamente não vai ter a amplitude que tem em vocês.

Eu pensava assim: comunicar. Mas comunicar o quê? A segunda reflexão que eu fiz é comunicar para quem? E comunicar de que forma? Então essas três perguntas talvez fossem o ponto de partida para gente conversar e para gente dialogar nessa tarde. Primeiro porque existem já algumas construções que já estão naturalizadas e consolidadas, que é o que significa a mulher negra nesse tema, por exemplo. E aí se a gente perguntar como é que nós mulheres negras somos vistas, ninguém vai ter dúvida de que vamos dizer aqui nessa plenária

um conjunto de afirmações que já foram naturalizadas. Para as mulheres negras essa naturalização vai se internalizando. A gente deixa de ser negra e passa a ser morena, a gente aceita que não é negra e sim mulata. Eu também, ao tomar conta da minha negritude, Iris, um dos conceitos que eu primeiro desconstruí em relação a minha pessoa foi o conceito de mula. Porque mula é um animal que, segundo a teoria, não é um dos mais inteligentes. E eu me acho até um pouco inteligente, então, não caberia nesse conceito, nessa definição de mulata.

Mas eu brinco com isso para dizer que todos esses formatos foram internalizados pelos meios de comunicação e eles são naturalizados e são aceitos, inclusive por nós. Acredito que este debate será para a gente começar a refletir sobre o papel da comunicação. De que forma ela comunica, para que é que ela comunica e como é que ela comunica. E essa comunicação me parece que reflete sobre as três perguntas. De imediato a gente já chega na segunda palavra que é a cultura, porque se a minha cultura, se a cultura do meu povo o tempo todo foi estereotipada, foi desprezada, foi escondida, foi silenciada, então para quem é que essa comunicação, para quem ela está comunicando? O que essa comunicação está fazendo com a história do povo negro brasileiro? Está transformando em moreno, em mulato, em pardo, em tudo menos em negro. E mais do que isso, tem destruído de forma muito radical a autoestima dos nossos negros e negras. Portanto, ser qualquer coisa menos negro é algo mais importante e aí a gente passa a incorporar essas questões.

E qual a imagem da mulher negra? Nós somos as muito boas na cama, as desejadas para sermos as amantes, muitas vezes não servimos para ser as esposas, mas servimos para ser a outra. Precisamos entender que tem um jogo de poder aí embutido e que a gente tem que desconstruir. Uma segunda questão além, nessa linha da quebra de paradigma, é que nós precisamos construir novas culturas de comunicação. O que seria novas culturas de comunicação? É ousadia de minha parte falar disso na frente dos jornalistas, mas eu acho que a cultura de comunicação ela não está só ligada aos comunicadores, mas ela está ligada sobre todo um conjunto.

Comunicação para mim vai para além do que está dito, do que está posto e entendido como comunicação. Uma fala, aqui nós estamos fazendo comunicação. Esse cartaz faz uma comunicação, esse painel está fazendo uma comunicação e como o livro didático faz uma comunicação permanente nas nossas escolas, que comunicação os livros didáticos fazem para nós sobre as mulheres negras? Uma mulher à parte da sociedade, sofrida. Sempre tem uma mulher com três, quatro crianças, quando é rural. Quando é urbana está sempre muito aperreada. Quando a mulher é rural, e aí eu me encaixo no perfil da mulher rural, sou quilombola, aparece sempre uma mulher com cinco, seis meninos na beira de um fogão e uma trouxa de roupa na cabeça. Eu não sou essa mulher, eu não tenho dez meninos, eu não gosto de cozinhar, eu não gosto de lavar roupa, e eu não sou essa mulher do pescoço tão fino, eu sou uma mulher que até não sou tão fina.

Vamos pegar outro lugar, a televisão. Dificilmente aparece uma mulher negra lá num papel digno, ou ela é a empregada ou a amante do patrão.

Eu acho que a publicidade e os jornalistas são formados em algum lugar do mundo e aí para mim o ponto chave de tudo isso está num lugar chamado educação. Para mim não dá para falar de combate ao racismo, de combate a todos os preconceitos, à homofobia, xenofobia, a todas as denominações que a gente queira dar se a gente não se preocupar com a escola que nós temos e pensar em ter uma outra perspectiva de escola. Por quê? Porque é lá que nós aprendemos muita coisa. Nossa família é muito importante e ela nos ensina muito, mas lá, me diga quantos autores negros, quem está aqui na universidade, quem de vocês aqui faz faculdade, vamos lá, quantos autores negros vocês foram convidados a ler agora, recentemente? Quantos? Nenhum. Milton Santos, um. E autoras negras, quantas? Então eu acho que discutir a comunicação, discutir o empoderamento da mulher negra, discutir a cultura negra e aí eu estou falando discutir a cultura negra em função do tema que estamos trabalhando, mas não é só a cultura negra que precisamos discutir.

Eu digo que nenhuma política repara o dano da escravidão, nenhuma política repara, ela diminui o dano, mas reparar não, porque o racismo ele fere alma, ele corrói a sua alma, a sua autoestima, então nada disso pagaria com qualquer ação afirmativa que fosse.

Eu quero finalizar contando uma experiência nossa lá de Conceição. Quais são as alternativas que a comunidade tem buscado, dado que a sua visão para a cidade sempre foi uma visão marginalizada? Só a partir de uma série de acontecimentos no município, inclusive a quebra de uma sequência do antigo PFL, chamado hoje DEM, saindo da gestão do município é que a gente pôde, com apoio do município e com apoio de outras organizações, contar a nossa história. Mostrar o nosso rosto. E uma das formas que nós buscamos foi criar os nossos próprios meios de comunicação. Então lá tem uma produtora de vídeo. Outra experiência de comunicação é o jornal Crioulas, a Voz da Resistência, que eu não tinha mais nenhum exemplar na minha casa da última edição. Então a escrita é dos jovens da comunidade, as fotografias são deles, a única coisa que nós não temos como fazer é a impressão, que é feita por uma equipe técnica. Em alguns vídeos você pode ver o olhar que esses meninos e meninas fazem sobre sua própria identidade, é diferente do que vai lá e acha.

Tem uma historinha que eu gosto de contar, que é real. A Rede Globo soube que tinha um time de futebol feminino e eles queriam no Dia Internacional da Mulher falar da presença das mulheres linkando com a Marta jogadora de futebol que é nordestina. Eles foram lá, e o movimento quilombola, em função de vários ataques que a imprensa, sobretudo a Rede Globo e o Jornal Folha de São Paulo, tinha dado à questão quilombola, dizendo

que os quilombolas eram uns falsos, que o governo estava inventando quilombo, tirou orientação nacional que falariam para qualquer imprensa menos para Globo. E lançaram uma campanha “Globo, a gente não se vê por aqui”. Mas nesse período em que estava a campanha, a Rede Globo procurou a comunidade para fazer uma matéria, então eles tinham um dilema, um problema político para resolver. O problema político era orientação do movimento nacional de que não se ia falar para a Globo. Ao mesmo tempo eles achavam importante falar da história delas no futebol. Então elas disseram: – “Olha, Rede Globo, a gente dá entrevista, a gente deixa filmar, agora vocês só vão exibir aquilo que nós consentirmos.” Aí a Globo fez a matéria, devolveu para eles, eles cortaram coisas que não queriam e a Globo só exibiu aquilo que eles disseram. Ameaçaram recorrer à justiça caso exibissem uma letra sem seu consentimento. Claro, era a luta de Golias, mas era uma ameaça e tinha ali um fundo de verdade, que era o uso de imagem de forma inadequada. Isso foi interessante porque a Globo fez uma matéria extensa. Foi a primeira vez que eu vi a Globo falar de forma correta sobre o termo quilombo, sobre as comunidades quilombolas, sobre a presença dos quilombos no Nordeste. Eu trouxe esse exemplo para contar porque eu acho que está dentro daquilo que eu falo dessa quebra de paradigma. Uma possibilidade de aparecer na Globo, ou em qualquer que seja, não pode ser entendido como uma coisa mais importante. Porque às vezes é melhor não aparecer do que aparecer do jeito que eles impõem, sobretudo a nós, mulheres negras.

Eu passo por aqui e recomendo que vocês vejam o vídeo *Serra das princesas*. O endereço é: <www.crioulasvideo.org>. Eu espero que a gente possa, em outros momentos, estabelecer novos diálogos e pensar, sobretudo, qual é o papel da comunicação, qual é o rosto que nós temos tido na televisão, no jornal, no livro didático, nos cartazes, em todos os meios de comunicação. É uma forma de pensarmos uma sociedade em que o nosso cabelo, o nosso tom de pele não sejam motivo para dizer quem é superior e quem é inferior. Obrigada, me coloco à disposição.

Janaína Oliveira

Boa tarde a todos e a todas. É um prazer enorme estar aqui. Eu sou mais conhecida pela sigla Re.fem, que significa revolta feminina. Sou *rapper* e desde este ano sou publicitária. Nossas colegas jornalistas aí, a minha ideia é trabalhar com a questão da visibilidade, principalmente da mulher negra, vou falar um pouco sobre isso.

Nesta fala eu estou representando o movimento Hip Hop que é uma organização de juventude que está em 18 estados e 11 países. Temos um portal chamado *Enraizados* e o nosso próprio jornal. Ano que vem vamos ter nossa própria revista. Fazemos nossos próprios filmes porque a gente sabe que se for esperar que a mídia tradicional nos coloque em pauta não vai acontecer ou vai acontecer de forma equivocada. Então a gente tem que sair do espaço

da reclamação para o espaço da ação. Se a publicidade me incomoda eu vou fazer publicidade e saber como é que eles fazem para eu saber como posso fazer diferente. Se não me vejo na televisão eu vou lá saber como é que faz a televisão, como é que faz os filmes para poder aprender como eles fazem e fazer do nosso próprio jeito, o nosso jeito negro, nosso jeito quilombola de fazer as coisas.

O tema é Mulheres Negras na Cultura e na Comunicação e aí a nossa cultura é uma cultura de resistência. A nossa cultura começa nos tumbeiros. É triste, mas é real. Se os navios hoje andam devagar, imaginem naquela época, então muitos vêm de culturas diferentes, de línguas diferentes, de países diferentes, todo mundo junto, nu, horrível, mas para a gente chegar vivo ao Brasil chegaram milhares, mas milhares ficaram no meio do mar e muitos de nós estão aí nessas águas, nós tivemos de criar uma cultura ali dentro, a cultura de resistência começou ali.

A cultura afro-brasileira nasceu com intuito de sobrevivência, os que sobreviveram lá, a família que conseguiu chegar inteira aqui quando chegou no porto foi separada e aí imagine uma mãe além de ter perdido ali no barco com a morte ainda ser separada de seus filhos, não saber para onde foi, ser separada de seu marido, de seus amigos e ir para um lugar e ficar com pessoas que só tem o mesmo tom de pele, mas de repente é de tribo inimiga não fala a sua língua; Como é que você vai sobreviver?

A mulher negra tem uma participação fundamental na criação e no fomento dessa cultura, fomos nós quem tivemos de cuidar das pessoas que ficaram perto da gente. Tivemos que cuidar dos nossos homens, dos nossos velhos quando a gente estava lá na casa grande tivemos de dar um jeito de extraviar uma comida, uma sobra de carne, uma sobra de não sei o que lá, uma sobra de tecido para poder cobrir os nossos corpos, isso é cultura e se não é a mulher negra, eu tenho quase certeza que muito dos processos não existiriam, nem zumbi iria existir. Muitos dos processos da nossa cultura, muitos de nós teriam morrido, não fosse essa garra de nós mulheres negras. E aí é o que eu falei de cultura de resistência. A feijoada que hoje em dia todo mundo vem ao Brasil para comer é uma festa, é uma cultura de resistência. Eram sobras de restos que eles não queriam comer, feijão, até hoje os europeus não gostam de feijão. Era um alimento secundário e você só tinha aquilo. Então é resto, feijoada é feita de restos e foi isso que nos deu força para poder ir de sol a sol trabalhar nas lavouras, uma série de coisas.

A capoeira que todo mundo acha bonita foi uma cultura de resistência para nos mantermos vivos, para auxiliar nas fugas para os quilombos, para poder realmente brigar. Porque o povo negro não era escravo bonzinho não, nós éramos rebeldes e eu sou rebelde até hoje. O jongo, a dança no momento das rodas, quando nós podíamos fazer rodas e bater nosso tambor era o momento que

nós tínhamos contato direto com a África. Nós não podíamos conversar nas lavouras, na cozinha quando estávamos trabalhando durante o dia. E as rodas eram o momento que podíamos trocar informações, saber “ó! fulano está fugindo! vai ter um não-sei-o-que-lá, tem quilombo em tal lugar”. Quem estava na casa grande podia conversar na hora da senzala. E o jongo eu tenho muito respeito, porque na hora do jongo ou umbingada essa dança que você vem e encosta na pessoa, naquele momento que ele encostava, era o momento que passava informação e saía. E tinha um canto tão alto, então a galera não conseguia traduzir os senhorzinhos, os capitães-do-mato que ficavam ali vigiando. Tudo isso é cultura de resistência. Hoje é lindo, é muito bonito, mas foi isso que nos salvou e que nos mantiveram vivos até hoje.

As irmandades negras foram as responsáveis pela fuga de muitos irmãos e irmãs negras, foram responsáveis por comprar a liberdade de muitos irmãos. Elas ficavam vendendo na rua, pedindo esmola, fazendo uma série de coisas para conseguir dinheiro. Foram essas mulheres que foram as primeiras rebeldes, e eram todas velhinhas, ninguém dava nada por elas, mas elas eram os bichos, elas fizeram a revolução.

E a mulher preta está ali na cozinha, eu adoro uma cozinha gente, não sei cozinhar muito bem, mas estou sempre na cozinha. A gente recebe as pessoas na cozinha da nossa casa, é assim; a gente está ali na cozinha só passando conhecimento. Têm umas que

gostam de gritaria, eu adoro uma gritaria, adoro uma confusão, a gente sempre tem alguma coisa para passar, a gente está sempre ali. Na arte não poderia ser diferente. Nós mulheres negras somos as fomentadoras, administradoras e responsáveis pela preservação da cultura negra no Brasil, porém isso não é visibilizado e a nossa história cultural pouco é contada nos livros e nos filmes. Eu sou da cultura *hip-hop* e até pouco tempo as mulheres não tinham reconhecimento nela. Mas eu falo para vocês, eu quero que alguém, um homem, pode ser o maior dinossauro do *hip-hop*, venha falar que eu estou errada, mas só tem *hip-hop* no Brasil até hoje, e ele está firme e forte, por causa da mulher. Porque se tem aí o Gog, Racionais Mc's seja quem for esse jovem, porque jovem negro não tem emprego, não tem condições, quando tem é subemprego. Para essa galera poder tirar as suas primeiras músicas e estar lá no palco, para poder estar com a sua roupinha bonitinha, tinha minimamente a mãe bancando a passagem para poder chegar nos primeiros shows, alimentando. Por mais que essa pessoa trabalhasse, mesmo assim teve o auxílio da mulher negra. O samba, que aparece muitos homens aí, se não é a mulher negra a cuidar daquele homem que geralmente era viciado, cachaceiro, vagabundo, se não é a gente cuidar deles, não tinha aí Cartola, por exemplo.

Seja nos bastidores ou nos palcos somos nós quem fomentamos essa cultura, somos nós e ninguém diz isso, só cita nome de homem. Teve um filme de samba na mostra de cinema negro, só homem apareceu e Leci, no mais só homem. Ninguém conta a história dessas mulheres que financiaram

porque principalmente o Hip Hop é financiado pelas mulheres com dinheiro de faxina, uma série de coisas aí. Eu mesma cheguei a parar ônibus na madrugada para um monte de manos poderem ir embora para casa porque não pára ônibus para homem preto na madrugada no Rio de Janeiro, imagino que aqui em Brasília deve ser a mesma coisa. E onde está o problema? A mulher preta está aí, desde que a gente chegou lá dos tumbeiros fazendo tudo, fomentando tudo e a gente não está nos livros, a gente não está em lugar nenhum, qual é o problema disso, alguém sabe me dizer aí?

A minha mãe sempre fala para mim o ditado de “quem quer faz, quem não quer manda fazer”. Então, se eu quero que a mulher negra seja visibilizada na TV, nos livros eu vou lá e faço. Eu não me via nos filmes, então fui lá fiz um curso de cinema, consegui bolsa; agora tem muito curso na favela, me meti numa favela para fazer curso porque eu moro na baixada fluminense e lá não chega. Chega na favela da Zona Sul, que é uma favela muito bonita, mas periferia mesmo ninguém nem quer chegar lá. Mas eu ia para a favela, só tinha o dinheiro do trem, muitas vezes passava duas horas para poder chegar, ficava com fome; fazia o curso, voltava para poder comer em casa e isso era o dia inteiro. Eu fui correr atrás do que eu queria, o que eu queria? Fazer filme com mulher preta, então fui lá aprender. Aí eu pensei: Por que a gente não está no livro? Comecei a escrever também, não escrevo muito bem, não quero ser escritora não, mas já fiz alguma coisa aí.

Mas como é que a gente faz, porque é muito fácil falar vai fazer filme fulano, vai escrever um livro, vai fazer uma música. Em 1988 era difícil, 1.800, mas hoje em 2000 quantas pessoas têm celular com câmera, câmera fotográfica aí que filma? Quem não tem e conhece alguém que tem e sabe quem emprega? Quem tem acesso ao computador com internet? Não precisa ser em casa, uma lan house, R\$ 1,00 a hora. Então me desculpem, mas todo mundo aqui pode fazer filme, pode escrever livro, pode escrever uma novela, pode fazer uma peça de teatro. Eu adoro a palavra não, então não fala não para mim porque aí é que vou fazer ou então se falar que eu posso, que chato, eu gosto de uma confusão.

Eu estava na cultura *hip-hop* e não conhecia as mulheres que faziam *hip-hop*. Uma coisa que eu aprendi é que para você construir o seu futuro você tem que conhecer qual é o seu passado. E para construir o meu futuro como uma mulher *rapper* eu precisava saber quem eram as que começaram, o que elas faziam, o que pensavam, para eu poder saber o que posso continuar, não queria ter que refazer ou passar pelos mesmos problemas. Depois que eu fiz o curso de cinema eu fiz uma pesquisa, achei aquele monte de mulher, peguei a equipe que fez curso comigo botei todo mundo para trabalhar junto, Geraldo trabalhou de graça, consegui uns R\$ 5.000,00 com a Fase, aluguel, equipamentos e kombi. Paguei comida para Geraldo porque foi um ano de filmagens, todo final de semana, ninguém namorava só trabalhava, e foi maravilhoso.

O filme *Rap de saia* está no You Tube e a galera pode ver. Outro que é o último que eu fiz que é o *Mães do hip-hop*. A ideia era saber o que as mães achavam dos filhos na cultura *hip-hop*; ele está no You Tube também. A gente tem que visibilizar o nosso trabalho. Para quem conhece aqui no Distrito Federal tem o grupo Atitude Feminina. Eu dirigi os dois vídeos cliques que elas têm, o *Rosas*, que é o primeiro que fala da questão da violência contra a mulher e o último agora, *Enterro do neguinho*. A gente fez o roteiro, eu vim aqui dirigir, ajudei na produção. Então a minha é essa assim, a gente tem problema na comunicação? A gente tem vários problemas, mas eu não vou ficar reclamando, não nos representam, eu vou lá e vou fazer e eu quero aqui hoje convocar todos e todas para sair do estado de reclamação e ir para a ação. Qual é o problema que você identifica na sua comunidade? Não falo só na cultura, na sua comunidade, na sua escola; qual é o problema, o que te incomoda e o que você pode fazer para mudar isso? Se é uma coisa que não depende só de você, sujeito da ação, se depende de outras pessoas o que você vai fazer para cobrar aquela pessoa, aquela ação?

Finalizando, tem uma rima minha que é assim: “Beijo, beijuda, bocuda, boca carnuda é o que há. São traços da beleza negra que o silicone não pode imitar. Você vem turbinar peito, bunda e coxa, escravizada pela estética, feito louca. E vem você falar que é feio ser negra porque recria em ti a minha beleza. Diáspora africana através do mundo,

se perceber somos a raça do futuro, a dinastia das ruas é negra e só cabe a você respeitar. E não vem impedir nossa herança real, somos as Dandaras e as Nzingas da época atual. E não vem impedir nossa herança real. Somos as Dandaras e as Nzingas da época atual, somos as Dandaras e as Nzingas”.

Intervenções . do . público

Daniela Luciana
Cojira

Eu sou mãe também então para mim isso é muito importante, minha identidade racial foi formada pela minha mãe. Nunca minha mãe deixou ninguém me chamar de morena, isso é o que me formou e é o que eu ensino para a minha filha também. Aí a Janaina falou bastante desse processo, eu queria que Givânia e Íris fizessem uma breve análise dessa ligação que a Janaina estabeleceu entre maternidade.

Givânia Maria da Silva

Eu na verdade não sou mãe biológica. Mas o que eu queria colocar era o seguinte: primeiro eu não vou poder fazer uma análise mais profunda dessa relação quanto a Janaina. Acho que a própria Janaina vai ter que falar. O que eu quero testemunhar é o papel da mulher de onde eu falo. E aí quando a Íris falou lá: “olhe, mas é que o machismo lá no quilombo...”, isso também é verdade, a

gente também precisa ter alguns cuidados porque nós introduzimos várias questões que na cabeça daquelas pessoas podem não estar efetivamente o machismo. Tem valores, por exemplo, que nós em uma leitura do nosso tempo entendemos como machismo. Mas para minha mãe, por exemplo, ela não entende que isso é machismo. Então eu não posso chegar lá e dizer agora que ali é machismo e pregar aquilo como dado real.

Eu sou de uma comunidade, Daniela, formada por um grupo de mulheres que em 1802, quando a tal abolição estava muito longe de acontecer, essas mulheres já eram donas de terra. Elas compraram as terras, arrendaram com o trabalho do fio do algodão, fiando algodão e vendendo numa cidade, nossa cidade não era cidade. Hoje eu tenho o privilégio de ter a minha cidade e ser de uma cidade bacana, que eu gosto, tem uma secretária negra também que está aqui me assistindo. As mulheres fiavam e vendiam o fio do algodão em uma cidade das mais antigas do interior de Pernambuco, chamada Flores. Desde então as mulheres têm sim um papel de destaque.

Não é a toa, e aí de forma negativa, há 15 dias as três mulheres que morreram eram lideranças e as que estão internadas também, por quê? Porque é a nossa dinâmica, é a nossa vida, se era um carro que ia professores e liderança, obviamente a maioria era mulher. Então eu falo desse lugar onde a mulher tem um protagonismo, não um protagonismo acadêmico, não, é um protagonismo histórico. A Valdeci, que é uma das que está hospitalizada, tem uma

afirmação que diz que nós somos feministas de herança. Eu estou até pensando em escrever sobre isso. As seis mulheres que chegaram e que fundaram essa comunidade 1802 essa tal abolição sequer disse alguma coisa, como não disse para o resto do Brasil, para o resto dos negros. Para as mulheres da minha comunidade é que não disse mesmo porque elas já eram há muito tempo independentes, donas de terras. O que eu percebo nos quilombos é que as mulheres é que são guardiãs, Daniela, do patrimônio cultural da sua comunidade, esteja ela presidenta da associação ou não ela é guardiã da história da comunidade. Quando nós chegamos já com os nossos valores brancos e embranquecidos, a gente chega num quilombo e estranha. É preciso ter muito cuidado para a gente também não chocar porque aquilo às vezes faz parte de uma prática, por exemplo, o trabalho infantil, eu tenho dificuldade de discutir o trabalho infantil em comunidade indígena e comunidade quilombola. É muito tênue, é muito, é uma barreira, é muito difícil estabelecer o limite do trabalho infantil e para mim trabalho infantil, se trabalho infantil, é criança ajudar a mãe apanhar algodão, apanhar feijão, ajudar a mãe fazer comida e estudar. Eu trabalhei minha infância. Então são valores que você chega lá, uma menina está apanhando algodão, não é trabalho infantil, ela para ali e vai para a escola, ela não deixa de ir para a escola.

Agora se vocês me perguntarem e aí eu fecho com isso, se vocês me perguntarem: –“Givânia, você já ao nascer já se sentia uma mulher negra?” Aí eu vou dizer não, eu era morena, me ofendia

quando me chamavam de negra de Conceição das Crioulas. Hoje eu tenho muito orgulho da minha família, de todo o quilombo ter a sua negritude como uma coisa positiva e não como uma coisa negativa. Eu repito, se não fossem as mulheres, se não fosse Mendexa Ferreira, Chica Ferreira e se não fosse Augustinha Cabocla, que caminhou 520 km a pé para defender esse território, talvez eu hoje não estivesse aqui falando para vocês. Com isso eu me despeço. Queria dedicar essa minha fala do dia de hoje à Luiza, à Rosa Doralina e à Gislene, que foram as três companheiras que a gente perdeu há 15 dias. Obrigada a vocês.

Iris Cary

Eu tinha falado que só me descobri negra depois que eu me apaixonei por aquele cara maravilhoso que está ali. Mas na minha casa eu sou a caçula de três irmãos, filha de uma cozinheira. Eu acho que ela nem tem essa consciência, mas ela foi uma das primeiras mulheres que resolveu tocar a vida sozinha para frente. Ela tinha um cara do lado que era meio como essa figura boêmia que a colega ali se referiu, então ela tocou sozinha a criação e tipo, ah, vocês podem, vocês podem fazer o que vocês quiserem, a gente teve essa orientação, mas não racial, então isso foi uma coisa posterior que se consolidou com a maternidade, aí eu vi que realmente eu tenho que deixar um legado e acho que rola na super boa, assim, em casa. Hoje na minha família é um assunto que todo mundo fala numa super

boa, não é um assunto tabu. Minha mãe hoje que está velhinha conversa sobre isso, acha super legal o que a gente faz e as meninas também têm plena consciência de quem são, felizmente. Acho que a gente cumpriu esse papel que são como é que é essa expressão linda que a Givânia usou? Feministas de herança, beleza, acho que é isso.

Wilson Weleci

Eu não ouvi a sua palestra Íris, mas a minha pergunta é para você. Eu quero saber qual é o posicionamento em relação ao livro de Monteiro Lobato que o Conselho Nacional de Educação pediu para retirar das redes públicas de ensino. Os meios de comunicação, a nossa elite branca dos meios de comunicação, saiu em defesa do livro sem em momento algum questionar os termos racistas contra tia Anastácia que estão ali que podem prejudicar as nossas crianças negras e transformar as crianças brancas em racistas. Nesse mesmo livro há um adendo em relação à onça, que naquele período não tinha essa discussão de meio ambiente, mas hoje não se pode matar a onça. Então gostaria de saber como vocês dos meios de comunicação podem nos ajudar a combater esse livro e combater os meios de comunicação também.

Iris Cary

O movimento de comunicadores negros está bem articulado, participando de conferências de comunicação, conseguindo aprovar propostas im-

portantes, mas para poderem ser implementadas essas propostas depende da pressão social. Todo cidadão consumidor de televisão, por exemplo, deveria ter o hábito de cobrar a Rede Globo: “olha, mas essa matéria aqui que vocês fizeram sobre o Monteiro Lobato a gente não concorda” ou então que uma empresa pública de comunicação pautada com maior frequência essa temática racial nos seus produtos. Acaba que a gente não faz essa militância, essa marcação cerrada.

Juliana Nunes

Só para situar, há uns sete anos existe a Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial, Cojira. Já está presente em oito sindicatos núcleos de jornalistas afro-brasileiros e eles buscam fazer justamente esse trabalho que a gente está conversando aqui. Um trabalho a partir dos sindicatos, de contato com jornalistas em vários sentidos, desde levar pauta do movimento negro, das comunidades negras para os jornalistas, mostrar que existem fontes, que não é só o Demétrio Magnoli e a Yvonne Maggie que podem falar sobre cotas, tem outras pessoas formadas que podem, que pensam, refletem sobre o assunto. Fazem um trabalho educativo, de orientação e também um trabalho de apoio e de promoção dos jornalistas negros. Então a gente atua nessas duas vertentes.

Atualmente essas comissões, as Cojiras, estão organizadas numa comissão nacional que chama

Comissão Nacional de Jornalistas pela Igualdade Racial, que é a Conajira. A Conajira vem tomando alguns posicionamentos políticos, nacionais que são muito interessantes. Recentemente a gente conquistou uma vaga no Conselho da Seppir. A Íris vai ser suplente dessa vaga, a titular é a Valdice Gomes que é da Cojira/AL. A Cojira/DF com a Íris vai estar na suplência, então a gente considera que é um espaço importante de estar discutindo política pública de igualdade racial e comunicação.

No caso específico de Monteiro Lobato a gente assinou pela Conajira uma série de manifestos, apoiou com a comissão e fez debates entre os sindicatos para tratar esse assunto com os jornalistas. Os Cojirianos e as Cojirianas, como a gente chama, têm redes de contato. Tentamos conversar com vários jornalistas para mudar um pouco o foco. Então tem desde um trabalho de articulação com as redações até um trabalho mais institucional; alguns trabalhos mais de formiguinha e outros que aparecem mais. Apresentamos ao Conselho Nacional de Educação uma proposta de mudança nas diretrizes curriculares de jornalismo, justamente como a Givânia colocou aqui, se não muda a faculdade, se não muda a escola, nada muda. Se a gente continuar formando jornalista e publicitário com essa visão, eles vão continuar reproduzindo o discurso de que há de se proteger Monteiro Lobato, mas não há de se proteger as crianças negras, há de se proteger uma figura simbólica da literatura brasileira que é importante e que tem o seu valor, mas que ela não pode ser questionada.

Então o trabalho que a gente tenta fazer é mostrar que existem pessoas pensando de uma maneira completamente diferente, agora esse caso específico de Monteiro Lobato dificulta muito o nosso trabalho e eu vou dizer para vocês por que. O que está por trás sobre a polêmica de Monteiro Lobato? É dinheiro, quem é a editora do livro? É a Editora Globo. Quem é que tem os direitos autorais do Sítio do Pica Pau Amarelo? É a Globo. Então não é a toa, com todo o respeito aos nossos colegas jornalistas da Globo, a gente tem a Miriam Leitão aí sempre defendendo as cotas, a Flávia, o Heraldo sempre falando sobre racismo e se colocando muito bem sobre essa temática. O Heraldo Pereira do Jornal Nacional. A gente não está falando dos nossos colegas jornalistas negros que trabalham na Globo e são extremamente valorosos. À Globo, enquanto empresa que visa o lucro, não interessa a desconstrução da figura de Monteiro Lobato, o que está em jogo é um edital do Ministério da Educação que vai financiar uma tiragem enorme do livro. Eles estão finalizando uma versão internacional do Sítio do Pica Pau Amarelo. Então nesse momento o debate transcende as fronteiras da educação, da cultura e da comunicação e vai por uma questão muito séria que é a questão empresarial.

Por isso que as Cojira e a Conajira defendem uma mudança no marco regulatório das comunicações. A TV Globo é uma concessão pública e, como concessão pública, tem regras. Ela tem que ter fins educativos e culturais e não pode estar reproduzindo um

conteúdo e um discurso que reforça o racismo. É um discurso racista de animalização da mulher, para dizer o mínimo, só para começo de conversa com o que é feito, o que é falado da tia Anastácia. Então é assim o debate, ele é pelo discurso, ele é pelas fontes, ele é o debate com jornalistas. Mas quem está pautando é o que a gente chama nas redações, isso é uma “rec”, uma recomendada. Então quando o jornalista sai da redação na real não interessa o que ele pensa sobre esse assunto do Monteiro Lobato, interessa que a pauta “rec” dele veio que ele tem que ouvir só o Demétrio Magnoli e a Yvonne Maggie, ponto. Porque qualquer coisa que saia fora do discurso dessas fontes oficiais vão contra o interesse comercial.

Por isso que a Íris coloca muito bem que o debate não é um debate só de jornalistas, não é um debate só de comunicador, é um debate da sociedade, então, se a sociedade não se opuser contra isso, em alguns casos não vão ser os meios de comunicação que vão cumprir o seu papel. Então a gente tem que realmente estar sempre atento e tem que fazer disputa. E as mulheres negras, historicamente, como diz a Givânia e também a Re.fem, a gente se apropria, produz sentido, discurso. A disputa que está se fazendo aqui é uma disputa de discurso político porque o racismo discursivo está presente na literatura e está presente nos meios de comunicação. A gente precisa fazer o contra discurso, então é se colocar como fonte para a mídia, mesmo que não se sinta tão preparada. Antes você que não se sinta tão preparada

fale do que ninguém fale, então a gente tem que se colocar como fonte, tem que se colocar como produtor de conteúdo jornalístico, cinematográfico, para poder tentar equilibrar e mudar um pouco o sentido desse discurso na sociedade.

Alguns estudos estão sendo feitos sobre a cobertura da mídia, sobre as temáticas da população negra, temática étnico-racial, em alguns aspectos apontando alguma melhora. Por exemplo, a publicidade na Veja até pouco tempo tinha uma representação de 3% de atores negros, hoje tem 15, ainda é pouco, mas é um certo avanço decorrente de outras coisas relacionadas ao mercado consumidor. Agora eles sabem que a gente consome, a gente não é só mais classe “e”, a classe média negra aumentou. Relacionada a outros temas, isso no mercado publicitário, na questão jornalística que a gente acompanha mais de perto, o que as pesquisas que a gente tem lido tem mostrado? Você tem um aumento até das matérias sobre questões étnico-raciais, do racismo, por exemplo, mesmo a Globo com muita frequência dá matéria sobre “ah, o porteiro que foi xingado no prédio e processou por racismo foi parar na delegacia”. Essa temática da injúria racial, por exemplo, ela já consegue penetrar mais na pauta jornalística.

Se você for ver, ao longo do ano de 2010 houve coberturas. Uma cobertura mais intensa sobre o Estatuto da Igualdade Racial, por exemplo, para o bem ou para o mal. Se teve mais matérias, você tem várias iniciativas do próprio movimento

negro, por exemplo, mobilização pela saúde da população negra. Mas tem uma assessoria de comunicação, é um planejamento que não é só mandar a pauta um mês antes, é você saber o dia que o jornalista vai te ouvir, então o jornalista não vai te ouvir, não vai no seu evento no domingo. Qual é formato do *release* que vai emplacar? Com quem você tem que falar, porque às vezes não adianta você mandar a pauta para o pauteiro geral do Caderno Cidades do Correio Braziliense, você tem que olhar. Aqui no Correio Braziliense tem uma repórter chamada Conceição Freitas que esta semana está fazendo um especial Negra Brasília, cada dia com um perfil de uma pessoa negra. Esta repórter é sensibilizada. Por que eu vou gastar meu precioso tempo preto com qualquer repórter?

São várias estratégias de assessoria de comunicação que o movimento negro tem que incorporar. Eu tenho uma certa desconfiança de que, apesar do evento de 20 de novembro ter sido nacional e no Rio enorme e tudo mais, por que o Jornal Nacional não dá destaque ao 20 de novembro? O que é o 20 de novembro? É o dia da consciência negra. Se a Globo fala que cotas, se consciência racial é racismo às avessas, por que ela vai legitimar uma data como essa?

Existe uma intencionalidade algumas vezes, um embarreiramento de algumas pautas, por isso que parte do movimento social negro e as Cojiras, por exemplo, tentam pautar a temática o ano inteiro. No Dia Mundial da Saúde, vamos lá; no Dia Mundial da Educação, vamos lá também então sempre tentando fazer o recorte racial independente de

que data seja, essa é uma estratégia importante. Mas não dá para a gente perder de vista essa perspectiva de que você não está pautando e você não está dialogando com uma imprensa despolitizada e sem intencionalidade, ela pode ser ideologicamente, editorialmente contra o seu evento, isso é grave, mas entra nessa outra dimensão comercial que a gente estava tratando aqui. Existem brechas, o sistema têm brechas, têm jornalistas lá sensibilizados, têm publicações que tem uma visão editorial diferente, várias matérias interessantes foram publicadas nesses últimos dias, então é em busca desses veículos, em busca desses profissionais que a gente tem para economizar o nosso tempo. Mas realmente é uma trajetória, é algo que a gente precisa ir pensando aí porque “a guerra é preta e a estratégia é quilombola”.

Tainá Cary

Estudante

A minha pergunta é para Re.fem. Na minha idade o que está na moda é o que está na mídia é Cine, Restart, essas coisas. Eu gosto de Projota e Mc, daí, na escola mesmo, se eu chego com o Projota no celular e tal, aí começa: “é coisa de neguinha, não sei o quê, favelado, não sei o que lá”, e eu não gosto, lógico. Mas para vocês que fazem hip hop e tal, é difícil, assim, meio que bater de frente, competir com as coisas de modinha e tal?

Janaína Oliveira

Depende de qual é o seu objetivo. A galera vai te criticar, vai falar, “ah, essa coisa de favelado, coisa

de preto”. Fala assim: “é mesmo minha filha, e eu sou o quê? Eu sou preta”. Mas primeira coisa que você fala é assim: – “ouve o conteúdo das músicas que eu estou ouvindo e depois você vai me dizer o que você acha”.

Então, em relação ao conteúdo, qual das músicas é música de favelado aqui, ou melhor, música de uma pessoa idiota? Entendeu? O que Restart, Estronda vão acrescentar na sua vida além de, dizem que Estronda canta música de amor, depressão no seu coração, entendeu? Vai nada, agora um Projota vai te dar uma reflexão, tu vai ouvir aquilo lá, às vezes ele fala, canta uma besteira e tal, mas tem muito mais conteúdo, tem muito mais reflexão. Se você for ver numa questão acadêmica, a forma que se faz a rima, entende, então você vai para o cara e joga essa. E não se preocupa também. Eu já dei uma parada, parei de me preocupar com as pessoas, parei de me preocupar com os machistas, parei de me preocupar com os racistas, parei de me preocupar com essas pessoas, eu quero me preocupar é com o meu povo, cadê a galera da periferia? Mostra para os seus amigos o *hip-hop*, além do que a mídia diz quem nós somos.

A Leci Brandão disse uma coisa e mudou a minha vida. Ela disse que a música de protesto nos anos 1960, 1980 era moda porque quem estava sendo discriminado eram os ricos, os brancos e os donos do país. Então fazer protesto era chique, era maravilhoso. Hoje em dia a música de protesto é mal vista porque quem está protestando é a pobreza, o gueto. Mas aí a gente traz exemplos e mostra

o quanto é bom a produção do gueto, assim como eles aprenderam o quanto é bom a produção do samba e muito disso vem com o Teatro Opinião. O Teatro Opinião mudou essa visão do samba e mostrou para a elite que o samba não é essa coisa ruim. Tanto é que Vinicius de Moraes, essa galera da Bossa Nova toda, aprendeu lá dentro do Opinião, aprendeu dentro da favela para poder fazer a Bossa Nova, fazer o chorinho, tudo isso é coisa de preto.

O jazz, o blues, isso é coisa de preto, o rock, o rock é coisa de preto e aí agora você só vê valorizando os brancos lá porque botaram o Elvis Presley para rebolar igual um preto, cantando com voz de preto, igual preto, aí embranqueceram. Pegaram o forró e botaram o forró universitário.

Então vamos seduzir as pessoas para a coisa boa, não é só para o sexo, sexo é ótimo, não vou falar que sexo é ruim, sexo é ótimo, mas a gente tem que aprender a usar as seduções para outras coisas, então a gente tem esse dom aí dessa sedução.

A questão da cultura negra folclorizada, tem a coisa do fetiche, que é aquela coisa que a mulher negra é a gostosona, que o samba é sensual, então acaba só jogando naquele guetinho ali. É interessante você mostrar todas as vertentes e a cultura que é visibilizada, se você reparar quem visibiliza essa cultura negra? É o negro? Você conhece algum negro que está visibilizando a cultura negra dessa forma? Você conhece algum filme que conta a favela folclorizada e que foi feito por preto?

Então, a visão que o branco tem da gente é uma visão assim, eles nos vêem assim, e eles vão sempre nos retratar assim, vão escrever da gente assim. O Monteiro Lobato escreveu o que ele quis. Cidade de Deus só mostra aquele lado lá que não é nada disso, eu aconselho a vocês a verem o filme *Brother*, de Jeferson De. Mesma temática, mas é outra coisa. Vejam *Brother*, é um filme de favela, tem violência, mas é feito por um negro, com uma visão negra, de uma visão de um favelado negro.

Juliana Nunes

Eu me sinto super contemplada pela fala da Re.fem, de que é isso mesmo, o nosso corpo, a nossa imagem, ela vira fetiche, ela vira esse símbolo equivocado em que a gente não se percebe porque não é a gente que está produzindo. Em alguns casos, eu até conheço alguns filmes feitos por algumas produções estéticas negras, mas que o artista, o produtor cultural negro, ele tenta se apropriar do olhar branco, reproduzir esse olhar. Ele acha que o filme dele, o desenho dele, qualquer coisa dele vai ser mais aceito porque ele está reproduzindo um olhar que é o olhar do discurso padrão que está colocado de que nós somos daquela maneira e isso vai se reproduzindo.

É um esforço mesmo que a gente tem que fazer para quebrar esse discurso e aí eu queria fazer, só para encerrar, um exercício conjunto desse esforço, porque é no olhar e no exercício que a gente se forma. A logomarca do festival, uma logomarca que foi concebida, pensada por mulheres negras, feitas

por um artista, qual é o nome dele mesmo? André Valente, parceiro, mas que tenta justamente ressignificar. A gente poderia ter colocado uma mulher negra com o colo aparecendo, por que não? A gente pode também fazer isso, a gente também tem que se sentir no direito disso, mas a gente resolve trabalhar com uma outra referência de imagem, mulher negra séria, mas ao mesmo tempo trazendo a força da cor, a florzinha rosa, o vermelho, a mulher preta. E não uma mulher negra como querem nos retratar, então essa é uma imagem que está aqui presente no nosso festival e que é uma produção desse esforço e que vai se reproduzindo, é uma flor desabrochando assim linda, vermelha.

São pequenas coisas e que a gente pode fazer você linda também, aliás, você no seu trabalho como produtora cultural às vezes você pode estar sendo chamada para um evento que não necessariamente seja um festival da mulher afro-latina, mas que seja um outro evento que você vai colocar, olha, olha essa foto aqui, não é legal assim? A gente como produtora cultural, jornalista publicitária a gente muitas vezes está em espaço de decisão e muitas vezes a gente pode se acanhar e o cara vem com toda pompa “porque eu sou um produtor, eu trabalho na agência de publicidade e não sei o quê”, e ele vem com aquele negócio pronto para você e às vezes você se acanha e fala “ah, deixa assim”. Não, não deixa assim, entendeu? Nessas pequenas negociações do dia a dia que a gente vai construindo uma outra imagem, é junto, é refletindo junto, é propondo, é criando outras

imagens. Hoje a gente tem fotógrafos e fotógrafas negras, Januário no Rio, a Irene no Rio Grande do Sul, a Wilma na Bahia, então assim, procurar esses profissionais. Aqui em Brasília a gente também tem vários. Então é procurar esse olhar e incorporar aos trabalhos menores que a gente for.

Eu queria fazer um agradecimento super especial à Jaqueline Fernandes, produtora, idealizadora, porque se tem uma pessoa que conjuga, não falou aqui hoje, infelizmente, mas que conjuga o verbo comunicar e cultura o tempo inteiro é ela, fico até emocionada. Quero agradecer demais e convidar a todos e todas para o nosso estande do festival em que vai ter um acarajé gostoso agora feito pela Ana Akini, oferecido a quem passar por lá por acaso. Obrigada.







festival
da mulher
afro
latino
americana
e caribenha



CENSO: MULHERES NEGRAS NA EDUCAÇÃO

Vera Verônica

Bom dia a todas e aí eu incluo todas as pessoas. Eu acho que quanto mais gênero eu puder levar e disseminar, eu reafirmo a minha feminilidade, a minha negritude. Vou pedir licença, minha mãe Oxum, meu pai Xangô, abençoem esta manhã. Que a gente possa trocar ideias, discutir o papel da mulher negra e conversar um pouquinho sobre a Lei nº 10.639/2003. Vou falar um pouquinho de mim para vocês saberem da minha trajetória enquanto mulher negra. Eu tenho 31 anos, sou cantora de *rap* e professora universitária. Completo a oitava pós-graduação esse ano, todas na área de educação. Sou mestra em Educação e estou pleiteando um doutorado, ainda não entrei porque ainda não me enquadrei nos moldes da academia, em que você tem que parar toda sua vida só para se dedicar à pesquisa. Eu ainda não estou preparada para isso e acredito que muitas mulheres negras não estão. Tenho duas filhas na fase da adolescência, uma de 12 outra de 15. Elas estão passando por todos os processos que nós mulheres negras já passamos, sobretudo no que diz respeito à identidade racial. Elas vão coloridas para a escola e são discriminadas, e eu ainda estou nesse processo tentando ajudar os meus e as minhas para poder avançar um pouco mais e seguir no diálogo com todos.

Com a experiência que tenho com o rap eu me sinto preparada para dialogar com todos na escola, mas eu preciso de um título, preciso de um papel que prove para a sociedade que eu estou preparada, então é o que estou buscando, é atrás disso que estou correndo. Falar da Lei nº 10.639

não é fácil porque desde 2003 ela já deveria estar incorporada em todas as escolas, todos os professores e todos os pais deveriam conhecer um pouquinho da lei. É uma lei que traz a história e a cultura afro para o ambiente escolar. Mas o que está acontecendo é que vai chegando a última semana de outubro e começa o alvoroço na escola com todo mundo correndo atrás de um turbante emprestado, de um quadro, uma negra, uma música e reproduzindo aquelas historinhas. “Vamos fazer uma peça teatral”! E nisso a gente vai colocar um negrinho lá sendo chicoteado. Infelizmente muitas escolas ainda estão reproduzindo essa fase da história, que nós não podemos esquecer, mas não precisamos exaltar. Então o que acontece com a Lei nº 10.639? Foi uma luta política de toda uma nação, do movimento negro, de várias organizações para resgatar essa parte da história que foi negada. Só que quando a gente vai para a escola e tem um professor negro, cai sobre os ombros dele cuidar da lei. “Ah, se já tem uma professora negra na escola ela que cuide, ela que organize a semana, ela que corra atrás do que vai ser apresentado”. Mas esta lei torna obrigatório o ensino sobre a história e a cultura afro-brasileira e africana no ambiente escolar, ela não diz que só um professor preto é que tem que conhecê-la. A educação tem que ser processada no ambiente de estado escolar por todos os educadores. Ela tem apenas o adendo que diz para a gente o seguinte: preferencialmente por professores de História, Artes e Literatura. Isso porque se subentende que esses professores

têm mais contato com a história. Mas o que acontece: História, Artes e Literatura são disciplinas específicas do segundo segmento do ensino médio. E como ficam as nossas crianças pretas do 1º ao 5º ano? Como fica a educação infantil, se é lá que está a formação da identidade dessa criança?

Eu fui em uma escola conversar com uma professora e ela falou “ah, eu tenho só duas alunas negras na sala, só que a fulaninha falta muito”. Eu perguntei se ela já tentou saber por quê. A mãe da aluna havia dito à professora que o dia que a chapinha quebra e ela não faz a chapinha no cabelo, ela não vem para a escola.

Eu sou professora universitária, daqui eu vou para a faculdade. Vou com essa mesma roupa e alguns professores ou alunos me param e falam: “professora você é macumbeira com esse negócio na cabeça?” Eu falo: – “eu sou, você sabe o que significa a palavra macumba?” Vamos pegar o dicionário e dar uma olhada no que está escrito? E aí eu sento com aquela pessoa, não interessa se está na hora da minha aula começar, eu sento, eu converso, eu falo um pouco da nossa história. Muitos professores pensam que não é preciso conhecer e falar da história afro-brasileira, que não é preciso discutir sexismo, homofobia, não precisa discutir nada.

Passou da hora da gente discutir na escola a questão racial, passou da hora da gente discutir cotas, mas não pensando nas cotas como: – “ah, você vai ser excluído se você é cotista, ah, você vai ser excluída se você for uma professora que fica

só batendo na tecla falando de preto, ah, espera que novembro está chegando”, isso a gente já não aguenta mais. Aí eu não discuto no projeto político pedagógico da escola, eu não discuto isso enquanto política pública, eu não discuto isso com os meus alunos na sala, não vai fazer sentido comemorar o 20 de novembro, não vai fazer sentido vestir as meninhas todas coloridas nas escolas, colocá-las para dançar uma música, levar um grupo de capoeira e achar ter cumprido a obrigação do calendário escolar. Se a gente não provocar uma transformação social de reconhecimento e de afirmação a lei não vai ser implementada, ela nunca vai ser implementada.

A dificuldade de implementação dessa lei revela que, apesar da riqueza e das experiências desenvolvidas nos últimos anos, a maioria delas se enquadram como experiências isoladas. Acontece só no meu estado, só na escola do meu filho, só lá na escola de uma amiga minha e ainda não foi incorporada como política pública. O 20 de novembro está instituído no calendário escolar, mas por que discutir o 20 de novembro? Como discutir o 20 de novembro? Então a minha estratégia, enquanto educadora, é trabalhar com o que eu tenho. Você não pode dar o que você não tem, e o que eu tenho para oferecer é a música, o rap. O que é o rap? É um segmento musical surgido nos anos de 1970 que veio dos Estados Unidos para o Brasil como forma de protesto dos negros sobre a sua condição. Outros elementos se incorporaram ao *rap* e formaram a cultura *hip-hop*: o *break* – dança –, o *Dj*, que é a

pessoa que faz toda a orquestra, que dá o som para que as pessoas dançam. O primeiro *Dj* que se tem conhecimento no mundo é o jamaicano Kool Herc que levou da Jamaica essa batida diferente para os Estados Unidos e com África Bambaataa começaram a protestar, falar porque eles não tinham voz. O quarto elemento é o grafite. Eu fui a primeira mulher a cantar rap em Brasília. A primeira no Rio de Janeiro foi a cantora Ed Wiler. A gente começou se espalhando primeiro entre os homens, muitas mulheres tiveram que se masculinizar para poder se incorporar ao movimento *hip-hop*.

Bom, eu levo as letras de rap para discutir com os professores, os trechos daquela discussão podem se transformar na sua aula de História da Arte, é isso que eu faço nas escolas. Outro desafio para implementar a lei no ambiente escolar é a gente desmitificar a democracia racial, que o Brasil é um país democrático e popular, que ele é de todos e de todas e que não existe racismo. O racismo existe, está instaurado em lugares tão mínimos do ser que, às vezes, a gente mesmo desconhece. Fui conversar com uma professora negra a pedido da diretora, ela sempre foi uma pessoa muito ativa e estava muito acuada, não estava participando das atividades da escola, não estava interagindo e eu fui conversar com ela, uma conversa bem informal para saber se era uma questão racial ou não e ela falou o seguinte: “Olha Verônica, eu vou te contar, mas eu não quero ainda que isso venha a público. O pai de um aluno branco veio aqui na escola e falou que o meu lugar não era aqui, que eu

não merecia estar aqui por ser negra, que o meu lugar era a cozinha dele e, preferencialmente, na cama dele”. Ela disse que foi tão forte, doeu tanto que ela não conseguiu xingar o pai do aluno, discutir, brigar, contar para a direção. Nem ao próprio marido ela revelou, ela disse que doeu tanto aquilo depois de ter passado por um magistério, por uma faculdade, ter o sonho de ser educadora e ouvir uma coisa daquela, que por mais empoderamento que a mulher preta tenha que ter tem coisas que dão uma baixa na gente. E aí eu falei, mas e aí o que você está fazendo com isso? Ela disse: “eu estou pedindo afastamento porque na minha sala só tem duas crianças negras. Quando eu olho para elas eu me vejo, então, eu estou fazendo mal para elas, eu estou cobrando tanto delas que eu estou oprimindo”. Tudo isso por conta do que um pai branco falou para ela, então a gente tem que desconstruir esse mito de que o Brasil é um país de todos e todas e que não existe o preconceito. É ótimo ouvir uma pessoa dizer que não sofreu preconceito, mas eu já sofri de todas as formas por ser preta, por ser mãe solteira, por ser mulher, por ter tido filho fora do casamento, por ser feirante e por querer uma profissão que não dá dinheiro que é ser professora. A gente passa vários e vários dias ouvindo das pessoas “você não pode, você não merece, você não deveria”. Existe o racismo institucional, existe o racismo pessoal, algumas pessoas não se reconhecem como negros, se você perguntar qual a sua cor “eu sou morena, sou chocolate, sou bombom”.

A mudança nos Projetos Político Pedagógicos (PPPs), das escolas tem que acontecer. Todo ano a escola rever o seu PPP, e dizer que em maio a gente não vai fazer festa das mães porque tem muito pai separado, tem muita criança que mora com a avó, tem o caso de dois pais ou duas mães com um filho, como fazer a festa das mães sem excluir os outros arranjos que a sociedade tem? No momento do planejamento a gente define o que e como vai fazer. E se nesse momento não se definir como vai trabalhar a história da África, ela não vai ser trabalhada.

Os eixos temáticos do plano nacional para implementação da lei são: fortalecimento do marco legal das políticas de Estado, política de formação inicial e continuada, política dos materiais didáticos, a gestão democrática, avaliação e monitoramento dessas políticas na educação e as condições institucionais da escola ou de tudo o que cerca aquela comunidade.

Papel da escola – é uma provocação. Será que na escola estamos atendendo a essas questões? Será que na escola a gente está preparada para discutir esses arranjos familiares: mãe com mãe, pai com pai, avô que cria, tio, crianças que moram em abrigos? O arranjo familiar é muito importante e a gente tem muito aquele discurso: “a culpa é da família, a família não está na escola, a família não ajuda” Se continuarmos dizendo que a culpa é da família, eu, enquanto instituição, Estado, escola, prestadora de serviço, eu não trabalho. Então vamos conhecer esses arranjos familiares e ficar atento para isso, é preciso que a escola construa relações de respeito às diferenças e de valorização das diversidades para

além dos conteúdos escolares. Sobretudo a partir das práticas, posturas, valores da relação desse cotidiano. Não pode acontecer ensino e aprendizagem sem troca, eu não sairei daqui a mesma pessoa que entrei, não sairei, nós vamos discutir, nós vamos trocar, nós vamos ouvir outras pessoas. O relato do outro parece com algum momento da minha vida e dali eu tiro alguma coisa.

Financiamento. Quem financia esta lei, como ela está sendo financiada dentro da educação? São os projetos e programas executados, os eixos de gestão pedagógica. Eles saem pelo FNMDE/MEC/Secad/Sepir e MinC está sempre tendo atualização, sempre tendo financiamento. O dinheiro na escola chega, mas muitas vezes se faz opção de utilizá-lo em outras coisas.

Material didático. Muitos afirmam que a grande dificuldade é falta de bibliografia para aplicar a lei na sala de aula. Mas nós temos muitos pesquisadores negros no Brasil, muita produção intelectual nesse sentido. Por que o material não está nas escolas? E mesmo que ele não esteja pronto nós podemos adaptar. Tem muitas atividades que a gente mesmo pode criar trabalhando nomes africanos, trabalhando animais, trabalhando continentes. Temos muito material para poder ir trabalhando. Se ficarmos esperando o material chegar na escola vamos estacionar. O livro didático não é o único material do professor, mas muitos professores pensam assim.

O currículo escolar precisa ser revisto, o que é esse currículo? O currículo são as disciplinas que a gente viu na escola a vida inteira: Português,

História, Matemática, Geografia, Ciências, entre outras. Mas incorporados a elas a gente tem os valores, os temas transversais, classe e etnia, a gente tem sexualidade, a gente tem valores, e na minha época eu tinha educação moral e cívica, PIL, PCS. Essas disciplinas não existem mais e cabe ao professor fazer essa ligação interdisciplinar. A partir do multiculturalismo que eu garanto no meu currículo escolar eu posso sim trabalhar um *rap* ou um *funk*. “Ah, Veronika, mas *funk*, essas letras são demais, falam mal da mulher, denigrem”. Concorro, na minha casa não ouço *funk*, não deixo minhas filhas ouvirem muito menos dançarem, mas eu vou desconsiderar o aluno que ouve o *funk* todo dia, que gosta do *funk*? O que eu preciso é saber o que fazer com esse *funk*, vamos trabalhar jogral, essa semana a gente está com o tema água, vamos pegar a batida do *funk*, vamos fazer uma letra e vamos cantar na apresentação, necessariamente não precisa ser aquela letra que foi construída por um arranjo midiático, que foi feita para aquela situação, mas eu posso dar voz para o aluno quando eu uso a batida que ele gosta, quando eu valorizo o estilo de vida que ele tem extra muros escolares. Tem alunos que falam “nossa, a escola é muito chata, não tem nada que eu goste lá dentro” e é esse o nosso desafio todos os dias, saber o que levar para que esse aluno goste daquele ambiente escolar ao qual eu sou apaixonada, eu não me vejo fazendo outra coisa a não ser educadora.

A Eliane Cavaleiro é uma professora da Universidade de Brasília que trabalha racismo e antirracismo na escola. Ela fez uma pesquisa com

crianças da educação infantil e constatou que é na educação infantil que a criança sofre o maior tipo de preconceito, quando ela é segregada sem o professor saber; é sempre separada em grupinhos, não se trabalha o imaginário do brinquedo do negro, não se trabalha naquela criança o imaginário de construção do arranjo familiar; e quando ela chega onde nós estamos é muito difícil tirar da cabeça dela que ela não é chocolate, que ela não é café com leite, que ela não é marrom bombom. Nós temos do Nei Lopes o Dicionário Escolar Afro-brasileiro, é um grande suporte para o educador, todas as palavras relacionadas à cultura afro estão nesse dicionário. Nós temos Munanga, *Superando o racismo na escola*, esse você consegue baixar na internet porque ele é um livro do MEC. E nós temos *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639*, também digitando isso você consegue baixar na internet.

Intervenções . do . público

Valdicéia Moraes

Anneb

Bom dia a todas. Bom dia a todos. Eu sou professora de História, Geografia, teóloga, presidenta da Aliança de Negras e Negros Evangélicas do Brasil no Distrito Federal. Eu coloquei aqui algumas perguntas que gostaria de fazer à Vera Veronika. Primeiro uma provocação novamente aos organizadores do afro-latinidades, e essa provocação de hoje é em relação a inserirmos no próximo afro-latinidades

o conhecimento das leis contra discriminação, o preconceito e o racismo como uma das mesas de debate. Vera, o que fazer para colocarmos o sistema de cotas de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, principalmente nas universidades federais? Porque eu só consegui fazer pós-graduação *lato sensu* em uma universidade federal porque a Secretaria de Educação fez um convênio com a UnB dentro dessas verbas previstas para que eu fizesse pós-graduação. Após terminar a pesquisa tentei o mestrado em vários departamentos na UnB, mas nunca consegui ser aprovada, então, cotas sim nas federais para pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*. Agora, como nós podemos fazer isso? Eu gostaria de uma sugestão sua. Outra pergunta, como ampliar a obrigatoriedade da Lei nº 10.639 para o ensino superior e a pós-graduação? Outra pergunta, qual o melhor lugar para denunciarmos a inoperância dos sistemas de educação das unidades da Federação em que a lei não obriga colocar em prática a Lei nº 10.639? Quem é professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal sabe que não foi feita qualificação para professores e essa verba o GDF recebeu, eu fui atrás para verificar, recebeu. Para dar uma satisfação criou esse convênio com a UnB para fazer essa pós-graduação com dois mil professores e só, sem nenhum recorte racial. Essa pós-graduação tinha um núcleo comum a todas as demais áreas, mas esse núcleo comum não tocou na história da África e dos afro-brasileiros, acabamos de receber um currículo novo na escola sob alegação de que é a nossa bíblia, fui analisar todas as disciplinas não tem uma linha sobre a história da África e dos afro-

-brasileiros. Então como denunciar, qual o melhor lugar para denunciar a inoperância dos sistemas de ensino na aplicação da lei?

Luciana Soares

Obrigada Valdicéia, eu queria anunciar a presença do professor Márcio Pochmann, presidente do Ipea, Mário Lisboa; queria saber se vocês querem fazer uma saudação; Daniel Castro que é um grande parceiro desse festival, que nos ajudou aqui.

Márcio Pochmann

Presidente do Ipea

Muito obrigado pela oportunidade, desculpe entrar assim no debate de vocês, espero não desorganizar muito, mas é apenas uma fala de agradecimento à participação e envolvimento nesse tema que é para nós, defensores do desenvolvimento brasileiro, algo que deve ser contemplado não apenas pela lembrança da questão racial brasileira, a questão de gênero, mas, sobretudo, pela construção participativa de todos e todas. Nós tivemos desde o início da elaboração dessa conferência várias alegrias, talvez uma das principais foi justamente poder contar com o apoio do Latinidades na preparação, no desenho e na própria execução dessa conferência sobre o desenvolvimento. Nós estamos muito felizes em poder abrigar estudiosos e estudiosas, militantes da temática racial e de gênero. E estamos felizes em poder conviver com as cores e a alegria de vocês também. Pela possibilidade de ver o desenvolvimento como na realidade algo de celebração e de construção da diversidade,

basicamente é essa mensagem de apoio e de agradecimento ao mesmo tempo, a nossa convicção de que estamos numa caminhada de longa duração e a caminhada é feita com passos. Esperamos que esses passos se mantenham pelos próximos dias e anos, obrigado a todos e a todas.

Jaqueline Fernandes

Gostaria de pedir palmas bem fortes para o presidente Márcio Pochmann porque quando a Seppir nos informou que o Ipea iria realizar a I Conferência do Desenvolvimento achamos muito importante agregar essa grande parcela vulnerabilizada da sociedade, que somos nós, mulheres negras. Procuramos o Daniel Castro para falar sobre nossos debates de gênero e raça e fomos recebidas de maneira interessada, comprometida e larga. Para mim é um marco estarmos realizando isso aqui, no meio da Esplanada dos Ministérios com pessoas de todo o país. A sala lotada de caras negras para ouvir, falar, aprender, ensinar. Com sensibilidade e seriedade a equipe do Ipea não se furtou ao ver no debate de políticas públicas para mulheres negras um importante mote e talvez um dos mais importantes para o desenvolvimento do país, haja visto o espaço que foi dado para as nossas atividades durante os três dias de evento. Palmas para o Ipea.

Mariana Siqueira

Professora

Olá, bom dia a todas e a todos. Eu sou professora de História, infelizmente ainda não consegui passar na Fundação Educacional, então trabalho

em escola particular. Trabalhar com a temática racial em escola particular é muito complicado. Uma vez trabalhando com o 6º ano músicas do Olodum fui tachada como a professora que estava ensinando macumba para os alunos. A própria diretora me chamou e me falou sobre música em sala de aula: “sala de aula é lugar de estudar, porque isso desconcentra os alunos”. Eu queria abrir o tema e lançar essa questão, por que a gente fala muito do ensino da África nas escolas públicas e a escola particular? Eu moro na Ceilândia, trabalho lá também, você tem uma classe média baixa. Eu queria jogar para a Veronika e para todos aqui esse pensamento de como abordar nas escolas particulares, não só nas públicas, o tema África e como ter esse jogo de cintura para lidar com os pais e principalmente com a direção. Obrigada.

Márcia Caçaiú

Professora

Bom dia a todos. Eu sou professora da Secretaria de Educação, sou graduada em História com especialização no curso de Cultura Afro-Brasileira pela UnB e como professora em sala de aula com turmas de 1º e 2º ano eu concordo plenamente que tem que ser na base o trabalho para questão da desmistificação da cultura e também na tentativa de acabar com o preconceito racial, a homofobia, o respeito às diferenças. Dentro do trato da lei o aspecto que eu acho mais difícil de tratar na escola é a religiosidade. As crianças vêm de casa muito cheias de conceitos passados pelos pais, como já foi falado por muitos aqui; a macumba, o fio de conta, o orixá, não se sabe,

não se conhece, mas se tem um olhar negativo sobre a religião do outro. Eu insisto em falar na escola que não é apenas a matriz afro-brasileira que a gente precisa desmistificar, tem também o budismo, o xintoísmo, todas as outras religiões. Eu creio que na escola eu não posso apenas tratar o cristianismo e a cultura religiosa de matriz africana, eu preciso passar para as crianças toda a variedade de religiões para poder até traçar alguns paralelos. Não sei a realidade nas escolas particulares do Distrito Federal, mas eu vejo em cada escola da secretaria em que passo a maioria dos professores cristãos. Eles embarreiram muito qualquer manifestação de outra religiosidade, apesar de ser uma escola laica, ou devendo ser laica. Na verdade eu venho pedir a você, Veronika, uma luz para ajudar no trabalho para o ano que vem porque eu não trato a questão de novembro para frente, eu já entro o ano dando a cara à tapa, quando a gente se reúne na primeira semana sobre o que vamos fazer sobre cultura “ah, ninguém sabe, ninguém viu, ninguém viu, ninguém vê”, eu fico com a cara no tapa com a bolacha vermelha no rosto e tentando caminhar e pedindo a você, quem sabe, uma luz para me ajudar no trabalho.

Vera Verônica

A nossa colega perguntou onde denunciar. Na questão da educação o órgão de denúncia do Distrito Federal é a Secretaria Estadual de Educação, depois temos o Conselho de Defesa dos Direitos do Negro do Distrito Federal e o Ministério Público. Nós temos onde apoiar, agora, como é efetivado e a que tempo e espaço isso chega até a escola infe-

lizmente eu não posso responder. A nossa colega falou sobre as qualificações de pós-graduação, a explicação que os órgãos governamentais nos dão é que quando se trata de pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu* nós temos o CNPq e a Capes para tratar. Como existem bolsas de financiamento eles acreditam que não precisa de cotas. E quando se tratou cotas na graduação e como ainda está sendo tratado, a gente não terminou, a luta só começou, ainda não se discutiu a pós-graduação, mas o Conselho do Negro já procurou o Ministério da Educação para saber o que fazer. Essa é a resposta, que temos bolsas de estudos na Capes e no CNPq em que qualquer indivíduo pode pleitear a sua formação *stricto sensu* e *lato sensu*. Após a lei ser regulamentada, em 2003, a primeira implementação foi um curso a distância oferecido pelo Ministério da Educação em parceria com todas as secretarias nacionais. Esse curso chamou Brasil Negro e dependia muito da formação do professor, foram cursos de 80 h, 120 h e 300 h, eles não eram cursos em nível de pós-graduação, eram cursos de extensão. Então o professor tinha ali os módulos e ele fazia todo esse curso a distância, ele funcionou de dezembro de 2003 a dezembro de 2006. Quem oferece os cursos para os professores são as secretarias de Educação dos municípios e dos estados. Isso vai muito da gestão que está acontecendo em cada estado e em cada município, aqui em Brasília eu tenho conhecimento da Eape, lá tem um núcleo e tem cursos, agora, se ele chega a todos os professores, como está o atendimento, eu também não posso entrar nesse mérito.

A Lei nº 10.639, a lei de inclusão, a lei de acessibilidade como elas funcionam? Quem precisa é quem corre atrás, não estou sendo utópica nem estou contradizendo o nosso governo atual, que avançou muito em políticas públicas de inclusão, mas ainda é pouco, é pouco porque é do indivíduo, se ele não é motivado, se a gente não têm campanhas na escola, se ele não tem uma progressão, alguma coisa que ajude ali, ele não faz. É oferecido curso de história da África, mas a maior parte dos professores acabam procurando fazer os cursos que acham mais fácil ou que ele vai usar na sala, ou um curso mais rápido, mas que tenha uma carga horária maior para ele pular barreira. Infelizmente isso é compromisso, infelizmente para muitos professores é compromisso.

Sobre o ensino de História e Cultura Afro-brasileira na escola particular, o currículo é nacional e, como eu falei, os temas transversais é que permeiam o currículo. Quando se trata de escola particular a gente tem uma palavrinha chamada gestão, é o gestor, no caso o diretor, quem precisa ter a sensibilidade de estar formando cidadãos críticos, conscientes, estar trabalhando a diversidade na escola, tentando eliminar todas as formas de preconceito existentes. “Ah Veronika existe uma punição?” Não, porque eu tenho certeza de que no 20 de novembro alguma coisa aconteceu lá, não aconteceu? Uma leitura de um poema, um dia, alguma coisa tem porque ele sabe que se ele não fizer nada ele pode ser denunciado, ele faz uma coisinha, ele tapa o buraco do sistema, mas ele

não oferece aos seus educadores a formação e aos seus educandos a informação necessária. Quando a nossa colega falou da questão da religiosidade, o MEC lançou um livrinho bem fininho: *Discutindo religiosidade na escola*, ele é um livro gratuito distribuído e é o que eu uso. Eu gostaria de que você anotasse o meu *e-mail* que eu vou dar um jeito. Se eu não tiver mais eletrônico a gente vai conversando e vou enviando pelo correio para vocês, porque ele trata dessa questão de todas as religiões que existem no Brasil, todas as religiões que são processadas no Brasil. Ele tem atividades para cada uma delas. *Discutindo religiosidade na escola*, ele é uma produção da Secad. Conhecendo um pouquinho de cada religião a gente consegue ter uma mediação, porque para resolver esse conflito da religiosidade na escola não existe uma receita pronta, não tem uma situação que eu diga para você “faz assim que vai dar tudo certo”, não, não vai porque você vai fomentar o aluno em casa, ele vai levar para casa, em casa você vai ter uma resposta ou de um aluno, ou de um pai, ou de uma comunidade inteira; é uma tensão que tem de estar minimamente preparado para lidar com ela.

Paula Barreto

Eu quero agradecer o convite de vocês, gentil, é um prazer estar aqui neste Festival da Mulher Afro-latino-americana e Caribenha. Eu coordeno o Centro de Estudos Afro-orientais da Universidade Federal da Bahia, sou socióloga e, fora da universidade, também sou envolvida com a cultura

afro-brasileira. Coordeno o Instituto Nzinga de Capoeira Angola que tem dado bastante ênfase nessa discussão na questão de gênero, então é um tema bastante caro para mim. Vou fazer breve introdução destacando o papel das mulheres afrodescendentes na luta contra o racismo e sexismo, não apenas no Brasil, mas na América Latina e Caribe. Mencionar rapidamente que temos muitas desvantagens, muitos problemas, questão de gênero e raça associadas, para depois falar um pouco dos desafios que ainda temos nessa área. Por último falar um pouco da nossa experiência no Ceao com a realização de cursos voltados para formação de professores na área de educação para as relações étnico-raciais, já que o tema é mulheres e educação.

Em um evento como este e ainda no âmbito do mês da consciência negra é muito importante frisar e ressaltar esse papel protagonista que as mulheres afrodescendentes, em especial, têm tido na luta antissexista e antirracista. Vou falar em especial da América Latina e Caribe, enfim, me ater a essa região. Desde a conferência de Durban, desde a construção do período anterior ao próprio desenvolvimento da conferência, nós temos tido uma participação bastante destacada de mulheres que atuaram no processo de construção anterior e se colocaram ativamente durante a conferência, o que resultou em conquistas importantes no texto final que foi aprovado. Foi uma conferência complicada e muito polarizada em torno do tema da questão de Israel, Palestina, mas para a América Latina e Caribe houve conquista sim e é essa homenagem de certa maneira que eu quero fazer no

começo da minha fala, ressaltando esse papel das mulheres afrodescendentes, lideranças brasileiras, mas também dos outros países. De qualquer maneira estamos aqui quase dez anos depois da conferência de Durban e muitos problemas e muitas questões ainda existem.

Nós temos essa concentração de mulheres afrodescendentes e mulheres indígenas, as últimas são em maior número em outros países da região. Essas mulheres estão muito concentradas entre os pobres. Nós temos o fenômeno chamado feminização da pobreza, que ainda é uma realidade. Não conseguimos reverter completamente esse processo, isso por sua vez está relacionado com o mercado de trabalho, porque ainda temos dados comprovando que as mulheres, mesmo com a mesma formação, com a mesma qualificação, recebem salários menores que os homens. E as mulheres negras ainda recebem salários menores. Por exemplo, eu tenho um dado aqui sobre outra questão relacionada ao mercado de trabalho. O dado mostra que 14,5% de mulheres negras no Brasil estão desempregadas no momento, quando nós temos apenas 6,3% de homens brancos na mesma situação, então claro que isso vai repercutir na manutenção ou na maior dificuldade de as mulheres afrodescendentes escaparem da pobreza. Isso tem se mantido apesar dos indicadores positivos, das mudanças positivas que assistimos na economia de muitos países da região, inclusive do Brasil. A desigualdade persiste, ela vem diminuindo um pouco, o próprio Ipea tem comentado isso, não conseguimos ainda dez anos depois de Durban resolver o problema da desigualdade que se mantém.

Temos a questão dos direitos políticos, da representação política. Na América Latina e Caribe nós temos, por exemplo, 4.200 homens e mulheres que são representantes em algum tipo de câmara e senado, desses 4.200, 650 são mulheres, e apenas 12 são mulheres afrodescendentes que estão aí representando aproximadamente 75 milhões de mulheres afrodescendentes que temos na região. Então ainda falta muito, ainda temos muito que fazer no sentido de aumentar essa representação política das mulheres que, por sua vez, poderia se reverter em ações mais incisivas no sentido de mudar a situação.

Temos ainda a situação de vulnerabilidade, maior vulnerabilidade das mulheres afrodescendentes em vários contextos. Hoje, por exemplo, estão acontecendo deslocamentos forçados por causa do tráfico, da violência em países como Colômbia, Brasil que é uma questão bastante séria. A questão do acesso aos direitos sociais, o acesso aos serviços públicos de qualidade, que ainda em muitas partes é difícil para as mulheres acessarem, o direito à saúde, o direito à educação, enfim, temos muitas questões ainda para serem resolvidas. As mulheres afrodescendentes continuam atuando bastante no sentido de tentar elas próprias conseguirem soluções para esses problemas, mas eles se mantêm. Eu não vou citar nomes de organizações ou de mulheres, mas, provavelmente, nós temos aqui mesmo algumas delas que estão aí tentando mudar esse quadro que eu rapidamente descrevi.

Como resultado da conferência de Durban nós tivemos algumas iniciativas, inclusive em termos de políticas públicas voltadas a combater o racismo e o sexismo. Nós já estamos em outro momento. Hoje é justamente essa reflexão que eu queria fazer com vocês. Se formos pensar em diversidade já temos dezenas de universidades públicas que criaram ações afirmativas, então é um cenário, no caso das universidades públicas, pós-cotas. Para muitas delas que criaram cotas para negros, para estudantes de origem pobres, para indígenas temos, no caso das particulares, o Prouni, então é um cenário pós-Prouni que está colocando milhares, cerca de 300 mil jovens, nas universidades particulares por meio do Prouni; e fora das universidades nós temos outras iniciativas relacionadas aos quilombolas, enfim, várias áreas, as bolsas do Instituto Rio Branco, nós temos algumas iniciativas em termos de políticas de ação afirmativa. Então as dificuldades que a gente tem hoje para levar adiante a luta antirracista e antissexista são de um tipo diferente daquela que a gente tinha há dez anos antes de Durban, agora nós temos outras dificuldades porque já são aquelas que surgiram em resposta ou como reação a essas iniciativas de construir políticas públicas. Vou me concentrar um pouco na dimensão institucional para falar dessas dificuldades. Uma delas tem a ver com esse discurso liberal, na verdade é um discurso pseudoliberal que a gente tem assistido, muito presente na mídia, de pessoas que se apresentam como defensores da democracia e dos direitos, especialmente falando do direito à liberdade de expressão, liberdade de culto, e que

têm construído os ativistas antirracistas e os antixistas como antidemocráticos, como autoritários e como ameaçadores das conquistas democráticas recentes na América Latina. Dessa perspectiva, a própria legitimidade da causa antirracista e antixista tem sido questionada. Eu vou dar dois exemplos pequenos para ilustrar isso. O primeiro exemplo é um pequeno artigo que para mim ilustra isso que estou chamando discurso pseudoliberal, que saiu recentemente na Folha de São Paulo. Uma *socialite* que eu não vou mencionar o nome agora se coloca contra a iniciativa da presidenta Dilma de buscar alcançar um terço de mulheres no primeiro escalão do governo, o título da matéria é, se não me engano, *Preconceito às avessas*, e a tônica do artigo é dizer que a Carta dos Direitos Humanos afirma igualdade entre os indivíduos, independente de raça, gênero, e que nesse cenário priorizar a seleção de mulheres estaria ferindo os princípios da Carta dos Direitos Humanos, e vai adiante para dizer que a luta feminista foi uma luta da década de 1980 e que atualmente as mulheres não precisam mais dessa “ajudinha” para poder alcançar postos, sendo que, como falei para vocês naqueles números que mostrei, a situação de subrepresentação das mulheres na política é gravíssima. O texto se coloca contra um desejo que nem é realidade ainda porque esses nomes nem foram anunciados. Só a manifestação do desejo da presidenta já provocou esse tipo de reação. No texto a pessoa segue atacando também o movimento negro e o movimento *gay* que tem atuado na mesma direção. Outro exemplo são as manifestações, por certo vocês já viram na

mídia, contra esse parecer do Conselho Nacional de Educação, que saiu chamando a atenção ou solicitando que fosse feita uma leitura crítica de uma obra de Monteiro Lobato porque nessa obra existem expressões depreciativas em relação a uma personagem negra. Vocês com certeza já acompanharam, houve bastante repercussão na imprensa e o principal argumento contra era o argumento da defesa de liberdade de expressão, a recomendação do Conselho Nacional de Educação estaria ferindo esse direito à liberdade de expressão quando indicava que fosse colocada uma nota, algum tipo de observação no livro para que houvesse uma crítica no trabalho, como se fosse censura. Ontem mesmo a professora Nilma Gomes, que está no Conselho Nacional de Educação, publicou uma matéria nesse mesmo jornal defendendo o parecer e teve que colocar que não se tratava de censura, não se tratava de cerceamento, é esse o cenário em que a gente se encontra hoje de certo recrudescimento, um aparecimento desse tipo de argumento. Eu sinceramente digo para vocês que não esperava ouvir argumentos tão crus e com esse nível do exemplo que citei aqui do artigo dessa *socialite* e dessas manifestações de repúdio ao parecer do conselho.

No caso das instituições públicas eu vou falar mais das educacionais, das universidades. Por exemplo, nesse cenário pós-cotas nós temos enfrentado novas dificuldades porque algo que já aconteceu em outros contextos em que as políticas de ação afirmativa foram adotadas há mais tempo, se cria um clima em que parece que há um posicio-

namento tácito no sentido de que “bom, já criamos as cotas agora basta, agora chega”. Então em muitos casos você tem um ambiente nessas universidades que criam cotas em que não se quer o debate, não se estimula, não se apoia o surgimento de outras iniciativas e o recado parece que é esse mesmo: – “você já foram quase que longe demais conseguindo cotas, querem mais o quê?” E nós sabemos muito bem que as cotas são importantes, mas são apenas um caminho, uma possibilidade em termos de ação afirmativa. Os estudantes precisam de muito mais e é preciso discutir o assunto, se isso não acontece. Imaginem que no final do período, em muitos casos, essas universidades estabeleceram um período para existência do programa, no caso da Universidade Federal da Bahia foram dez anos de programa, quer dizer, se não ocorrer debate ou a depender do que ocorrer nesses dez anos vai ficar inviável a gente garantir a continuidade ou discutir outras formas de políticas de ação afirmativa depois desse tempo. Então é um cenário preocupante que você não consegue mobilizar as pessoas para o debate, sem esse debate está todo mundo quase que tendo feito a concessão de criar as cotas, estão esperando o tempo passar para acabar, encerrar e a gente passar para outra etapa, é um cenário preocupante.

Em relação à Lei nº 10.639 tem iniciativas no Brasil inteiro, eu vou tomar só um fragmento aqui no documento, elaborado pelo Grupo de Trabalho Interministerial que foi instituído pelo MEC em maio de 2008 para elaborar uma proposta de

plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais da educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, que é a Lei nº 10.639. O trecho que vou citar diz o seguinte: “apesar de existirem experiências inovadoras de implementação da Lei nº 10.639 em todo território nacional a maioria delas sofrem de baixa institucionalização e de falta de condições para se consolidar de forma sistêmica às políticas educacionais”. Então essa foi uma das conclusões da equipe da comissão que emitiu o parecer e é uma professora que coordena uma iniciativa, uma dessas tantas que existem no Brasil, que são os cursos de formação a distância para professores da rede de ensino básico. No caso específico aqui de formação para relações raciais farei uns comentários porque nós temos um lá no Centro de Estudos Afro-orientais oferecido. Já estamos na segunda edição de oferta desse curso pelo programa Uniafro, talvez vocês conheçam, que por meio do MEC liga várias universidades públicas em que já têm programas de ação afirmativa e também pela Universidade Aberta do Brasil, os cursos a distância. Entre eles o de *Educação para as relações étnico-raciais*. Nós temos oferecido também na Bahia e o público é formado pelos professores da rede de ensino básico. Eu trouxe aqui esses *kits* que são os quatro volumes do material impresso que os professores que estão fazendo esse curso a distância recebem, que são os quatro módulos do curso, o módulo 1,

História da África, o módulo 2, História do negro no Brasil, o módulo 3, Literatura Afro-brasileira e o módulo 4, Educação e relações étnico-raciais. Eu trouxe dois *kits* desses para deixar com vocês da organização para divulgar. O curso é todo a distância, só tem dois encontros presenciais, mas nós temos que produzir o material de apoio para os professores; essa experiência tem sido muito interessante e nós temos desenvolvido no Ceao, não só pela formação, a tentativa de fazer mesmo a distância um curso de qualidade contribuindo para implementar a lei. Tem um diferencial que eu gosto sempre de destacar que é que na equipe de coordenadores, que inclui a coordenadora de tutoria, os tutores, os professores conteudistas, entre outros, nós incluímos muitos estudantes do curso de pós-graduação que nós temos no Ceao, que é o programa multidisciplinar de pós-graduação em estudos étnicos e africanos oferecendo mestrado e doutorado desde 2005. Várias pessoas da equipe que ofertam o curso são estudantes desse curso de pós-graduação, mestrandos e doutorandos, por exemplo. Eu sou a coordenadora geral, mas a coordenadora de tutoria, coordenadora executiva, que é especialista, está fazendo um doutorado sobre o tema da educação à distância e identidade étnico-racial. É a doutoranda Zelinda Barros, é uma estudante de doutorado que está coordenando todo esse trabalho com uma equipe grande. Eu faço a coordenação mais geral como docente da universidade, mas a grande responsável pela ges-

tão, pela coordenação do curso é essa estudante de doutorado. Temos na equipe outros doutorandos, outros mestrandos. Interessante nesse caso a articulação que a gente conseguiu fazer nesse curso, que é uma atividade de extensão, e no curso de pós-graduação envolvendo essas pessoas. Embora tenha esse lado muito positivo tem sido muito difícil fazer a gestão desse curso por várias questões. Esse fluxo, essa linha que une o Ministério da Educação às instituições de ensino superior, que participam, e os docentes que estão fazendo o curso. Os professores lá na ponta têm um fluxo que não é muito contínuo, têm dificuldades de comunicação, exigências diferentes das agências do MEC, da própria universidade, resultando em muita dificuldade para fazer a gestão financeira do projeto. Não há recursos para divulgação, para garantir mais visibilidade ao trabalho, e o alcance ainda é pequeno, nós oferecemos para cerca de 600 professores de uma vez em uma edição, mas a população de estudantes da rede de ensino básico na Bahia é enorme, então a gente não conseguirá atender a toda essa população por meio de cursos com esse caráter. É a questão da dificuldade de inserir essas iniciativas na política institucional educacional de maneira mais geral e que nós já discutimos com o MEC quando chama para Brasília os coordenadores do curso de educação para as relações étnico-raciais. A gente já discutiu esse problema, tem um custo oferecer um curso como esse e, ao fim, por mais universidade que partici-

pe, nós não conseguiremos alcançar a totalidade ou uma proporção maior de professores da rede básica, que é uma população muito grande. São essas questões que eu gostaria de colocar para a gente discutir no debate.

Ivonete Cordeiro

Consultora da Seppir

Primeiro quero agradecer toda a equipe, duas palestrantes maravilhosas. Só acrescentam na vida da gente. A minha inquietação é em entender a ausência da representação das mulheres negras nos cargos decisivos, nos cargos de poder, principalmente no federal. E eu fico me perguntando como a gente pode superar isso, como a gente pode trabalhar para que possa ter mais mulheres nesses cargos, uma vez que até já tem a implementação de cotas, se não me engano são 30%, e a gente sabe que aqui no Brasil parece que dos partidos que tem mais é do PMDB, eu não sei dizer a quantidade exata, a porcentagem, e aí são mulheres brancas, as mulheres negras não devem ter nem 5%. Eu queria entender porque nós sabemos que na comunidade são elas que movimentam, são elas que fazem toda a mobilização, a gente sabe que elas têm condições, elas eu digo nós que viemos da comunidade. Como a gente pode fazer para que essas mulheres assumam esses lugares, o que está faltando? Nós precisamos nos fortalecer e ver uma forma de assumirmos esses lugares, porque condições nós temos e mulheres para assumir nós temos, a minha inquietação é essa, gostaria de ouvir um pouquinho.

Paula Barreto

Sobre a pergunta da colega sobre a participação feminina é uma pergunta difícil, realmente é uma coisa que a gente tem que refletir para entender, é como você disse e eu também quis destacar aqui. As mulheres têm tido esse papel protagonista na mobilização, na construção dos movimentos. Eu já acompanhei um pouco essa discussão, mas no âmbito da política, e a gente sabe que dentro dos partidos tem uma dinâmica muito própria em relação a essa escolha dos candidatos, das candidatas; me parece que a cota não tem sido cumprida ao longo desses anos pela maioria dos partidos, embora exista não se tem atingido essa cota. Passando para essa dinâmica, tem as tendências. Como a gente sabe os partidos escolhem quais são os candidatos nos quais eles vão apostar, eles vão investir mais recursos, quem são aqueles que eles querem garantir que vão se eleger. Dentro dos partidos, que eu saiba, também se repete essa situação, tem muitas mulheres atuando nos partidos, mas na hora de tomar decisão, qual nome irão colocar, primeiro lugar, qual é o nome que vamos sugerir ou encaminhar dessa tendência, daquela tendência, para esse cargo ou para aquele cargo? Aí já tem uma primeira clivagem, provavelmente muitas das mulheres que já estão trabalhando ali no partido não são aquelas cujos nomes vão e depois mesmo que esses nomes são oferecidos tem uma segunda clivagem, que é aquela que o partido escolhe entre os nomes indicados quais são aqueles que realmente eles vão apostar, que vão investir recurso, que vão ter tempo na TV; que vão se

eleger tem uma massa, o resto que não vai está ali só para compor. Nesse caminho as mulheres ficam para trás, tem uma luta, uma disputa interna nos partidos, muito sangrenta, entre as tendências até sair aqueles candidatos que eles realmente investem e sabem que vão se eleger. As mulheres não têm chegado até o fim desse caminho. Eu acho que nós estamos assistindo uma mudança importante com a eleição da presidenta Dilma, ela já está mandando um recado, esse desejo de alcançar essa meta de um terço. Ela quer que nos partidos da base aliada isso também se repita, se ela fizer isso mesmo vai dar uma grande contribuição nesse processo. O que nós vimos é que simplesmente propor uma determinada cota apenas não funcionou porque internamente nos partidos até chegar lá no fim desse percurso até o sucesso, que é o candidato ou a candidata eleita, tem um caminho longo e as mulheres estão ficando para trás.

Vera Verônica

Eu gostaria de agradecer a todos os orixás por termos passado uma manhã muito prazerosa. Para mim foi muito gostoso olhar para vocês. Eu sei que quem não falou expressou com os olhos, isso para mim já é uma resposta. Estou à disposição, vocês têm o meu *e-mail*, e se alguém quiser ouvir algum rap meu para usar na escola é só digitar veraveronika no Google e vai aparecer um monte de lugar para poder baixar as músicas. Eu não vendo mais CD, está tudo lá para as pessoas poderem ouvir e baixar. Muito obrigada. Esta é a terceira edição do Festival da Mulher Afro-latino-americana e Ca-

ribenha e é a terceira que eu participo também. Espero que ano que vem a gente incorpore todas as considerações que foram feitas, as citações das colegas, as reivindicações, e que elas aconteçam e que a gente possa ter mulheres pretas discutindo o futuro da nação, porque a gente não está discutindo só o nosso umbigo, a gente não está preocupada só com o nosso salário, a gente está preocupada com o salário das que não têm voz, a gente está preocupada com as professoras que não conhecem a história da África, a gente está preocupada com as crianças que estão no *crack* e as mães não sabem o que fazer, amarram o pé com a corrente. O Ministério Público vem e solta e no outro dia ela vai para o IML resgatar o corpo do filho. Então é por essas mulheres pretas que a gente discute, que a gente está priorizando políticas públicas de ação afirmativa. Muito obrigada.

Paula Barreto

Eu queria deixar meus contatos com vocês. O *site* do Centro de Estudos Afro-orientais é: <www.ceao.ufba.br> e o meu *e-mail* institucional é: <paulacba@ufba.br> Obrigada.



Texto. Complementar



COTAS NAS UNIVERSIDADES, FRUTOS DE VENTRES FLORESCIDOS: UM DIREITO E NÃO UM FAVOR¹

Natália Maria Alves Machado²

Paula Balduino de Melo³

Poliana Mendes Martins⁴

Ao longo de nossa história muitas mulheres contribuíram para a aquisição de direitos importantes para a população negra, direitos esses que se estendem não só a nós negras, mas a homens e crianças pretas ou não. Como a história do Brasil não é contada por mulheres como nós – e como as que fizeram história por uma educação justa, por uma vida digna com equidade social –, não é surpresa nem redundância dizer o quanto as mulheres negras brasileiras têm percorrido uma trajetória desconhecida e invisibilizada, por conta das heranças patriarcais e eurocêntricas que são alimentadas por quem detém e se mantém no poder, nos discriminando e nos segregando; por conta da nossa cor, nosso sexo, nossa classe, nossa orientação sexual; por não aceitar o que foge à heteronormatividade é que agem assim.

Notamos uma trajetória histórica que vem se desenhando desde a colonização, marcada pela violência, opressão e estupro sobre o corpo e o espírito da mulher africana trazida como escrava para o Brasil. Mesmo diante de violações absurdas fomos capazes de reagir.

Kehinde, que ficou conhecida pelo seu nome branco de Luíza Mahin, é um exemplo disso. Trazida da África para o Brasil ainda quando menina, no início do século XIX, resistiu desde o início. Chegando em solo brasileiro não aceitou o nome branco que lhe colocaram, isso depois de perder sua sábia avó e sua irmã gêmea no desumano navio negreiro que a transportou para cá. Quando jovem tornou-se “negra de ganho”, vendendo biscoitos nas ruas de São Salvador. Conseguiu, assim, juntar dinheiro para participar de uma irmandade, uma união de negros e negras que somavam suas rendas para conseguir obter a alforria de cada uma e cada um. Em 1985 Kehinde lutou na Revolta dos Malês, um dos maiores levantes negros em busca da libertação no Brasil. Ela viveu no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Maranhão, em uma das mais antigas casas da religião afro-brasileira, a Casa das Minas. Chegou a voltar para a África com um de seus maridos

¹ Parte deste texto foi originalmente publicado no Nosso Jornal (2010).

² Graduanda em Antropologia, pela Universidade de Brasília, ativista do Fórum de Mulheres Negras/DF e integrante do Coletivo Negro.

³ Doutoranda em Antropologia, pela Universidade de Brasília, ativista do Fórum de Mulheres Negras/DF e integrante do Coletivo Negro.

⁴ Graduanda em Artes Cênicas, pela Universidade de Brasília, e amante da poesia.

e para lá levou a arquitetura brasileira, trabalhando na concepção e construção de casas. Paniu um dos mais importantes homens negros na luta pela libertação do nosso povo, o advogado Luís Gama.

As resistências à escravidão foram inúmeras. Por exemplo na constituição dos quilombos, nos quais as mulheres negras foram figuras centrais em muitos casos, como no quilombo de Conceição das Crioulas, em Salgueiro, no sertão de Pernambuco. Podemos pensar em nomes mais conhecidos, como o de Xica da Silva – mulher negra que foi escravizada, mas que chegou a ter muita riqueza e obrigou a mais alta corte de portugueses e brasileiros a recebê-la como uma igual. Mais contemporânea, Clementina de Jesus, uma das maiores cantoras da música brasileira, foi doméstica por mais de 20 anos. Só começou sua carreira como cantora profissional aos 60 anos. Lélia Gonzales, doutora em Antropologia Social, ao ir de Minas Gerais para o Rio de Janeiro no início dos anos 1940 foi babá em seu primeiro emprego. Nos anos 1970 foi uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado (MNU) e se tornou uma referência para a discussão da negritude e da questão de gênero no Brasil.

As mulheres negras sempre se mobilizaram em torno de ideais de justiça, participando de movimentos organizados e reivindicando inserção em espaços dominados pelo colonialismo na tentativa de lutar contra a violência e o sexismo. Mesmo sem a pretensão de ocupar esses espaços, vemos aí mulheres negras em sua lida diária cumprindo o papel de se colocar contra a opressão imposta pelo machismo e racismo.

Maria, Anastácia, Jacira, Isidora, Antônia, Carolina, Benedita, Juliana, Margarida, Hoselite, Edite, Ná-dya, Amália, Ildete, Fernanda, Jandira, Inês, Andreia, Mariana, Rita, Cândida e tantas outras são nomes que não foram registrados. Mas a tradição oral é cultura herdada e nos deu o privilégio de saber da história das mulheres que nos representam ontem e hoje.

São tantas pretas: rainhas e embaixadoras de Maracatus, Congadas, Folias, Afoxés, mulheres festeiras, jongueiras, curandeiras, Ialorixás, Makotas espalhadas por esse Brasil afora. São mulheres que preservam a beleza e a riqueza de tradições que nos trazem concepções de mundo diversas. Relicários de matrizes culturais que nos remetem à nossa ancestralidade e nos oferecem outras histórias, muitas histórias, para além da referência generalizada e exclusivista do mundo ocidental, branco, masculino, heteronormativo.

A presença de mulheres negras nos movimentos sempre enfatizou uma questão primordial: a educação. São muitas mães negras a lutar para que suas filhas e filhos tenham acesso à formação escolar e para que se mantenham na escola, enfrentando um cotidiano de preconceito incessante. Se hoje precisamos de políticas específicas é porque durante a história do Brasil a nossa trajetória sempre foi específica, em uma singularidade de lutas grandiosas, quase sempre não reconhecidas.

Gersen Barbosa e Petronilha Silva, que atuaram como professoras na Escola da Frente Negra Brasileira, na criação de bibliotecas e cursos de alfabetização, foram exemplos de mulheres que representam a tentativa de inclusão de nós negras (os) na educação formal. Graças à luta dessas mulheres e de tantas outras, hoje podemos contar com a presença das professoras doutoras Denise Botelho e Eliane Cavalheiro, na Universidade de Brasília, para dar um exemplo.

É por conhecermos essa história que temos a certeza de afirmar: a reserva de vagas para negras e negros nas universidades não é um favor. É um direito que foi conquistado sobre sangue, suor e lágrimas dessas mulheres e de tantas outras.

A implementação de ações afirmativas, como o caso da reserva de vagas em universidades, tem como substrato o papel histórico do Estado na presente situação socioeconômica da população negra e a sua intervenção contemporânea nos moldes de uma política corretiva.

As discussões sobre políticas sociais, sejam universais sejam particularistas, também denominadas ações afirmativas, pressupõem noções de justiça e cidadania. Essas políticas são constituídas como resposta a demandas e necessidades sociais e se concretizam diferenciadamente. Assim, enquanto as políticas sociais universais estão voltadas a todas (os) as (os) cidadãs (ãos) sem critérios de diferenciação, as políticas sociais particularistas ou ações afirmativas estão direcionadas a um segmento social específico, atuando de forma complementar às políticas universais.

Ações afirmativas são entendidas como políticas que,

Têm por objetivo garantir a oportunidade de acesso dos grupos discriminados, ampliando sua participação em diferentes setores da vida econômica, política, institucional, cultural e social. Elas se caracterizam por serem temporárias e por serem focalizadas no grupo discriminado; ou seja, por dispensarem, num determinado prazo, um tratamento diferenciado e favorável com vistas a reverter um quadro histórico de discriminação e exclusão (JACCOUD; BEGHIN, 2002).

Para Silva (2003) a ação afirmativa tem três objetivos principais: “[...] a igualdade de chances na forma da inclusão social; a mudança no imaginário coletivo e a criação de exemplos na comunidade”. Dessa forma, tal ação diferencia-se de outras políticas sociais particularistas porque objetiva tanto a inserção quanto a efetiva inclusão, fomentando uma diversificação também na esfera comportamental com o intuito de consolidar uma transformação sobre o imaginário social. Esta é a especificidade que deve ser considerada quando se trata de ações afirmativas para a população negra, as quais estão articuladas com a dimensão valorativa que atua no plano simbólico desconstruindo estereótipos negativos.

Sistema de cotas é uma modalidade de ação afirmativa que consiste em estipular certo número de postos a serem ocupados por segmentos singulares quando, para a ocupação destes postos, há número determinado de vagas. Então, entre as vagas reservadas, a concorrência se dá exclusivamente entre as (os) integrantes do segmento contemplado na adoção do sistema. É visto como necessário quando para a ocupação de tais lugares, especialmente lugares de poder, percebe-se a ação direta ou indireta de mecanismos de discriminação negativa que colocam certas (os) sujeitas (os) em situação de desvantagem competitiva. No sistema de cotas há diversos desenhos possíveis: a reserva de vagas, o acréscimo de pontuação e o acréscimo de vagas são alguns deles.

As universidades brasileiras constituem centros de excelência, sendo responsáveis pela maior parte da pesquisa científica realizada no país. Por outro lado a construção de tal prestígio se deu calcada em elementos majoritariamente oriundos de apenas um grupo constituinte do quadro humano nacional: a população branca. Participar da produção de conhecimento significa poder elevar demandas específicas à categoria de interesse nacional a partir da articulação entre conhecimento e poder político. Logo, a ausência quase generalizada da população negra no espaço universitário incide diretamente no poder de representação dessa população nas instâncias de poder.

Preocupados com a manutenção da qualidade na produção de conhecimento, algumas pessoas se opõem ao sistema de cotas para negras (os) nos vestibulares por atribuírem o ingresso de estudantes unicamente ao seu mérito pessoal, mérito este que segundo elas (os) não existiria em situações de sistemas de reserva de vagas.

Não se trata aqui de negar o contexto histórico de concepção da meritocracia, pois a alternativa meritocrática em suas origens visava igualar as (os) sujeitas (os) beneficiadas (os) por antigos regimes de preferências e tradições, buscando assim extirpar privilégios seculares. Contudo, as bases sociais de formulação de tal abordagem, adaptadas ao contexto nacional, não considera a natureza diversa do panorama de desigualdades nem as diversas formas de o mérito se apresentar. Capital educacional, acesso aos conhecimentos específicos, oportunidades escolares e profissionais tolhidas ou não pela discriminação, falta de referências, lugares simbólicos de prestígio e desprestígio, entre vários outros elementos apontam para a formação de concorrentes absolutamente desnivelados, invalidando concepções da ampla e livre concorrência em concursos autodeclarados como objetivos em seus critérios. A reserva de vagas atuaria então como um corretor da distorção oriunda do impacto da discriminação racial.

O vestibular avalia algumas competências, vide os próprios editais que os regem, mas não todas, nem as únicas capazes de diagnosticar a capacidade cognitiva de um indivíduo; contudo, o sistema de cotas

não o elimina, haja vista que as (os) candidatas (os) cotistas devem lograr desempenho mínimo para aprovação nos exames. O foco concentra-se na concorrência: negras (os) concorrem com negras (os) por determinado número de vagas nos concursos vestibulares, o que reduz a diferença dos aspectos desigualadores, possibilita a manifestação de habilidades singulares a este grupo e ainda garante um piso mínimo de acesso dessa população.

O sistema de cotas tem sido amplamente empregado não apenas nas universidades, mas em outros espaços. Hoje, no país, estão em vigor: a reserva de vagas para pessoas portadoras de necessidades especiais e para negras (os) em postos de trabalho e concursos públicos; reserva de vagas para mulheres na ocupação de cargos nos partidos políticos; e reserva de vagas para estudantes de escola pública, negras (os) e indígenas nos vestibulares de algumas universidades públicas. E muitas outras questões estão em discussão, como o acesso preferencial de idosas (os) e homossexuais aos postos de trabalho e outras oportunidades.

Para além das cotas, programas do governo federal operam a partir de recortes para determinados segmentos vulnerabilizados. Assim, por exemplo, os recursos provindos do Programa Bolsa Família são acessados apenas pelas mulheres. No Ministério da Saúde há o Comitê Técnico de Saúde da População Negra que utiliza a exposição ao racismo como critério de vulnerabilidade em saúde, além de características genéticas que têm prevalência na população negra. Resultou do trabalho desse comitê a instituição, em maio de 2009, da Política Nacional de Saúde da População Negra que opera no âmbito do Sistema Único de Saúde, assinalando, assim, especificidades na política universal.

Ressalta-se que o tratamento diferenciado aos segmentos vulnerabilizados é uma prática consolidada no Estado brasileiro, tendo em vista que a Constituição do Brasil reconhece a riqueza da diversidade humana que nos constitui.

Referências

- JACCOUD, L. B.; BEGHIN, N. **Desigualdades raciais no Brasil**: um balanço da intervenção governamental. Brasília: Ipea, 2002. p. 67.
- NOSSO JORNAL. Ano 1. 2. ed. 2010. Suplemento Mulheres Negras.
- SILVA, P. B. G. Negros na universidade e produção de conhecimento. In: SILVA, P. B. G.; SILVA, V. R. S. **Educação e ações afirmativas**: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: Inep, 2003. p. 266.

Texto. Complementar



PARECER HOMOLOGADO(*)

(*) Despacho do Ministro, publicado no Diário Oficial da União de 19/5/2004.
Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO: Conselho Nacional de Educação		UF: DF
ASSUNTO: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana		
CONSELHEIROS: Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (Relatora), Carlos Roberto Jamil Cury, Francisca Novantino Pinto de Ângelo e Marília Ancona-Lopez		
PROCESSO N.º: 23001.000215/2002-96		
PARECER N.º: CNE/CP 003/2004	COLEGIADO: CP	APROVADO EM: 10/3/2004

I – RELATÓRIO

Este parecer visa a atender os propósitos expressos na Indicação CNE/CP 6/2002, bem como regulamentar a alteração trazida à Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pela Lei 10.639/2000, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. Desta forma, busca cumprir o estabelecido na Constituição Federal nos seus Art. 5º, I, Art. 210, Art. 206, I, § 1º do Art. 242, Art. 215 e Art. 216, bem como nos Art. 26, 26 A e 79 B na Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros.

Juntam-se a preceitos analógicos os Art. 26 e 26 A da LDB, como os das Constituições Estaduais da Bahia (Art. 275, IV e 288), do Rio de Janeiro (Art. 306), de Alagoas (Art. 253), assim como de Leis Orgânicas, tais como a de Recife (Art. 138), de Belo Horizonte (Art. 182, VI), a do Rio de Janeiro (Art. 321, VIII), além de leis ordinárias, como lei Municipal nº 7.685, de 17 de janeiro de 1994, de Belém, a Lei Municipal nº 2.251, de 30 de novembro de 1994, de Aracaju e a Lei Municipal nº 11.973, de 4 de janeiro de 1996, de São Paulo.⁽¹⁾

Junta-se, também, ao disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.096, de 13 de junho de 1990), bem como no Plano Nacional de Educação (Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001).

⁽¹⁾ Belém – Lei Municipal nº 7.6985, de 17 de janeiro de 1994, que “Dispõe sobre a inclusão, no currículo escolar da Rede Municipal de Ensino, na disciplina História, de conteúdo relativo ao estudo da Raça Negra na formação sócio-cultural brasileira e dá outras providências”

Aracaju – Lei Municipal nº 2.251, de 30 de novembro de 1994, que “Dispõe sobre a inclusão, no currículo escolar da rede municipal de ensino de 1º e 2º graus, conteúdos programáticos relativos ao estudo da Raça Negra na formação sócio-cultural brasileira e dá outras providências

São Paulo – Lei Municipal nº 11.973, de 4 de janeiro de 1996, que “Dispõe sobre a introdução nos currículos das escolas municipais de 1º e 2º graus de estudos contra a discriminação”

Todos estes dispositivos legais, bem como reivindicações e propostas do Movimento Negro ao longo do século XX, apontam para a necessidade de diretrizes que orientem a formulação de projetos empenhados na valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e dos africanos, assim como comprometidos com a de educação de relações étnico-raciais positivas, a que tais conteúdos devem conduzir.

Destina-se, o parecer, aos administradores dos sistemas de ensino, de mantenedoras de estabelecimentos de ensino, aos estabelecimentos de ensino, seus professores e a todos implicados na elaboração, execução, avaliação de programas de interesse educacional, de planos institucionais, pedagógicos e de ensino. Destina-se, também, às famílias dos estudantes, a eles próprios e a todos os cidadãos comprometidos com a educação dos brasileiros, para nele buscarem orientações, quando pretenderem dialogar com os sistemas de ensino, escolas e educadores, no que diz respeito às relações étnico-raciais, ao reconhecimento e valorização da história e cultura dos afro-brasileiros, à diversidade da nação brasileira, ao igual direito à educação de qualidade, isto é, não apenas direito ao estudo, mas também à formação para a cidadania responsável pela construção de uma sociedade justa e democrática.

Em vista disso, foi feita consulta sobre as questões objeto deste parecer, por meio de questionário encaminhado a grupos do Movimento Negro, a militantes individualmente, aos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, a professores que vêm desenvolvendo trabalhos que abordam a questão racial, a pais de alunos, enfim a cidadãos empenhados com a construção de uma sociedade justa, independentemente de seu pertencimento racial. Encaminharam-se em torno de mil questionários e o responderam individualmente ou em grupo 250 mulheres e homens, entre crianças e adultos, com diferentes níveis de escolarização. Suas respostas mostraram a importância de se tratarem problemas, dificuldades, dúvidas, antes mesmo de o parecer traçar orientações, indicações, normas.

Questões introdutórias

O parecer procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade. Trata, ele, de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. Nesta perspectiva, propõe à divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial - descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada.

É importante salientar que tais políticas têm como meta o direito dos negros se reconhecerem na cultura nacional, expressarem visões de mundo próprias, manifestarem com autonomia, individual e coletiva, seus pensamentos. É necessário sublinhar que tais políticas têm, também, como meta o direito dos negros, assim como de todos cidadãos brasileiros, cursarem cada um dos níveis de ensino, em escolas devidamente instaladas e equipadas, orientados por professores qualificados para o ensino das diferentes áreas de conhecimentos; com formação para lidar com as tensas relações produzidas pelo racismo e discriminações, sensíveis e capazes de conduzir a reeducação das relações entre diferentes grupos étnico-raciais, ou seja, entre descendentes de africanos, de europeus, de asiáticos, e povos indígenas. Estas condições materiais das escolas e de formação de professores são indispensáveis para

uma educação de qualidade, para todos, assim como o é o reconhecimento e valorização da história, cultura e identidade dos descendentes de africanos.

Políticas de Reparações, de Reconhecimento e Valorização, de Ações Afirmativas

A demanda por reparações visa a que o Estado e a sociedade tomem medidas para ressarcir os descendentes de africanos negros, dos danos psicológicos, materiais, sociais, políticos e educacionais sofridos sob o regime escravista, bem como em virtude das políticas explícitas ou tácitas de branqueamento da população, de manutenção de privilégios exclusivos para grupos com poder de governar e de influir na formulação de políticas, no pós-abolição. Visa também a que tais medidas se concretizem em iniciativas de combate ao racismo e a toda sorte de discriminações.

Cabe ao Estado promover e incentivar políticas de reparações, no que cumpre ao disposto na Constituição Federal, Art. 205, que assinala o dever do Estado de garantir indistintamente, por meio da educação, iguais direitos para o pleno desenvolvimento de todos e de cada um, enquanto pessoa, cidadão ou profissional. Sem a intervenção do Estado, os postos à margem, entre eles os afro-brasileiros, dificilmente, e as estatísticas o mostram sem deixar dúvidas, romperão o sistema meritocrático que agrava desigualdades e gera injustiça, ao reger-se por critérios de exclusão, fundados em preconceitos e manutenção de privilégios para os sempre privilegiados.

Políticas de reparações voltadas para a educação dos negros devem oferecer garantias a essa população de ingresso, permanência e sucesso na educação escolar, de valorização do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro, de aquisição das competências e dos conhecimentos tidos como indispensáveis para continuidade nos estudos, de condições para alcançar todos os requisitos tendo em vista a conclusão de cada um dos níveis de ensino, bem como para atuar como cidadãos responsáveis e participantes, além de desempenharem com qualificação uma profissão.

A demanda da comunidade afro-brasileira por reconhecimento, valorização e afirmação de direitos, no que diz respeito à educação, passou a ser particularmente apoiada com a promulgação da Lei 10639/2003, que alterou a Lei 9394/1996, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas.

Reconhecimento implica justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira. E isto requer mudança nos discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas, modo de tratar as pessoas negras. Requer também que se conheça a sua história e cultura apresentadas, explicadas, buscando-se especificamente desconstruir o mito da democracia racial na sociedade brasileira; mito este que difunde a crença de que, se os negros não atingem os mesmos patamares que os não negros, é por falta de competência ou de interesse, desconsiderando as desigualdades seculares que a estrutura social hierárquica cria com prejuízos para os negros.

Reconhecimento requer a adoção de políticas educacionais e de estratégias pedagógicas de valorização da diversidade, a fim de superar a desigualdade étnico-racial presente na educação escolar brasileira, nos diferentes níveis de ensino.

Reconhecer exige que se questionem relações étnico-raciais baseadas em preconceitos que desqualificam os negros e salientam estereótipos depreciativos, palavras e atitudes que,

velada ou explicitamente violentas, expressam sentimentos de superioridade em relação aos negros, próprios de uma sociedade hierárquica e desigual.

Reconhecer é também valorizar, divulgar e respeitar os processos históricos de resistência negra desencadeados pelos africanos escravizados no Brasil e por seus descendentes na contemporaneidade, desde as formas individuais até as coletivas.

Reconhecer exige a valorização e respeito às pessoas negras, à sua descendência africana, sua cultura e história. Significa buscar, compreender seus valores e lutas, ser sensível ao sofrimento causado por tantas formas de desqualificação: apelidos depreciativos, brincadeiras, piadas de mau gosto sugerindo incapacidade, ridicularizando seus traços físicos, a textura de seus cabelos, fazendo pouco das religiões de raiz africana. Implica criar condições para que os estudantes negros não sejam rejeitados em virtude da cor da sua pele, menosprezados em virtude de seus antepassados terem sido explorados como escravos, não sejam desencorajados de prosseguir estudos, de estudar questões que dizem respeito à comunidade negra.

Reconhecer exige que os estabelecimentos de ensino, freqüentados em sua maioria por população negra, contem com instalações e equipamentos sólidos, atualizados, com professores competentes no domínio dos conteúdos de ensino, comprometidos com a educação de negros e brancos, no sentido de que venham a relacionar-se com respeito, sendo capazes de corrigir posturas, atitudes e palavras que impliquem desrespeito e discriminação.

Políticas de reparações e de reconhecimento formarão programas de *ações afirmativas*, isto é, conjuntos de ações políticas dirigidas à correção de desigualdades raciais e sociais, orientadas para oferta de tratamento diferenciado com vistas a corrigir desvantagens e marginalização criadas e mantidas por estrutura social excludente e discriminatória. Ações afirmativas atendem ao determinado pelo Programa Nacional de Direitos Humanos²², bem como a compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, com o objetivo de combate ao racismo e a discriminações, tais como: a Convenção da UNESCO de 1960, direcionada ao combate ao racismo em todas as formas de ensino, bem como a Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Discriminações Correlatas de 2001.

Assim sendo, sistemas de ensino e estabelecimentos de diferentes níveis converterão as demandas dos afro-brasileiros em políticas públicas de Estado ou institucionais, ao tomarem decisões e iniciativas com vistas a reparações, reconhecimento e valorização da história e cultura dos afro-brasileiros, à constituição de programas de ações afirmativas, medidas estas coerentes com um projeto de escola, de educação, de formação de cidadãos que explicitamente se esbocem nas relações pedagógicas cotidianas. Medidas que, convém, sejam compartilhadas pelos sistemas de ensino, estabelecimentos, processos de formação de professores, comunidade, professores, alunos e seus pais.

Medidas que repudiam, como prevê a Constituição Federal em seu Art.3º, IV, o “preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” e reconhecem que todos são portadores de singularidade irredutível e que a formação escolar tem de estar atenta para o desenvolvimento de suas personalidades (Art.208, IV).

Educação das relações étnico-raciais

²² Ministério da Justiça. Programa Nacional de Direitos Humanos. Brasília, 1996
Petronilha 02155005

O sucesso das políticas públicas de Estado, institucionais e pedagógicas, visando a reparações, reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história dos negros brasileiros depende necessariamente de condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas favoráveis para o ensino e para aprendizagens; em outras palavras, todos os alunos negros e não negros, bem como seus professores, precisam sentir-se valorizados e apoiados. Depende também, de maneira decisiva, da reeducação das relações entre negros e brancos, o que aqui estamos designando como relações étnico-raciais. Depende, ainda, de trabalho conjunto, de articulação entre processos educativos escolares, políticas públicas, movimentos sociais, visto que as mudanças éticas, culturais, pedagógicas e políticas nas relações étnico-raciais não se limitam à escola.

É importante destacar que se entende por raça a construção social forjada nas tensas relações entre brancos e negros, muitas vezes simuladas como harmoniosas, nada tendo a ver com o conceito biológico de raça cunhado no século XVIII e hoje sobejamente superado. Cabe esclarecer que o termo raça é utilizado com frequência nas relações sociais brasileiras, para informar como determinadas características físicas, como cor de pele, tipo de cabelo, entre outras, influenciam, interferem e até mesmo determinam o destino e o lugar social dos sujeitos no interior da sociedade brasileira.

Contudo, o termo foi ressignificado pelo Movimento Negro que, em várias situações, o utiliza com um sentido político e de valorização do legado deixado pelos africanos. É importante, também, explicar que o emprego do termo étnico, na expressão étnico-racial, serve para marcar que essas relações tensas devidas a diferenças na cor da pele e traços fisionômicos o são também devido à raiz cultural plantada na ancestralidade africana, que difere em visão de mundo, valores e princípios das de origem indígena, européia e asiática.

Convivem, no Brasil, de maneira tensa, a cultura e o padrão estético negro e africano e um padrão estético e cultural branco europeu. Porém, a presença da cultura negra e o fato de 45% da população brasileira ser composta de negros (de acordo com o censo do IBGE) não têm sido suficientes para eliminar ideologias, desigualdades e estereótipos racistas. Ainda persiste em nosso país um imaginário étnico-racial que privilegia a brancura e valoriza principalmente as raízes européias da sua cultura, ignorando ou pouco valorizando as outras, que são a indígena, a africana, a asiática.

Os diferentes grupos, em sua diversidade, que constituem o Movimento Negro brasileiro, têm comprovado o quanto é dura a experiência dos negros de ter julgados negativamente seu comportamento, idéias e intenções antes mesmo de abrirem a boca ou tomarem qualquer iniciativa. Têm, eles, insistido no quanto é alienante a experiência de fingir ser o que não é para ser reconhecido, de quão dolorosa pode ser a experiência de deixar-se assimilar por uma visão de mundo que pretende impor-se como superior e, por isso, universal e que os obriga a negarem a tradição do seu povo.

Se não é fácil ser descendente de seres humanos escravizados e forçados à condição de objetos utilitários ou a semoventes, também é difícil descobrir-se descendente dos escravizadores, temer, embora veladamente, revanche dos que, por cinco séculos, têm sido desprezados e massacrados.

Para reeducar as relações étnico-raciais, no Brasil, é necessário fazer emergir as dores e medos que têm sido gerados. É preciso entender que o sucesso de uns tem o preço da marginalização e da desigualdade impostas a outros. E então decidir que sociedade queremos construir daqui para frente.

Como bem salientou Frantz Fanon³, os descendentes dos mercadores de escravos, dos senhores de ontem, não têm, hoje, de assumir culpa pelas desumanidades provocadas por seus antepassados. No entanto, têm eles a responsabilidade moral e política de combater o racismo, as discriminações e, juntamente com os que vêm sendo mantidos à margem, os negros, construir relações raciais e sociais sadias, em que todos cresçam e se realizem enquanto seres humanos e cidadãos. Não fossem por estas razões, eles a teriam de assumir, pelo fato de usufruírem do muito que o trabalho escravo possibilitou ao país.

Assim sendo, a educação das relações étnico-raciais impõe aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimentos, quebra de desconfianças, projeto conjunto para construção de uma sociedade justa, igual, equânime.

Combater o racismo, trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial, empreender reeducação das relações étnico-raciais não são tarefas exclusivas da escola. As formas de discriminação de qualquer natureza não têm o seu nascedouro na escola, porém o racismo, as desigualdades e discriminações correntes na sociedade perpassam por ali. Para que as instituições de ensino desempenhem a contento o papel de educar, é necessário que se constituam em espaço democrático de produção e divulgação de conhecimentos e de posturas que visam a uma sociedade justa. A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários.

Para obter êxito, a escola e seus professores não podem improvisar. Têm que desfazer mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos. Isto não pode ficar reduzido a palavras e a raciocínios desvinculados da experiência de ser inferiorizados vivida pelos negros, tampouco das baixas classificações que lhe são atribuídas nas escalas de desigualdades sociais, econômicas, educativas e políticas.

Diálogo com estudiosos que analisam, criticam estas realidades e fazem propostas, bem como com grupos do Movimento Negro, presentes nas diferentes regiões e estados, assim como em inúmeras cidades, são imprescindíveis para que se vençam discrepâncias entre o que se sabe e a realidade, se compreendam concepções e ações, uns dos outros, se elabore projeto comum de combate ao racismo e a discriminações.

Temos, pois, pedagogias de combate ao racismo e a discriminações por criar. É claro que há experiências de professores e de algumas escolas, ainda isoladas, que muito vão ajudar.

Para empreender a construção dessas pedagogias, é fundamental que se desfaçam alguns equívocos. Um deles diz respeito à preocupação de professores no sentido de designar ou não seus alunos negros como negros ou como pretos, sem ofensas.

Em primeiro lugar, é importante esclarecer que ser negro no Brasil não se limita às características físicas. Trata-se, também, de uma escolha política. Por isso, o é quem assim se define. Em segundo lugar, cabe lembrar que preto é um dos quesitos utilizados pelo IBGE para classificar, ao lado dos outros – branco, pardo, indígena – a cor da população brasileira. Pesquisadores de diferentes áreas, inclusive da educação, para fins de seus estudos, agregam dados relativos a pretos e pardos sob a categoria negros, já que ambos reúnem, conforme

³ FRANTZ, Fanon. *Os Condenados da Terra*. 2.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. Petrópolis 0215/505

alerta o Movimento Negro, aqueles que reconhecem sua ascendência africana.

É importante tomar conhecimento da complexidade que envolve o processo de construção da identidade negra em nosso país. Processo esse, marcado por uma sociedade que, para discriminar os negros, utiliza-se tanto da desvalorização da cultura de matriz africana como dos aspectos físicos herdados pelos descendentes de africanos. Nesse processo complexo, é possível, no Brasil, que algumas pessoas de tez clara e traços físicos europeus, em virtude de o pai ou a mãe ser negro(a), se designarem negros; que outros, com traços físicos africanos, se digam brancos. É preciso lembrar que o termo negro começou a ser usado pelos senhores para designar pejorativamente os escravizados e este sentido negativo da palavra se estende até hoje. Contudo, o Movimento Negro ressignificou esse termo dando-lhe um sentido político e positivo. Lembremos os motes muito utilizados no final dos anos 1970 e no decorrer dos anos 1980, 1990: Negro é lindo! Negra, cor da raça brasileira! Negro que te quero negro! 100% Negro! Não deixe sua cor passar em branco! Este último utilizado na campanha do censo de 1990.

Outro equívoco a enfrentar é a afirmação de que os negros se discriminam entre si e que são racistas também. Esta constatação tem de ser analisada no quadro da ideologia do branqueamento que divulga a idéia e o sentimento de que as pessoas brancas seriam mais humanas, teriam inteligência superior e, por isso, teriam o direito de comandar e de dizer o que é bom para todos. Cabe lembrar que, no pós-abolição, foram formuladas políticas que visavam ao branqueamento da população pela eliminação simbólica e material da presença dos negros. Nesse sentido, é possível que pessoas negras sejam influenciadas pela ideologia do branqueamento e, assim, tendam a reproduzir o preconceito do qual são vítimas. O racismo imprime marcas negativas na subjetividade dos negros e também na dos que os discriminam.

Mais um equívoco a superar é a crença de que a discussão sobre a questão racial se limita ao Movimento Negro e a estudiosos do tema e não à escola. A escola, enquanto instituição social responsável por assegurar o direito da educação a todo e qualquer cidadão, deverá se posicionar politicamente, como já vimos, contra toda e qualquer forma de discriminação. A luta pela superação do racismo e da discriminação racial é, pois, tarefa de todo e qualquer educador, independentemente do seu pertencimento étnico-racial, crença religiosa ou posição política. O racismo, segundo o Artigo 5º da Constituição Brasileira, é crime inafiançável e isso se aplica a todos os cidadãos e instituições, inclusive, à escola.

Outro equívoco a esclarecer é de que o racismo, o mito da democracia racial e a ideologia do branqueamento só atingem os negros. Enquanto processos estruturantes e constituintes da formação histórica e social brasileira, estes estão arraigados no imaginário social e atingem negros, brancos e outros grupos étnico-raciais. As formas, os níveis e os resultados desses processos incidem de maneira diferente sobre os diversos sujeitos e interpõem diferentes dificuldades nas suas trajetórias de vida escolar e social. Por isso, a construção de estratégias educacionais que visem ao combate do racismo é uma tarefa de todos os educadores, independentemente do seu pertencimento étnico-racial.

Pedagogias de combate ao racismo e a discriminações elaboradas com o objetivo de educação das relações étnico/raciais positivas têm como objetivo fortalecer entre os negros e despertar entre os brancos a consciência negra. Entre os negros, poderão oferecer conhecimentos e segurança para orgulharem-se da sua origem africana; para os brancos, poderão permitir que identifiquem as influências, a contribuição, a participação e a importância da história e da cultura dos negros no seu jeito de ser, viver, de se relacionar com as outras pessoas, notadamente as negras. Também farão parte de um processo de

reconhecimento, por parte do Estado, da sociedade e da escola, da dívida social que têm em relação ao segmento negro da população, possibilitando uma tomada de posição explícita contra o racismo e a discriminação racial e a construção de ações afirmativas nos diferentes níveis de ensino da educação brasileira.

Tais pedagogias precisam estar atentas para que todos, negros e não negros, além de ter acesso a conhecimentos básicos tidos como fundamentais para a vida integrada à sociedade, exercício profissional competente, recebam formação que os capacite para forjar novas relações étnico-raciais. Para tanto, há necessidade, como já vimos, de professores qualificados para o ensino das diferentes áreas de conhecimentos e, além disso, sensíveis e capazes de direcionar positivamente as relações entre pessoas de diferentes pertencimento étnico-racial, no sentido do respeito e da correção de posturas, atitudes, palavras preconceituosas. Daí a necessidade de se insistir e investir para que os professores, além de sólida formação na área específica de atuação, recebam formação que os capacite não só a compreender a importância das questões relacionadas à diversidade étnico-racial, mas a lidar positivamente com elas e, sobretudo criar estratégias pedagógicas que possam auxiliar a reeducá-las.

Até aqui apresentaram-se orientações que justificam e fundamentam as determinações de caráter normativo que seguem.

História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Determinações

A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica trata-se de decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. Com esta medida, reconhece-se que, além de garantir vagas para negros nos bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a história e cultura de seu povo, buscando reparar danos, que se repetem há cinco séculos, à sua identidade e a seus direitos. A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringe à população negra, ao contrário, dizem respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática.

É importante destacar que não se trata de mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raiz européia por um africano, mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira. Nesta perspectiva, cabe às escolas incluir no contexto dos estudos e atividades, que proporciona diariamente, também as contribuições histórico-culturais dos povos indígenas e dos descendentes de asiáticos, além das de raiz africana e européia. É preciso ter clareza que o Art. 26A acrescido à Lei 9.394/1996 provoca bem mais do que inclusão de novos conteúdos, exige que se repensem relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas, procedimentos de ensino, condições oferecidas para aprendizagem, objetivos tácitos e explícitos da educação oferecida pelas escolas.

A autonomia dos estabelecimentos de ensino para compor os projetos pedagógicos, no cumprimento do exigido pelo Art. 26A da Lei 9394/1996, permite que se valham da colaboração das comunidades a que a escola serve, do apoio direto ou indireto de estudiosos e do Movimento Negro, com os quais estabelecerão canais de comunicação, encontrarão formas próprias de incluir nas vivências promovidas pela escola, inclusive em conteúdos de disciplinas, as temáticas em questão. Caberá, aos sistemas de ensino, às mantenedoras, à coordenação pedagógica dos estabelecimentos de ensino e aos professores, com base neste parecer, estabelecer conteúdos de ensino, unidades de estudos, projetos e programas,

abrangendo os diferentes componentes curriculares. Caberá, aos administradores dos sistemas de ensino e das mantenedoras prover as escolas, seus professores e alunos de material bibliográfico e de outros materiais didáticos, além de acompanhar os trabalhos desenvolvidos, a fim de evitar que questões tão complexas, muito pouco tratadas, tanto na formação inicial como continuada de professores, sejam abordadas de maneira resumida, incompleta, com erros.

Em outras palavras, aos estabelecimentos de ensino está sendo atribuída responsabilidade de acabar com o modo falso e reduzido de tratar a contribuição dos africanos escravizados e de seus descendentes para a construção da nação brasileira; de fiscalizar para que, no seu interior, os alunos negros deixem de sofrer os primeiros e continuados atos de racismo de que são vítimas. Sem dúvida, assumir estas responsabilidades implica compromisso com o entorno sociocultural da escola, da comunidade onde esta se encontra e a que serve, compromisso com a formação de cidadãos atuantes e democráticos, capazes de compreender as relações sociais e étnico-raciais de que participam e ajudam a manter e/ou a reelaborar, capazes de decodificar palavras, fatos e situações a partir de diferentes perspectivas, de desempenhar-se em áreas de competências que lhes permitam continuar e aprofundar estudos em diferentes níveis de formação.

Precisa, o Brasil, país multi-étnico e pluricultural, de organizações escolares em que todos se vejam incluídos, em que lhes seja garantido o direito de aprender e de ampliar conhecimentos, sem ser obrigados a negar a si mesmos, ao grupo étnico/racial a que pertencem e a adotar costumes, idéias e comportamentos que lhes são adversos. E estes, certamente, serão indicadores da qualidade da educação que estará sendo oferecida pelos estabelecimentos de ensino de diferentes níveis.

Para conduzir suas ações, os sistemas de ensino, os estabelecimentos e os professores terão como referência, entre outros pertinentes às bases filosóficas e pedagógicas que assumem, os princípios a seguir explicitados.

CONSCIÊNCIA POLÍTICA E HISTÓRICA DA DIVERSIDADE

Este princípio deve conduzir:

- à igualdade básica de pessoa humana como sujeito de direitos;
- à compreensão de que a sociedade é formada por pessoas que pertencem a grupos étnico-raciais distintos, que possuem cultura e história próprias, igualmente valiosas e que em conjunto constroem, na nação brasileira, sua história;
- ao conhecimento e à valorização da história dos povos africanos e da cultura afro-brasileira na construção histórica e cultural brasileira;
- à superação da indiferença, injustiça e desqualificação com que os negros, os povos indígenas e também as classes populares às quais os negros, no geral, pertencem, são comumente tratados;
- à desconstrução, por meio de questionamentos e análises críticas, objetivando eliminar conceitos, idéias, comportamentos veiculados pela ideologia do branqueamento, pelo mito da democracia racial, que tanto mal fazem a negros e brancos;

- à busca, da parte de pessoas, em particular de professores não familiarizados com a análise das relações étnico-raciais e sociais com o estudo de história e cultura afro-brasileira e africana, de informações e subsídios que lhes permitam formular concepções não baseadas em preconceitos e construir ações respeitosas;
- ao diálogo, via fundamental para entendimento entre diferentes, com a finalidade de negociações, tendo em vista objetivos comuns; visando a uma sociedade justa.

FORTALECIMENTO DE IDENTIDADES E DE DIREITOS

O princípio deve orientar para:

- o desencadeamento de processo de afirmação de identidades, de historicidade negada ou distorcida;
- o rompimento com imagens negativas forjadas por diferentes meios de comunicação, contra os negros e os povos indígenas;
- o esclarecimento a respeito de equívocos quanto a uma identidade humana universal;
- o combate à privação e violação de direitos;
- a ampliação do acesso a informações sobre a diversidade da nação brasileira e sobre a recriação das identidades, provocada por relações étnico-raciais;
- as excelentes condições de formação e de instrução que precisam ser oferecidas, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, em todos os estabelecimentos, inclusive os localizados nas chamadas periferias urbanas e nas zonas rurais.

AÇÕES EDUCATIVAS DE COMBATE AO RACISMO E A DISCRIMINAÇÕES

O princípio encaminha para:

- a conexão dos objetivos, estratégias de ensino e atividades com a experiência de vida dos alunos e professores, valorizando aprendizagens vinculadas às suas relações com pessoas negras, brancas, mestiças, assim como as vinculadas às relações entre negros, indígenas e brancos no conjunto da sociedade;
- a crítica pelos coordenadores pedagógicos, orientadores educacionais, professores, das representações dos negros e de outras minorias nos textos, materiais didáticos, bem como providências para corrigi-las;
- condições para professores e alunos pensarem, decidirem, agirem, assumindo responsabilidade por relações étnico-raciais positivas, enfrentando e superando discordâncias, conflitos, contestações, valorizando os contrastes das diferenças;
- valorização da oralidade, da corporeidade e da arte, por exemplo, como a dança, marcas da cultura de raiz africana, ao lado da escrita e da leitura;
- educação patrimonial, aprendizado a partir do patrimônio cultural afro-brasileiro,

visando a preservá-lo e a difundi-lo;

- o cuidado para que se dê um sentido construtivo à participação dos diferentes grupos sociais, étnico-raciais na construção da nação brasileira, aos elos culturais e históricos entre diferentes grupos étnico-raciais, às alianças sociais;
- participação de grupos do Movimento Negro, e de grupos culturais negros, bem como da comunidade em que se insere a escola, sob a coordenação dos professores, na elaboração de projetos político-pedagógicos que contemplem a diversidade étnico-racial.

Estes princípios e seus desdobramentos mostram exigências de mudança de mentalidade, de maneiras de pensar e agir dos indivíduos em particular, assim como das instituições e de suas tradições culturais. É neste sentido que se fazem as seguintes determinações:

- O ensino de *História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*, evitando-se distorções, envolverá articulação entre passado, presente e futuro no âmbito de experiências, construções e pensamentos produzidos em diferentes circunstâncias e realidades do povo negro. É um meio privilegiado para a educação das relações étnico-raciais e tem por objetivos o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, garantia de seus direitos de cidadãos, reconhecimento e igual valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, européias, asiáticas.
- O ensino de *História e Cultura Afro-Brasileira e Africana* se fará por diferentes meios, em atividades curriculares ou não, em que: - se explicitem, busquem compreender e interpretar, na perspectiva de quem o formule, diferentes formas de expressão e de organização de raciocínios e pensamentos de raiz da cultura africana; - promovam-se oportunidades de diálogo em que se conheçam, se ponham em comunicação diferentes sistemas simbólicos e estruturas conceituais, bem como se busquem formas de convivência respeitosa, além da construção de projeto de sociedade em que todos se sintam encorajados a expor, defender sua especificidade étnico-racial e a buscar garantias para que todos o façam; - sejam incentivadas atividades em que pessoas – estudantes, professores, servidores, integrantes da comunidade externa aos estabelecimentos de ensino – de diferentes culturas interatuem e se interpretem reciprocamente, respeitando os valores, visões de mundo, raciocínios e pensamentos de cada um.
- O ensino de *História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*, a educação das relações étnico-raciais, tal como explicita o presente parecer, se desenvolverão no cotidiano das escolas, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, como conteúdo de disciplinas,³ particularmente, Educação Artística, Literatura e História do Brasil, sem prejuízo das demais⁴, em atividades curriculares ou não, trabalhos em salas de aula, nos

³ § 2º, An. 26A, Lei 9394/1996. Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

⁴ Neste sentido, ver obra que pode ser solicitada ao MEC: MUNANGA, Kabengele, org.. **Superando o Racismo na Escola**. Brasília, Ministério da Educação, 2001.

laboratórios de ciências e de informática, na utilização de sala de leitura, biblioteca, brinquedoteca, áreas de recreação, quadra de esportes e outros ambientes escolares.

- O ensino de *História Afro-Brasileira* abrangerá, entre outros conteúdos, iniciativas e organizações negras, incluindo a história dos quilombos, a começar pelo de Palmares, e de remanescentes de quilombos, que têm contribuído para o desenvolvimento de comunidades, bairros, localidades, municípios, regiões (exemplos: associações negras recreativas, culturais, educativas, artísticas, de assistência, de pesquisa, irmandades religiosas, grupos do Movimento Negro). Será dado destaque a acontecimentos e realizações próprios de cada região e localidade.
- Datas significativas para cada região e localidade serão devidamente assinaladas. O 13 de maio, Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo, será tratado como o dia de denúncia das repercussões das políticas de eliminação física e simbólica da população afro-brasileira no pós-abolição, e de divulgação dos significados da Lei áurea para os negros. No 20 de novembro será celebrado o Dia Nacional da Consciência Negra, entendendo-se consciência negra nos termos explicitados anteriormente neste parecer. Entre outras datas de significado histórico e político deverá ser assinalado o 21 de março, Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial.
- Em História da África, tratada em perspectiva positiva, não só de denúncia da miséria e discriminações que atingem o continente, nos tópicos pertinentes se fará articuladamente com a história dos afrodescendentes no Brasil e serão abordados temas relativos: - ao papel dos anciãos e dos griots como guardiões da memória histórica; - à história da ancestralidade e religiosidade africana; - aos núbios e aos egípcios, como civilizações que contribuíram decisivamente para o desenvolvimento da humanidade; - às civilizações e organizações políticas pré-coloniais, como os reinos do Mali, do Congo e do Zimbábue; - ao tráfico e à escravidão do ponto de vista dos escravizados; - ao papel de europeus, de asiáticos e também de africanos no tráfico; - à ocupação colonial na perspectiva dos africanos; - às lutas pela independência política dos países africanos; - às ações em prol da união africana em nossos dias, bem como o papel da União Africana, para tanto; - às relações entre as culturas e as histórias dos povos do continente africano e os da diáspora; - à formação compulsória da diáspora, vida e existência cultural e histórica dos africanos e seus descendentes fora da África; - à diversidade da diáspora, hoje, nas Américas, Caribe, Europa, Ásia; - aos acordos políticos, econômicos, educacionais e culturais entre África, Brasil e outros países da diáspora.
- O ensino de Cultura Afro-Brasileira destacará o jeito próprio de ser, viver e pensar manifestado tanto no dia a dia, quanto em celebrações como congadas, moçambiques, ensaios, maracatus, rodas de samba, entre outras.
- O ensino de Cultura Africana abrangerá: - as contribuições do Egito para a ciência e filosofia ocidentais; - as universidades africanas Timbaktu, Gao, Djene que floresciam no século XVI; - as tecnologias de agricultura, de beneficiamento de cultivos, de mineração e de edificações trazidas pelos escravizados, bem como a produção científica, artística (artes plásticas, literatura, música, dança, teatro) política, na atualidade.
- O ensino de História e de Cultura Afro-Brasileira, se fará por diferentes meios,

inclusive, a realização de projetos de diferentes naturezas, no decorrer do ano letivo, com vistas à divulgação e estudo da participação dos africanos e de seus descendentes em episódios da história do Brasil, na construção econômica, social e cultural da nação, destacando-se a atuação de negros em diferentes áreas do conhecimento, de atuação profissional, de criação tecnológica e artística, de luta social (tais como: Zumbi, Luiza Nahim, Aleijadinho, Padre Maurício, Luiz Gama, Cruz e Souza, João Cândido, André Rebouças, Teodoro Sampaio, José Correia Leite, Solano Trindade, Antonieta de Barros, Edison Carneiro, Lélia Gonzáles, Beatriz Nascimento, Milton Santos, Guerreiro Ramos, Clóvis Moura, Abdias do Nascimento, Henrique Antunes Cunha, Tereza Santos, Emmanuel Araújo, Cuti, Alzira Rufino, Inaicyra Falcão dos Santos, entre outros).

- O ensino de História e Cultura Africana se fará por diferentes meios, inclusive a realização de projetos de diferente natureza, no decorrer do ano letivo, com vistas à divulgação e estudo da participação dos africanos e de seus descendentes na diáspora, em episódios da história mundial, na construção econômica, social e cultural das nações do continente africano e da diáspora, destacando-se a atuação de negros em diferentes áreas do conhecimento, de atuação profissional, de criação tecnológica e artística, de luta social (entre outros: rainha Nzinga, Toussaint-L'Ouverture, Martin Luther King, Malcom X, Marcus Garvey, Aimé Cesaire, Léopold Senghor, Mariama Bâ, Amílcar Cabral, Cheik Anta Diop, Steve Biko, Nelson Mandela, Aminata Traoré, Christiane Taubira).

Para tanto, os sistemas de ensino e os estabelecimentos de Educação Básica, nos níveis de Educação Infantil, Educação Fundamental, Educação Média, Educação de Jovens e Adultos, Educação Superior, precisarão providenciar:

- Registro da história não contada dos negros brasileiros, tais como em remanescentes de quilombos, comunidades e territórios negros urbanos e rurais.
- Apoio sistemático aos professores para elaboração de planos, projetos, seleção de conteúdos e métodos de ensino, cujo foco seja História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e a Educação das Relações Étnico-Raciais.
- Mapeamento e divulgação de experiências pedagógicas de escolas, estabelecimentos de ensino superior, secretarias de educação, assim como levantamento das principais dúvidas e dificuldades dos professores em relação ao trabalho com a questão racial na escola e encaminhamento de medidas para resolvê-las, feitos pela administração dos sistemas de ensino e por Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros.
- Articulação entre os sistemas de ensino, estabelecimentos de ensino superior, centros de pesquisa, Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, escolas, comunidade e movimentos sociais, visando à formação de professores para a diversidade étnico-racial.
- Instalação, nos diferentes sistemas de ensino, de grupo de trabalho para discutir e coordenar planejamento e execução da formação de professores para atender ao disposto neste parecer quanto à Educação das Relações Étnico-Raciais e ao determinado nos Art. 26 e 26A da Lei 9394/1996, com o apoio do Sistema Nacional de Formação Continuada e Certificação de Professores do MEC.

- Introdução, nos cursos de formação de professores e de outros profissionais da educação: de análises das relações sociais e raciais no Brasil; de conceitos e de suas bases teóricas, tais como racismo, discriminações, intolerância, preconceito, estereótipo, raça, etnia, cultura, classe social, diversidade, diferença, multiculturalismo; de práticas pedagógicas, de materiais e de textos didáticos, na perspectiva da reeducação das relações étnico-raciais e do ensino e aprendizagem da História e cultura dos Afro-brasileiros e dos Africanos.
- Inclusão de discussão da questão racial como parte integrante da matriz curricular, tanto dos cursos de licenciatura para Educação Infantil, os anos iniciais e finais da Educação Fundamental, Educação Média, Educação de Jovens e Adultos, como de processos de formação continuada de professores, inclusive de docentes no Ensino Superior.
- Inclusão, respeitada a autonomia dos estabelecimentos do Ensino Superior, nos conteúdos de disciplinas e em atividades curriculares dos cursos que ministra, de Educação das Relações Étnico-Raciais, de conhecimentos de matriz africana e/ou que dizem respeito à população negra. Por exemplo: em Medicina, entre outras questões, estudo da anemia falciforme, da problemática da pressão alta; em Matemática, contribuições de raiz africana, identificadas e descritas pela Etno-Matemática; em Filosofia, estudo da filosofia tradicional africana e de contribuições de filósofos africanos e afrodescendentes da atualidade.
- Inclusão de bibliografia relativa à história e cultura afro-brasileira e africana às relações étnico-raciais, aos problemas desencadeados pelo racismo e por outras discriminações, à pedagogia anti-racista nos programas de concursos públicos para admissão de professores.
- Inclusão, em documentos normativos e de planejamento dos estabelecimentos de ensino de todos os níveis - estatutos, regimentos, planos pedagógicos, planos de ensino - de objetivos explícitos, assim como de procedimentos para sua consecução, visando ao combate do racismo, das discriminações, e ao reconhecimento, valorização e ao respeito das histórias e culturas afro-brasileira e africana.
- Previsão, nos fins, responsabilidades e tarefas dos conselhos escolares e de outros órgãos colegiados, do exame e encaminhamento de solução para situações de racismo e de discriminações, buscando-se criar situações educativas em que as vítimas recebam apoio requerido para superar o sofrimento e os agressores, orientação para que compreendam a dimensão do que praticaram e ambos, educação para o reconhecimento, valorização e respeito mútuos.
- Inclusão de personagens negros, assim como de outros grupos étnico-raciais, em cartazes e outras ilustrações sobre qualquer tema abordado na escola, a não ser quando tratar de manifestações culturais próprias, ainda que não exclusivas, de um determinado grupo étnico-racial.
- Organização de centros de documentação, bibliotecas, midioteças, museus, exposições em que se divulguem valores, pensamentos, jeitos de ser e viver dos diferentes grupos étnico-raciais brasileiros, particularmente dos afrodescendentes.

- Identificação, com o apoio dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, de fontes de conhecimentos de origem africana, a fim de selecionarem-se conteúdos e procedimentos de ensino e de aprendizagens;
- Incentivo, pelos sistemas de ensino, a pesquisas sobre processos educativos orientados por valores, visões de mundo, conhecimentos afro-brasileiros e indígenas, com o objetivo de ampliação e fortalecimento de bases teóricas para a educação brasileira.
- Identificação, coleta, compilação de informações sobre a população negra, com vistas à formulação de políticas públicas de Estado, comunitárias e institucionais.
- Edição de livros e de materiais didáticos, para diferentes níveis e modalidades de ensino, que atendam ao disposto neste parecer, em cumprimento ao disposto no Art. 26A da LDB, e, para tanto, abordem a pluralidade cultural e a diversidade étnico-racial da nação brasileira, corrijam distorções e equívocos em obras já publicadas sobre a história, a cultura, a identidade dos afrodescendentes, sob o incentivo e supervisão dos programas de difusão de livros educacionais do MEC – Programa Nacional do Livro Didático e Programa Nacional de Bibliotecas Escolares (PNBE).
- Divulgação, pelos sistemas de ensino e mantenedoras, com o apoio dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, de uma bibliografia afro-brasileira e de outros materiais como mapas da diáspora, da África, de quilombos brasileiros, fotografias de territórios negros urbanos e rurais, reprodução de obras de arte afro-brasileira e africana a serem distribuídos nas escolas da rede, com vistas à formação de professores e alunos para o combate à discriminação e ao racismo.
- Oferta de Educação Fundamental em áreas de remanescentes de quilombos, contando as escolas com professores e pessoal administrativo que se disponham a conhecer física e culturalmente, a comunidade e a formar-se para trabalhar com suas especificidades.
- Garantia, pelos sistemas de ensino e entidades mantenedoras, de condições humanas, materiais e financeiras para execução de projetos com o objetivo de Educação das Relações Étnico-raciais e estudo de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, assim como organização de serviços e atividades que controlem, avaliem e redimensionem sua consecução, que exerçam fiscalização das políticas adotadas e providenciem correção de distorções.
- Realização, pelos sistemas de ensino federal, estadual e municipal, de atividades periódicas, com a participação das redes das escolas públicas e privadas, de exposição, avaliação e divulgação dos êxitos e dificuldades do ensino e aprendizagem de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e da Educação das Relações Étnico-Raciais; assim como comunicação detalhada dos resultados obtidos ao Ministério da Educação, à Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, ao Conselho Nacional de Educação, e aos respectivos conselhos Estaduais e Municipais de Educação, para que encaminhem providências, quando for o caso.
- Adequação dos mecanismos de avaliação das condições de funcionamento dos estabelecimentos de ensino, tanto da educação básica quanto superior, ao disposto neste Parecer; inclusive com a inclusão nos formulários, preenchidos pelas comissões

de avaliação, nos itens relativos a currículo, atendimento aos alunos, projeto pedagógico, plano institucional, de quesitos que contemplem as orientações e exigências aqui formuladas.

- Disponibilização deste parecer, na sua íntegra, para os professores de todos os níveis de ensino, responsáveis pelo ensino de diferentes disciplinas e atividades educacionais, assim como para outros profissionais interessados a fim de que possam estudar, interpretar as orientações, enriquecer, executar as determinações aqui feitas e avaliar seu próprio trabalho e resultados obtidos por seus alunos, considerando princípios e critérios apontados.

Obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras, Educação das Relações Étnico-Raciais e os Conselhos de Educação

Diretrizes são dimensões normativas, reguladoras de caminhos, embora não fechadas a que historicamente possam, a partir das determinações iniciais, tomar novos rumos. Diretrizes não visam a desencadear ações uniformes, todavia, objetivam oferecer referências e critérios para que se implantem ações, as avaliem e reformulem no que e quando necessário.

Estas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, na medida em que procedem de ditames constitucionais e de marcos legais nacionais, na medida em que se referem ao resgate de uma comunidade que povoou e construiu a nação brasileira, atingem o âmago do pacto federativo. Nessa medida, cabe aos conselhos de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios aclimatar tais diretrizes, dentro do regime de colaboração e da autonomia de entes federativos, a seus respectivos sistemas, dando ênfase à importância de os planejamentos valorizarem, sem omitir outras regiões, a participação dos afrodescendentes, do período escravista aos nossos dias, na sociedade, economia, política, cultura da região e da localidade; definindo medidas urgentes para formação de professores; incentivando o desenvolvimento de pesquisas bem como envolvimento comunitário.

A esses órgãos normativos cabe, pois, a tarefa de adequar o proposto neste parecer à realidade de cada sistema de ensino. E, a partir daí, deverá ser competência dos órgãos executores - administrações de cada sistema de ensino, das escolas - definir estratégias que, quando postas em ação, viabilizarão o cumprimento efetivo da Lei de Diretrizes e Bases que estabelece a formação básica comum, o respeito aos valores culturais, como princípios constitucionais da educação tanto quanto da dignidade da pessoa humana (inciso III do art. 1), garantindo-se a promoção do bem de todos, sem preconceitos (inciso IV do Art. 3) a prevalência dos direitos humanos (inciso II do art. 4º) e repúdio ao racismo (inciso VIII do art. 4º).

Cumprir a Lei é, pois, responsabilidade de todos e não apenas do professor em sala de aula. Exige-se, assim, um comprometimento solidário dos vários elos do sistema de ensino brasileiro, tendo-se como ponto de partida o presente parecer, que junto com outras diretrizes e pareceres e resoluções, têm o papel articulador e coordenador da organização da educação nacional.

II – VOTO DA COMISSÃO

Face ao exposto e diante de direitos desrespeitados, tais como:

- o de não sofrer discriminações por ser descendente de africanos;

- o de ter reconhecida a decisiva participação de seus antepassados e da sua própria na construção da nação brasileira;
- o de ter reconhecida sua cultura nas diferentes matrizes de raiz africana;
 - diante da exclusão secular da população negra dos bancos escolares, notadamente em nossos dias, no ensino superior;
 - diante da necessidade de crianças, jovens e adultos estudantes sentirem-se contemplados e respeitados, em suas peculiaridades, inclusive as étnico-raciais, nos programas e projetos educacionais;
 - diante da importância de reeducação das relações étnico/raciais no Brasil;
 - diante da ignorância que diferentes grupos étnico-raciais têm uns dos outros, bem como da necessidade de superar esta ignorância para que se construa uma sociedade democrática;
 - diante, também, da violência explícita ou simbólica, gerada por toda sorte de racismos e discriminações, que sofrem os negros descendentes de africanos;
 - diante de humilhações e ultrajes sofridos por estudantes negros, em todos os níveis de ensino, em consequência de posturas, atitudes, textos e materiais de ensino com conteúdos racistas;
 - diante de compromissos internacionais assumidos pelo Brasil em convenções, entre outros os da Convenção da UNESCO, de 1960, relativo ao combate ao racismo em todas as formas de ensino, bem como os da Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Discriminações Correlatas, 2001;
 - diante da Constituição Federal de 1988, em seu Art. 3º, inciso IV, que garante a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; do inciso 42 do Artigo 5º que trata da prática do racismo como crime inafiançável e imprescritível; do § 1º do Art. 215 que trata da proteção das manifestações culturais;
 - diante do Decreto 1.904/1996, relativo ao Programa Nacional de Direitos Humanos que assegura a presença histórica das lutas dos negros na constituição do país;
 - diante do Decreto 4.228, de 13 de maio de 2002, que institui, no âmbito da Administração Pública Federal, o Programa Nacional de Ações Afirmativas;
 - diante das Leis 7.716/1999, 8.081/1990 e 9.459/1997 que regulam os crimes resultantes de preconceito de raça e de cor e estabelecem as penas aplicáveis aos atos discriminatórios e preconceituosos, entre outros, de raça, cor, religião, etnia ou procedência nacional;
 - diante do inciso I da Lei 9.394/1996, relativo ao respeito à igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; diante dos Arts 26, 26 A e 79 B da Lei 9.394/1996, estes últimos introduzidos por força da Lei 10.639/2003, proponho ao Conselho Pleno:
 - a) instituir as Diretrizes explicitadas neste parecer e no projeto de Resolução em anexo, para serem executadas pelos estabelecimentos de ensino de diferentes níveis e modalidades, cabendo aos sistemas de ensino, no âmbito de sua jurisdição, orientá-los, promover a formação dos professores para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, e para Educação das Relações Étnico-Raciais, assim como supervisionar o cumprimento das diretrizes;
 - b) recomendar que este Parecer seja amplamente divulgado, ficando disponível no *site* do Conselho Nacional de Educação, para consulta dos professores e de outros interessados.

Brasília-DF, 10 de março de 2004.

Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva – Relatora

Carlos Roberto Jamil Cury – Membro

Francisca Novantino Pinto de Ângelo – Membro

Marília Ancona-Lopez – Membro

III – DECISÃO DO CONSELHO PLENO

O Conselho Pleno aprova por unanimidade o voto da Relatora.

Sala das Sessões, 10 em março de 2004.

Conselheiro José Carlos Almeida da Silva – Presidente

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana

O Presidente do Conselho Nacional de Educação, tendo em vista o disposto no Art. 9º, do § 2º, alínea “C”, da Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, e com fundamento no Parecer CNE/CP 003/2004, de 10 de março de 2004, peça indispensável do conjunto das presentes Diretrizes Curriculares Nacionais, homologado pelo Ministro da Educação em de 2004,

RESOLVE

Art. 1º - A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem observadas pelas instituições de ensino de Educação Básica, nos níveis de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Média, Educação de Jovens e Adultos, bem como na Educação Superior, em especial no que se refere à formação inicial e continuada de professores, necessariamente quanto à Educação das Relações Étnico-Raciais; e por aquelas de Educação Básica, nos termos da Lei 9394/96, reformulada por forma da Lei 10639/2003, no que diz respeito ao ensino sistemático de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, em especial em conteúdos de Educação Artística, Literatura e História do Brasil.

Art. 2º - As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africanas se constituem de orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação das Relações Étnico-Raciais e do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Art. 3º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana têm por meta a educação de cidadãos atuantes no seio da sociedade brasileira que é multicultural e pluriétnica, capazes de, por meio de relações étnico-sociais positivas, construir uma nação democrática.

§1º A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto ao seu pertencimento étnico-racial - descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, ter igualmente respeitados seus direitos, valorizada sua identidade e assim participem da consolidação da democracia brasileira.

§2º O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, meio privilegiado para a educação das relações étnico-raciais, tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, garantia de seus direitos de cidadãos, reconhecimento e igual valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, européias, asiáticas.

Art. 4º Os conteúdos, competências, atitudes e valores a serem aprendidos com a Educação das Relações Étnico-Raciais e o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira, bem como de História e Cultura Africana, serão estabelecidos pelos estabelecimentos de ensino e seus professores, com o apoio e supervisão dos sistemas de ensino, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas, atendidas as indicações, recomendações, diretrizes explicitadas no Parecer CNE/CP 003/2004.

Art. 5º Os sistemas e os estabelecimentos de ensino poderão estabelecer canais de comunicação com grupos do Movimento Negro, grupos culturais negros, instituições formadoras de professores, núcleos de estudos e pesquisas, como os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, com a finalidade de buscar subsídios e trocar experiências para planos institucionais, planos pedagógicos, planos e projetos de ensino.

Art. 6º Os sistemas de ensino e as entidades mantenedoras incentivarão e criarão condições materiais e financeiras, assim como proverão as escolas, seus professores e alunos de material bibliográfico e de outros materiais didáticos necessários para a educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; as coordenações pedagógicas promoverão o aprofundamento de estudos, para que os professores concebam e desenvolvam unidades de estudos, projetos e programas, abrangendo os diferentes componentes curriculares.

Art. 7º As instituições de ensino superior, respeitada a autonomia que lhe é devida, incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos diferentes cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 003/2004.

Art. 8º Os sistemas de ensino tomarão providências para que seja respeitado o direito de alunos afrodescendentes também freqüentarem estabelecimentos de ensino que contem com instalações e equipamentos sólidos, atualizados, com professores competentes no domínio dos conteúdos de ensino, comprometidos com a educação de negros e não negros, no sentido de que venham a relacionar-se com respeito, sendo capazes de corrigir posturas, atitudes, palavras que impliquem desrespeito e discriminação.

Art. 9º Nos fins, responsabilidades e tarefas dos órgãos colegiados dos estabelecimentos de ensino, será previsto o exame e encaminhamento de solução para situações de discriminação, buscando-se criar situações educativas para o reconhecimento, valorização e respeito da diversidade.

§ Único: As situações de racismo serão tratadas como crimes imprescritíveis e inafiançáveis, conforme prevê o Art. 5º, XLII da Constituição Federal de 1988.

Art. 10 Os estabelecimentos de ensino de diferentes níveis, com o apoio e supervisão dos sistemas de ensino desenvolverão a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, obedecendo as diretrizes do Parecer CNE/CP 003/2004, o que será considerado na avaliação de suas condições de funcionamento.

Art. 11 Os sistemas de ensino incentivarão pesquisas sobre processos educativos orientados por valores, visões de mundo, conhecimentos afro-brasileiros, ao lado de pesquisas de mesma natureza junto aos povos indígenas, com o objetivo de ampliação e fortalecimento de bases teóricas para a educação brasileira.

Art. 12 Os sistemas de ensino orientarão e supervisionarão para que a edição de livros e de outros materiais didáticos atenda ao disposto no Parecer CNE/CP 003/2004, no cumprimento da legislação em vigor.

Art. 13 Aos conselhos de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios caberá aclimatar as Diretrizes Curriculares Nacionais instituídas por esta Resolução, dentro do regime de colaboração e da autonomia de entes federativos e seus respectivos sistemas.

Art. 14 Os sistemas de ensino promoverão junto com ampla divulgação do Parecer CNE/CP 003/2004 e dessa Resolução, atividades periódicas, com a participação das redes das escolas públicas e privadas, de exposição, avaliação e divulgação dos êxitos e dificuldades do ensino e aprendizagens de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e da Educação das Relações Étnico-Raciais; assim como comunicarão, de forma detalhada, os resultados obtidos ao Ministério da Educação, à Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, ao Conselho Nacional de Educação e aos respectivos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, para que encaminhem providências, que forem requeridas.

Art. 15 Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília(DF), 10 de março de 2004.

festival
da mulher
afro
latino
americana
e caribenha



Latinidades

Participante

VA

Cole
1984

E



CENSO: SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA

Tatiana Nascimento

Boa tarde. Vim aqui falar sobre invisibilidades. Além de participar da Coturno de Vênus e do Fórum de Mulheres Negras eu sou pesquisadora do Geraju, que é um grupo de estudos de educação e políticas públicas sobre gênero, raça, etnia e juventude, coordenado pela professora Denise Botelho, e que algumas pessoas aqui devem conhecer. Faço parte, ainda, do Núcleo de Estudos da Diversidade Sexual e de Gênero (Nedig). O Nedig está coordenando um projeto financiado pela Secad/MEC, não sei se vocês estavam presentes aqui na mesa sobre educação, mas é um projeto chamado *Vidas plurais*, de enfrentamento do sexismo e da homofobia na escola. Eu sou uma das coordenadoras e tenho dado aula para professores e professoras da Secretaria da Educação sobre diversidade sexual e de gênero. E por ser uma das pessoas negras da equipe a questão do enfrentamento ao racismo está sempre presente. Eu estou contando tudo isso, talvez fuja um pouco do meu roteiro aqui, mas vou fazer o máximo para compartilhar com vocês quem eu sou e explicar um pouco das coisas que faço por causas como desse curso *Vidas plurais*.

Ontem, como vocês devem se lembrar, foi o dia 25 de novembro, que é o Dia Internacional de Luta pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Por causa disso o *Vidas plurais* e a Coturno de Vênus fizeram um ovulário – seminário – sobre a Lei Maria da Penha em uma escola de Santa Maria para as professoras e professores cursistas do *Vidas*

plurais e para a comunidade em geral. Fomos em uma escola de Santa Maria, chegando lá, como a gente acabou de passar pelo 20 de novembro, percebemos algumas escolas tentando implementar a Lei nº 11.645. Nessa escola a tentativa foi produzir trabalhos com alunas e alunos sobre consciência negra com o movimento *Black Power*. A escola estava cheia de cartazes. Um dos cartazes tinha fotos de algumas alunas e alunos que desfilaram em uma apresentação da consciência negra e tinham ganhado premiações. Havia por volta de dez, 11 pessoas no cartaz e uns três ou quatro eram meninos, um desses foi o vencedor geral do desfile. Quando a gente chegou às 8 horas da manhã para o evento o cartaz estava lá muito bonito com as fotos, bem colorido, vários textos e outros trabalhos. Quando a gente saiu para o almoço os cartazes estavam todos rasgados, as fotos pichadas, riscadas de caneta e na foto desse menino que foi o vencedor geral do desfile estava escrito *gay*. Isso causou muito transtorno para a escola que ficou com um pouco de dificuldade porque eu que tinha ido falar sobre violência contra mulheres e Lei Maria da Penha. Fiquei tão preocupada com esse caso a ponto de fazer um relatório para enviar para a DRE e para a Secretaria de Educação. Depois do evento eu tive um longo debate com as professoras que estavam coordenando o projeto, diretor da escola, até explicar porque eu estava querendo fazer aquilo. Eu não achava que precisava me justificar “eu estou fazendo isso porque sou uma mulher negra e estou no Fórum de Mulheres Negras”, eu achava

que bastava ser uma pessoa trabalhando com formação docente para enfrentamento do sexismo e da homofobia, porém tive um trabalho para explicar para as pessoas. É indispensável falar sobre racismo sempre, sempre e sempre, é muito triste que diversos setores de movimento negro ainda não tenham percebido que é indispensável falar sobre as homofobias sempre, sempre, sempre e sempre e é por isso toda essa história sobre o que aconteceu ontem, é para justificar a minha fala sobre algumas das interseccionalidades. Espero que vocês entendam, não que gostem nem nada.

Quero conversar sobre quatro invisibilidades, a primeira é a violência. Apesar de a gente ter um Dia Internacional de Luta para Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres e ter desde 2006 no Brasil uma lei específica que coíbe, pune, previne a violência contra as mulheres, enquanto mulher de movimento feminista lesbiana e outras mulheres de outros movimentos, temos encontrado muita dificuldade em pautar que o machismo é uma violência. E é muito recorrente, é muito invisibilizado. Por isso a gente é sempre questionada sobre a necessidade de existir uma lei que proteja as mulheres da violência, a gente precisa explicar que a violência existe mesmo, que a lei comenta ela em cinco formas, cada uma dessas formas tem suas peculiaridades e invisibilidades.

Parece que a gente sempre tem que ficar lembrando que no Brasil o sexismo é excelentemente racista e o racismo é por excelência sexista. Foi

assim que se construiu aqui, essa é a cara da nossa história, alguns tipos de violência, mesmo subvisibilizadas e tratadas com bastante indiferença, conseguem aparecer mais que outras. Dentro dessa grande definição de violência contra as mulheres algumas são mais invisíveis ainda. Parece que a violência contra a mulher negra é um problema que a gente não tem que enfrentar porque vive numa sociedade que é racialmente democrática em termos de gênero. Mas, dentro da violência invisibilizada, a violência psicológica é uma das mais graves. Por que interessa falar sobre isso para nós enquanto mulheres negras? Porque a violência psicológica tem sido uma das principais armadilhas para acabar com a nossa autoestima, com o nosso amor próprio, com a nossa saúde integral. No caso da violência psicológica tipificada dentro da Lei Maria da Penha, e invisibilizada socialmente, os danos que a violência traz à vida das mulheres que enfrentam situações de violência não física e não sexual, que são os tipos mais conhecidos pela gente, são internalizados de tal forma que resultam em outras coisas invisíveis.

A segunda coisa invisível sobre a qual eu quero falar para vocês é a fibromialgia. Não sou pesquisadora da área de saúde, como falei com vocês eu trabalho com educação e principalmente com a palavra, sou formada em Português e realizo pesquisas sobre análise de discursos e mulheres negras. Eu não tenho dados e indicativos para comentar com vocês. Eu tenho as impressões que percebo ao lon-

go de minha vida enquanto ativista. Uma delas é a fibromialgia, doença que não existe para o sistema de saúde, não existe porque recentemente uma grande amiga minha estava numa crise muito forte de fibromialgia a ponto de não conseguir andar. Fomos ao centro de saúde e lá ouvimos de um médico que fibromialgia não existia. Além de a fibromialgia ser considerada uma doença que não existe para a saúde eu também percebo que é uma doença que tem acometido principalmente mulheres negras. De todas as pessoas que conheço portadoras de fibromialgia, e não são poucas, quase todas são mulheres negras. Conheço duas pessoas do universo de cerca de 15 pessoas. Dessas, apenas uma pessoa é não mulher e não negra, um homem branco e uma mulher não negra. Todas as outras pessoas que conheço que têm fibromialgia são mulheres negras. Compartilhando essa percepção e esse estranhamento com outras pessoas que conhecem pessoas que têm fibromialgia, o entendimento é bem parecido. A fibromialgia, que é uma doença muito difícil de diagnosticar, não é que nem um osso que está quebrado e você engessa, põe emplastro e conserta, não é como um músculo que distendeu. Não é assim, é uma doença que tem a ver com o sistema nervoso, não é tangível, então é uma doença que é entendida como incurável. Na Universidade Estadual do Rio de Janeiro existe um núcleo de estudos na área de Educação Física, que é um programa de tratamento de fibromialgia. Uma amiga minha que se mudou para o Rio de Janeiro está nesse núcleo, ela é uma mulher negra e relatou que em toda a história do núcleo, que tem mais ou menos dez anos,

só um homem passou pelo tratamento, somente um homem. Conta, ainda, que todas as mulheres que fazem tratamento com ela nessa turma a maioria é mulher negra como ela, com histórias de vida muito triste porque a gente sabe que o racismo não só mata como enlouquece, adocece, deixa a gente fraca, desacreditada da gente mesma, lesadas de várias formas. Eu espero que vocês não entendam com isso que eu estou querendo dizer que a fibromialgia é uma doença que sempre acontece por causa da violência. Não tenho nenhuma pesquisa, mas penso que tem muito a ver com a violência psicológica. Enquanto eu trabalhei no Margarida, que é um programa do Hospital Regional da Asa Norte, no atendimento à mulheres em situação de violência, muitas das mulheres em situação de violência doméstica atendidas tinham fibromialgia. Por isso é que eu consigo falar com alguma tranquilidade sobre isso, eu também não estou querendo falar que a fibromialgia é uma doença com incidência preferencial na população negra, como a gente já tem estudos sobre outras doenças; diabetes, miomas uterinos, hipertensão. A gente precisa criar uma cultura de justificar as nossas coisas de algumas formas que às vezes a gente não tem acesso.

Deve ser muito difícil entender como a doença, alguma coisa que acomete um segmento populacional muito invisibilizado que é o de mulheres negras, e essa miopia, essa invisibilização está sendo praticada por outro segmento populacional que está no outro extremo da relação. A gente nunca pode esquecer que a medicina é mais do

que elitizada, é majoritariamente praticada por homens brancos. Os obstetras são homens, não são as parteiras. Talvez seja muito fácil dizer que a fibromialgia não existe porque são homens brancos falando sobre isso. Mas as constantes dores, desânimo, cansaço, vontade de não fazer nada, que são sintomas da fibromialgia, são entendidas como frescura e preguiça das mulheres. Essa medicina ocidental branca tem conseguido, com muito sucesso, transformar as nossas demandas e os sintomas do racismo e do sexismo em uma questão nossa. A gente tem que cuidar disso, se tem alguém da saúde aí, abraça essa ideia. De repente fazer uma pesquisa sobre fibromialgia e população negra com o recorte de gênero, pois não podemos deixar de lado.

A outra invisibilização da qual eu quero falar é que muitas dessas mulheres negras que conheço que têm fibromialgia são mulheres negras lésbicas. Acho que a gente tem repetido uma noção muito perigosa de que de acordo com o grau de violação dos direitos humanos ao qual você está vulnerável ou sendo submetida, de acordo com esse grau você é mais ou menos discriminado, mais ou menos afetado do que outras pessoas. Esse tipo de leitura é perigosa e rasa, pois coloca os movimentos sociais em disputas, eu não sei se uma mulher negra lésbica, como muitas pessoas gostam de repetir, é três vezes mais discriminadas etc. Acho que isso não é relevante aqui. Não podemos deixar de perceber que as pressões se articulam de tal forma: quanto mais identidades forem suas e quanto mais essas identidades forem entendi-

das como identidades que não precisam existir tanto mais vulnerável você vai estar. Isso penso que poderíamos dizer que não é a mesma coisa de dizer que existe uma régua da opressão, uma escala de opressão. Se enquanto mulheres nós já somos bastante invisibilizadas, a lesbiandade sequer é considerada uma possibilidade, e vocês sabem disso. A gente tem um público aqui majoritariamente feminino que eu não posso supor que é majoritariamente de lésbicas. E vocês devem se lembrar de todas às vezes em que vocês tentaram ter algum contato afetivo com alguma outra mulher e foram acusadas de serem lésbicas para impedir esse contato. A acusação da lesbiandade, que é entendida socialmente como um problema, é muito eficaz para desmobilizar as mulheres e minar a solidariedade entre a gente. Reforçar o mito de que nós somos todas competitivas e rivais excelentemente. E essa é uma acusação que mulheres de movimento social recebem sempre, sempre que alguma liderança, dirigência quer desmobilizá-la e descredibilizá-la: “será que você é sapatão porque você fala tanto, é tão masculinizada”. Ao mesmo tempo em que a lesbiandade é um pavor para a sociedade e vira índice de contaminação para evitar que as mulheres se contaminem de questionar qualquer norma de gênero, ela também é invisibilizada. É dito que não existe. E é por isso que quando as pessoas conhecem um casal de lésbicas perguntam rapidamente quem é o homem da relação. Porque duas mulheres nunca podem ter uma relação, precisa ter alguém que faça o papel de homem, senão aquela relação nunca vai existir, não é possível, é invisível, ela não existe.

Como falei no começo, é imprescindível em todos os momentos, em todos os lugares falar sobre isso. Que eu sou uma mulher negra e lésbica. Até porque isso é muito questionado “você é negra mesmo? Você é tão clarinha.” Não tem essa coisa do negra mesmo. O mito da morenidade tem roubado de muitas pessoas sua identidade, seu pertencimento racial, é muito importante falar sobre isso enquanto mulher negra lésbica porque a gente tem sido bastante invisibilizada. E aí, enfim, não tenho muitas companheiras aqui de ativismo lésbico que são negras, mas o que a gente tem feito é nunca deixar passar a nossa cor em branco. As pessoas podem facilmente assumir que a gente é não negra porque até pessoas de pele bem escura conseguem internalizar o racismo de tal forma que vão evitar essa identidade a qualquer custo. E todo mundo aqui sabe o que estou falando.

O movimento de mulheres não é uma maravilha, o mais antirracista do planeta terra a gente sabe que não. O movimento feminista tem várias dívidas com as mulheres negras, não dá conta até hoje de tratar a questão com respeito, com propriedade. Considerando isso, temos mais uma tarefa no movimento negro. A gente, enquanto movimento de mulheres negras, lésbicas ou não, tem pautado constantemente o quesito raça/ cor porque a gente existe e a gente existe inteira. A gente não é um pedaço da nossa identidade. Eu não tiro o casado da sapatão para falar aqui porque é um evento sobre negritude majoritariamente. Mas será que a gente tem conseguido colocar dentro dessa discussão a demanda pela implementação raça/ cor com o

quesito orientação sexual nos prontuários, nos formulários de anamnese, na ficha de matrícula, nos atestados de óbito, no serviço de atendimento a violência contra as mulheres, seja ele 180, o Disque 100, Disque Denúncia? A gente tem dificuldade sobre dados de violência lesbofóbica dentro da Lei Maria da Penha. Aliás, a Maria da Penha é constante alvo de retaliação, sempre tem alguém falando que ela tem que acabar, então a gente tem que ficar o tempo inteiro cuidando dela. Mas, voltando, a gente não está dando conta de colocar orientação sexual nisso e a gente precisa enquanto movimento negro ter uma conversa bem honesta sobre a homofobia que a gente também internalizou e sobre a qual a gente não quer conversar. E isso fica bem explícito, se reflete nessa invisibilização das mulheres negras lésbicas e das nossas demandas dentro do movimento. Nós existimos, somos muito barulhentas, somos muitas e estamos em todos os lugares. Que tipo de condições a gente, enquanto movimento negro, tem criado para abrir possibilidades de expressão de sexualidade que são entendidas como criminosas, pecaminosas, aberrações, não humanas? Que tipo de espaço a gente tem criado para esse debate? Como a gente tem recebido isso, como a gente tem lutado contra a invisibilização das nossas irmãs? É da minha invisibilização que estou falando, não é de uma pessoa que não está nessa sala e, portanto, a gente não consegue imaginar quem ela é. E é de mim enquanto mulher lésbica.

Finalmente, eu quero falar sobre as mortes invisíveis de mulheres negras, falar sobre direitos

sexuais, e muitas pessoas ficam muito incomodadas com isso e não entendem porque lésbicas querem tanto falar sobre aborto. Porque os direitos sexuais são inteiros, os direitos reprodutivos são inteiros, não são coisas que a gente separa e trata caso a caso. E sempre que uma mulher for punida socialmente com uma moral que diz “foi muito bom na hora de fazer, né?” isso é uma ofensa a todas as mulheres, aos direitos sexuais de todas as mulheres. Os direitos reprodutivos estão bem próximos dos direitos sexuais e sempre que uma mulher é tratada assim no hospital, por exemplo, em que ela chega depois de ter feito um abortamento inseguro e enfim, a médica ou médico, enfermeira ou enfermeiro deixa ela sangrando por horas na fila: “bem feito você tem que passar por isso mesmo, quem mandou? Não gostou na hora de fazer, não estava gostoso?” todas às vezes que qualquer direito sexual ou qualquer direito reprodutivo de uma mulher é violado, significa que todos os nossos direitos sexuais e todos os nossos direitos reprodutivos, de todas nós mulheres estão fragilizados, estão em cheque. Se nosso atendimento a saúde é dependente, está condicionado a um tipo de moral, então tudo referente a nós pode estar condicionado a algum tipo de moral. E se uma outra moral entrar em vigência podemos perder algumas coisas que nós achamos que estão bem seguras para gente, bem tranquilas. Aí é importante perceber o movimento da bancada evangélica no congresso, em ascensão. Não é um problema ter pessoas evangélicas no país não, mas é um problema ter setores evangélicos, católicos, espíritas que são fundamentalistas e que entendem que os direi-

tos humanos não compreendem os direitos sexuais e os direitos reprodutivos das mulheres e tratam isso como não direitos, privilégios ou benefícios ou justificativas para fazer safadeza.

O olhar que as pessoas me jogam quando sabem que sou lésbica nem sempre é tão receptivo quanto o de vocês, às vezes é bem aparecido com o mesmo olhar que entende uma mulher em situação de abortamento como safada. É bem parecido com o que lançam para quem está morrendo de abortamento inseguro, quem está morrendo porque o aborto foi considerado crime por homens. Quem está morrendo são mulheres negras muito jovens. Outras têm acesso ao aborto seguro, mesmo que ilegal, e não conseguimos ainda trazer para o plano da nitidez, do que está explícito dentro da nossa discussão tão preciosa sobre o genocídio da população negra. Quem está morrendo são mulheres negras jovens, isso é genocídio da população negra e não conseguimos falar sobre isso porque nós entendemos que não iremos discutir as nossas morais. Então tornamos essas mortes todas invisíveis ou a gente fala muito sobre elas, como o movimento feminista tem falado muito. Enchem a boca para falar que quem está morrendo de abortamento inseguro são as negras jovens, no entanto não tem chamado mulheres negras para discussão, são sempre mulheres brancas falando sobre isso, sempre.

Quem já me ouviu sabe que eu sempre vou trazer essa mesma frase: “a noite não adormece nos olhos das mulheres” é de Conceição Evaristo. Isso quer dizer que a gente dá conta de muita coisa, mesmo

a gente estando muito cansada, tendo muitas demandas, sendo poucas em movimento social, sendo mandadas de um lado para o outro sem obter resposta. Ainda assim, por solidariedade entre nós mulheres, é muito importante que a gente escute as demandas daquelas que a gente tem invisibilizado e por solidariedade entre nós população negra é muito importante que a gente acolha essas demandas de quem a gente tem invisibilizado.

Enfim, não é fácil para ninguém, a gente tem mesmo muito trabalho, eu sei. Mas às vezes, incluir um item numa pesquisa, uma linha a mais, sua orientação afetivo sexual, faz toda diferença. É um item na pesquisa, quem está trabalhando na academia sabe disso, é um item a ser incluído, um, e pesquisado com seriedade, é uma palavra a ser colocada. É só isso, agradeço muito a paciência de vocês, os olhares, os sorrisos, as cabeças balançando positivamente, obrigada.

Intervenções . do . público

Ângela Assis

Boa tarde. Meu nome é Ângela Assis e eu sou de liderança comunitária de associação de moradores aqui de Brasília. Eu tenho participado muito de conferências, seminários, justamente de direitos humanos nessa área. Sou membro de outras ONGs sobre os direitos adquiridos, direitos sociais que estão sendo ameaçados. A nossa democracia,

principalmente aqui em Brasília, é uma aberração e está muito ameaçada com esse governo. Todos tivemos oportunidade de acompanhar em 2009, e que ainda está numa balança ainda nessa gestão. Então, eu tenho oportunidade de te ver, Tatiana, em vários debates, em várias situações, na igualdade racial, também nos direitos humanos. Sempre pontua um tema aqui um tema ali e sempre coloca a sexualidade. O que eu assisti este ano, inclusive, foi a cobrança de posicionamento sobre a vida e a escolha sexual dos outros. Eu não sei nada sobre homossexualismo, não sei como funciona a afetividade homossexual, mas como eu estava em campanha também, eu fui candidata a deputada distrital, as pessoas me perguntavam “não, mas o fulano aquele lá é? O que você acha?” E me colocaram numa situação muito ameaçadora até porque eu tive até medo realmente de colocar meu posicionamento, dependendo de determinados grupos que eu abordava. A questão homossexual, a questão do aborto, por exemplo. O pessoal dizia “mas tu não vai votar na Dilma ou, não pode votar na Dilma porque ela é a favor do aborto, essa mulher é homossexual, ela é isso”. Então eu fiquei numa saia justa e também percebi o quanto existe não só essa discriminação sexual, a discriminação também de cor. A princípio eu dizia que a sexualidade dos outros não me interessa, a vida íntima dos outros. Acho que as pessoas têm que começar a respeitar, eu fazia esse discurso. Quanto ao aborto eu dizia imagina ver, ter a sua filha, seu filho,

sua esposa, sua irmã vítima de uma defloração forçadamente violentada; a pessoa com neném na barriga por nove meses; depois amamentar aquela criança de uma violência. Eu fazia as pessoas se questionarem porque elas estavam questionando a vida de outra, isso é muito pessoal, a sexualidade, se a pessoa quer dormir com uma vassoura está com aversão ao ser humano, se ela quer ter filho ou não. A gente tem que debater mesmo e não só aqui nessa roda, mas em todas as outras rodas que vou. Acho que essa questão tem que estar muito nítida, esclarecida. Agradeço que você está sempre levantando essa bandeira em todos os lugares, seja na Câmara Federal seja na Câmara Distrital, muito obrigada por sua presença e por estar escutando você mais uma vez. Obrigada.

Dalila Negreiros Fiocruz

Boa tarde, meu nome é Dalila. Eu sou mestranda na Fiocruz e tenho duas perguntas. Uma é que você falou da fibromialgia, eu fiquei meio preocupada porque eu conheço muita gente com fibromialgia em Brasília e tem tratamento na rede particular, eu acho que esse pode ser o enfoque na pesquisa de vocês porque a gente sabe que no âmbito do SUS é uma bagunça e tem tratamento na rede pública, na Rede Sara, mas sabemos que a Rede Sara é pública e não é pública, é tão pública quanto o Ministério Público, enfim essa questão é importante ter muito cuidado. O SUS é muito complexo, por mais que

um hospital tenha médicos com completo desconhecimento sobre várias doenças, no âmbito do SUS é reconhecido sim como doença; essa é uma questão. A segunda questão eu queria que vocês falassem um pouco sobre a saúde da população negra no Distrito Federal porque há uns dois ou três anos eu fiz uma pesquisa e o recurso era sei lá, 20 mil reais. A gente sabe que tem dinheiro que não dá para fazer nada. Eu não sei quanto está no orçamento para a saúde da população negra e o que o Distrito Federal tem feito com esse recurso. Eu tenho curiosidade em saber sobre assunto.

Fabíola Pereira Uerb

Eu sou da Bahia, estudo na Universidade Federal do Recôncavo Baiano, curso nutrição e gostaria de contar uma historinha. Embora na Bahia tenha a maior porcentagem de população negra no Brasil, eu tenho uma professora que fez um mestrado relacionado a alimentação e a saúde da população afrodescendente e em terreiros de candomblé, e no início não encontrou ninguém da área que pudesse orientar o trabalho dela. Acabou recorrendo a outra universidade para poder fazer esse mestrado e quem orientou ela foi um antropólogo. E nós estávamos discutindo justamente sobre isso, que a população negra ainda encontra muita dificuldade com relação às pesquisas. Gostaria de ressaltar que cabe a nós, na área de saúde principalmente. Existem poucas pessoas negras, existem poucas

mulheres negras, então cabe a nós fazermos esse papel de estar lutando, de estar querendo fazer pesquisa mesmo com toda resistência. Queria saber se há algum projeto, algum estímulo à pesquisa, porque nós sabemos que existem muitas doenças que são estigmatizadas, como as parasitoses. Há um tempo houve a questão da hanseníase, então são muitas questões, muitas doenças que nós podemos pesquisar e correr atrás e eu queria saber como está mais ou menos essa situação.

Domingos Leonardo

Sou professor de religião, de teologia, faço física na UnB, sou do CDT, sou missionário há 15 anos e aqui vai uma reflexão para Tatiana. Sou missionário na área há 15 anos, então eu tenho viajado nacional e internacionalmente e visto muitas culturas. Fui para a África do Sul, sei falar zulu fluentemente, sei falar latim e outras línguas que estudei para padre, para sacerdote. Eu tive que cortar meu cabelo por preconceito. Na área militar tem preconceito, em todas as áreas tem preconceito; homossexual lá dentro sofre muito preconceito. Tem a Constituição Art. 5º que defende que todos são iguais perante a lei e está escrito que todos são iguais. Como todos somos iguais, na teoria, parece que todo mundo é igual; as pessoas dizem que têm livre arbítrio de pensar, de refletir, de ser amado, que a essência de Deus é o amor, que as pessoas tem que amar o próximo como a si mesmo, que a gente tem que pregar a liberdade de expressão. Mas você anda na rua e tudo que é título você tem que provar que você tem faculdade. Nós somos seres

humanos, somos pessoas, eu fico com essa reflexão aqui, como é que a gente pode amar ao próximo como a si mesmo? Eu acredito que a beleza da vida não está na igualdade, está nas diferenças, precisamos respeitar o livre arbítrio de cada irmão para ser feliz, de ter que amar ao próximo como a si mesmo, respeitar o desejo das pessoas serem felizes do jeito que são. Muito obrigado. Fica para Tatiana a reflexão. Onde está o livre arbítrio se o Art. 5º da Constituição diz “todos são iguais perante a lei”, procure saber sobre isso, muito obrigado.

Wilson

Foafro

Eu queria fazer uma pergunta para Tatiana sobre a dificuldade que se tem em colocar educação sexual nas escolas que eu faço. O combate a todo esse tipo de discriminação passa pela educação. Outra coisa é a questão da orientação sexual e da religiosidade, porque nos terreiros é normal para nós essa coisa de orientação sexual. Você é lésbica, todo mundo te respeita. E em todos os terreiros. Dependendo, em outras religiões as pessoas não são aceitas, devido sua orientação sexual. Gostaria de saber sobre essa questão sexual e religiosa.

Tatiana Nascimento

Eu anotei tudo aqui vou tentar responder. Não sei se vou conseguir responder todas as perguntas, principalmente as de Fabíola e Dalila. As respostas são minhas percepções. Como disse no início não tenho dados ou estudos sobre.

Com relação ao ensino, uma educação para os direitos humanos que aborde de maneira honesta a educação sexual e uma educação para a diversidade sexual. O que acontece é que a gente tem uma disparidade entre realidades e mentalidades. O Brasil se compromissou federalmente com o enfrentamento da epidemia de HIV/aids. Vocês sabem do plano de enfrentamento de epidemia HIV/aids? Existe um plano de enfrentamento à feminização do HIV/aids, e todos esses projetos, planos, programas, pactos e todos esses compromissos federais têm implicações para educação. A Secretaria de Educação do Distrito Federal tinha que se juntar com a Secretaria de Saúde do Distrito Federal, que tem uma gerência de DST/aids, para conversar sobre prevenção na escola, por exemplo. Os parâmetros curriculares orientam de forma bastante compulsória uma forte sugestão de que esses temas sejam abordados em sala de aula; isso é a realidade, a mentalidade é outra coisa. Muitas pessoas não estão cumprindo. Dizem que falar sobre educação sexual na escola é incentivar adolescentes e crianças a fazerem sexo. Esse é o discurso da escola, eu tenho escutado muito isso. O que eu respondo é: “gente, peço desculpas, mas eu acho que vocês estão com uma concepção tremendamente equivocada. O incentivo à superssexualização já existe feito por outras formas, pela mídia, pelas músicas que eles escutam, por exemplo”. A escola não distribui camisinhas e não aborda a educação para uma se-

xualidade prazerosa, consensual e segura, não está tendo nenhuma influência nisso; vocês não estão influenciando nem deixando influenciar, mas estão sendo cúmplices da feminização da aids, por exemplo. A gente sabe que hoje quem está sendo mais contaminada são mulheres jovens, mulheres em idade escolar e que lá na escola têm relação sexuais. A gravidez na adolescência é um tema que é tabu, que é medo, que a escola quer evitar. Mas que não quer falar sobre prevenção, quer falar sobre castidade. Ou seja, tem disparidade entre mentalidades e realidades que a escola não está dando conta de lidar e que está colocando em baixo do tapete. Isso eu tenho percebido com a formação docente e com o contato com pessoas de várias regionais. As pessoas dizem que não podem distribuir preservativo porque vai vir um pai, uma avó, uma mãe, a pessoa responsável e vai reclamar que estão incentivando a sexualidade. Aí eu falo, gente faz uma denúncia, você tem que fazer isso, as pessoas não querem fazer denúncia, não querem estar à frente, elas têm os motivos delas, mas o que tem acontecido é isso, sobrando tudo para o movimento social. Poderia ir na minha escola fazer uma palestra sobre gravidez na adolescência? Chamaram-me recentemente. Você pode ir lá na escola falar sobre gravidez na adolescência e homofobia? Falei, não, eu posso falar sobre homofobia e diversidade sexual, mas não tenho nada para falar sobre gravidez na adolescência que vocês gostem de ouvir. Eu sou de um tipo de feminis-

mo bem específico que respeita muito os direitos sexuais, que entende que as crianças, adolescentes têm os direitos sexuais, muitas vezes exercem seus direitos sexuais e a escola não quer ouvir isso.

Com relação à religiosidade e tentando responder, sei que você não fez uma pergunta, mas tentando contemplar o seu comentário, o Brasil é um Estado que se diz laico e a percepção de laicidade que o Brasil tem não acompanha a diversidade religiosa do Brasil. O paradigma do Estado laico no Brasil é ateu e a realidade do Estado laico no Brasil é católica ou cristã hegemônica, isso a gente já sabe.

Muitas pessoas que estão entrando na Secretaria de Educação de vários estados são majoritariamente de religiões cristãs e de segmentos fundamentalistas de suas religiões. Se não concorda, você deve saber que você é minoria em sua religião, o que esta religião está dizendo é que a homossexualidade é pecado, é crime. O que o movimento social tem feito, principalmente como a gente tem acompanhado aqui o Foafo, é tentar trazer o debate de laicidade do Estado para uma mudança de paradigma. Enquanto o paradigma for ateu e a realidade for hegemonia de um tipo de religião, a gente não consegue negociar. Nós dizemos que o Estado está sendo coordenado por uma moralidade que é vinculada a uma religião específica. A resposta do Estado é: “não, o Estado é laico”. Precisamos questionar o paradigma da laicidade do Estado trazendo a discussão da diversidade re-

ligiosa como parte fundamental das nossas políticas, a religião não é uma coisa da qual a gente se despe, quem tem a sua religião está acompanhado ou acompanhada dela em todos os momentos, em todas as suas decisões. É por isso que o Lula falou se esquivando: “eu sou pela descriminalização do aborto, mesmo que eu seja católico”. O que ele está querendo dizer com isso é que enquanto político ele tem que dar conta de algumas coisas que a religião dele não está dando conta.

Ainda com relação à discussão sobre o aborto, as mulheres que abortam não são todas ateias. Inclusive há uma minoria de mulheres ateias, as que abortam são religiosas. Enfrentam conflitos espirituais profundos pela escolha que fizeram. Ainda assim não deixam de abortar. E essas coisas a gente não dá conta de falar porque o paradigma que a gente tem do Estado laico é muito perverso, a gente não consegue negociar com ele. Aí o movimento feminista está brigando sobre isso, a concordata do Brasil com o Vaticano, o Estado é laico, o Estado é laico. Gente, a Igreja Católica está aqui, a igreja do candomblé está aqui, a gente nem chama de igreja, a gente não reconhece como tal, a umbanda está aqui, o povo crente está aqui, o povo budista está aqui, o povo baiano está aqui, está todo mundo aqui, ninguém deixa sua guia, seu crucifixo, sua conta para fora do seu debate político, eu não deixo. Aí como a gente vai fazer controle social dessa visão do Estado laico? É um desafio que precisamos discutir, nós nem temos conseguido discutir sobre isso ainda. Para mim

o modelo de Estado laico como está é tão ruim quanto estados fundamentalistas teocráticos, tão ruim quanto, e isso se vira muito contra a gente. “A discussão sobre intolerância religiosa é perseguição às pessoas de religião neopentecostal”; mentira, intolerância religiosa no Brasil tem cara de racismo. Ou conversamos sobre isso ou a aceitamos o argumento “nossa religião é muito oprimida porque as pessoas falam crente de forma pejorativa”. Sinto muito, a sua religião é majoritária, não aceito essa discussão, essa discussão não cabe aqui e isso tem acontecido em vários outros setores, a discussão é enviesada, é corrompida. Temos ouvido esses mesmos ataques sobre cotas. Dizer que as religiões neopentecostais sofrem fundamentalismo religioso ou intolerância religiosa é tão perverso quanto dizer que as cotas são racismo às avessas. No entanto a gente tem ouvido isso. Acontece que religiões que já são majoritárias, que têm um número infinito de pessoas que são suas seguidoras encham o Congresso para falar de suas demandas religiosas e as nossas religiões, que as pessoas têm vergonha de falar porque elas são xingadas, porque elas são colocadas em cima de formigueiro, porque o templo delas é queimado não vão lá, não chegam lá. Então qual tipo de discussão que a gente vai fazer sobre isso? “Ah, o Estado é laico, não tem que ter nenhum paradigma religioso”; não, não é assim, o Estado é laico, vivemos numa sociedade que é multirreligiosa e esse paradigma tem que estar refletido na laicidade do Estado. E isso, obviamente, vai ter que ser discutido nas políticas de educação. Tem muita gente que

é muito bem formada, mas que é muito ignorante. Demóstenes Torres é muito bem formado e ele é completamente ignorante.

Sobre o que Dalila e Fabíola comentaram o que posso dizer é que o programa operativo do plano de saúde da população negra só funciona, a verba só é destinada, para os estados que são signatários. O plano é uma política federal, a gente não conseguiu estabelecer em âmbito local. O Distrito Federal não é signatário. Montou, forjou a montagem do comitê técnico de saúde da população negra, não fez, não cumpriu sua tarefa que era compulsoriamente convocar o movimento social para fazer parte. Ficou uma mesa de técnicos, de senhores brancos técnicos que não fizeram nada. Qual é a nossa esperança? Conversar com a nova gestão, ela é a melhor do mundo? Não, inclusive no âmbito da saúde é bem problemática e tem várias críticas, mas o que precisamos fazer é o controle social, é muito difícil porque nem sempre estamos na disposição de fazer essas coisas. O quadro da saúde da população negra no Distrito Federal é o pior possível. Se você vai na fila de esterilização de mulheres por causa de mioma é uma fila de mulheres negras. Nos hospitais públicos, então, novamente a gente está sendo vitimizada por esterilização em massa. O quadro é o pior possível, não sei o que podia estar pior, nem quero imaginar para não dar brecha para acontecer.

Quanto aos incentivos e pesquisas sobre isso têm premiações. A gente tem uma secretaria com

status de ministério, tem um comitê nacional, um comitê técnico de saúde da população negra nacional, agora dinheiro para pesquisa a gente tem? Não, não tem dinheiro para fazer pesquisa com gente preta, não tem dinheiro para fazer pesquisa com sapatão, não tem dinheiro para fazer pesquisa com veado, só quem consegue fazer pesquisa com veado é a ABGLT. Mas percebo que as pesquisas estão acontecendo principalmente de forma isolada, as pessoas entram nos seus mestrados, doutorados e fazem as pesquisas e as pessoas estão saindo do Brasil para ter bolsa em outros lugares.

Agora eu acho que a fibromialgia é invisibilizada porque se o SUS entende e aceita e defende, enfim, diz lá sim existe fibromialgia, o médico lá na ponta esta dizendo que não existe. Então não é uma política do SUS porque o SUS não é uma entidade, o SUS é uma política realizada por pessoas, aí o que precisamos fazer? Acho que é nós mesmas não estar esperando o Estado, é a formação de profissionais. A Lei Maria da Penha tem notificação compulsória, algum hospital notifica compulsoriamente quando chega uma mulher em situação de violência? Não. Fala “ah concilia é um homem tão bom”. Não notifica, é subnotificação, é isso que está acontecendo. Controle social, ou a gente faz controle social ou vai continuar tudo do mesmo jeito.

Finalmente respondendo a Ângela, a gente foi parceira em muitos eventos nesses anos, espero que você entenda isso de forma bem tranquila como estou te falando de forma bem tranquila. A gente não tem mais tempo de tratar orientações homossexuais, não heterossexuais como uma questão íntima.

Primeiro porque o feminismo está dizendo há muito tempo que o pessoal é político, segundo porque é gente enquanto pessoas negras é só ou é tanto. Intimidade e aspectos materiais, aspectos corporais, aspectos de como a gente parece. Então a nossa luta não é uma abstração, é sobre corpos, é sobre peles, é sobre como corpos e peles têm sido recebidos e tratados, não está fora da materialidade.

A luta pelo respeito à diversidade sexual é uma luta muito material. Não só no sentido de dizer respeito a corpos, corporeidades, o que é feito com os corpos, mas porque tem sido feito coisas com esses corpos que a gente não pode mais fechar a cara, a gente não pode mais ignorar. Uma escola que tem alguma iniciativa de enfrentamento do racismo e cola as fotos de estudantes para comemorar isso e num intervalo de três horas um cartaz de um estudante negro – ele era o de pele mais escura, negro mesmo como o povo gosta de falar, ele era o pretinho das fotos, ninguém era pretinho que nem ele – estava riscado, rasgado e escrito *gay*. O que ele faz com a sexualidade dele não é problema só dele, importa para todo mundo, diferentemente de dormir com uma vassoura. Se eu durmo com uma mulher todo mundo quer saber como eu durmo, há quanto tempo eu durmo, o que a gente faz quando está dormindo, o que minha família acha do que a gente faz quando a gente está dormindo. “Será que sua família aceitou?”, “Por que você é assim?”, “Você vem de uma família desestruturada?” Não existe mais isso, e se nós estamos na disputa do acesso por postos representativos, enquanto deputada distrital, todas às vezes que você concorrer a um

posto desse o movimento de mulheres lésbicas e o movimento LGBT vai te cobrar. Porque hoje o Brasil é campeão no assassinato de lésbicas, gays, transexuais e travestis. Então se você está concorrendo a um cargo público e não vai se posicionar quanto a isso você vai ser cobrada, isso é muito diferente de fazer cobrança quanto a sua sexualidade. Não é a mesma coisa, a nossa sexualidade não é uma vassoura. Dormir com uma vassoura pode causar risadas, pode parecer bizarro, mas não causa incômodo numa norma de família, não é um estranhamento, você pode ser uma pessoa solteira e ser mãe solteira e levar sua filha para escola, todo mundo sabe que você é mãe solteira, todo mundo sabe sobre isso. O Ipea tem uma pesquisa que mostra que lares chefiados por mãe solteira está cada vez maior, é um tabu, as mães solteiras são mal faladas, sim, mas elas estão aí e a escola não manda um bilhete para ela. Agora se eu e a minha companheira temos uma filha ou um filho e vamos para a escola isso é um problema. Então diferente de dormir com uma vassoura, ou de dormir sozinha, se você dorme com alguém do mesmo sexo que você isso é um incômodo. A gente não está mais no momento de tratar as coisas com inocência, a gente tem tratado muitas coisas com ingenuidade como se tudo o que a gente fizer sobre aquilo vai ser bom. Se eu coloquei um *boton* aqui do arco íris está bom, eu já contemplei a causa LGBT. Não, eu quero saber o que você está fazendo, o que você pensa sobre a criminalização da homofobia, é isso que quero saber, eu quero saber como você pretende fomentar ou incentivar as políticas públicas para a população LGBT, é isso

que eu quero saber. “Ah, eu já estou fazendo a Lei nº 10.639 lá na minha escola, está lindo sabe como é que é: no 20 de novembro eu chamo uma baiana para vender acarajé e um grupo de makulelê para bater palma e mostrar sua capoeira, olha eu estou fazendo a Lei nº 10.639”. Não, você não está, eu vou te denunciar ao Ministério Público, não temos mais tempo de tratar as coisas de forma exótica com ingenuidade ou fingindo que elas não existem porque elas são de ordem de foro íntimo. A minha sexualidade importa para todo mundo porque se eu ando na rua e as pessoas reconhecem que sou sapatão e querem me estuprar por causa disso, pessoas que eu nem conheço falam “o que você precisa mesmo é de uma comida bem dada por um macho bem macho, aí você vai ser uma mulher de verdade”, então isso é um problema de todo mundo. Eu sou criada numa família heterossexual, minha mãe, meu pai são heterossexuais, eu sou lésbica, cuidado com essa coisa de naturalizar, de dizer que é índole. Para mim não é importante qual é a origem da homossexualidade, para mim é importante como a gente tem tratado a homossexualidade, o que isso tem significado para as pessoas homossexuais, a gente não pode esquecer que a gente está em um país mais homofóbico do mundo. Então Ângela, eu estou te convidando para comigo compreender essa parada, a homofobia não é só uma questão para as pessoas homossexuais como o racismo não é uma questão só para as pessoas negras. É por isso que falei o exemplo da baiana do acarajé e do makulelê, porque as pessoas sempre podem dar mil justificativas, dizer assim: “eu não sabia, o que eu entendia de cultura negra

era feijoadada, acarajé e capoeira, desculpe eu não sabia.” Não dá mais tempo de falar isso, vamos mudar o discurso de eu não sei então eu não posso falar sobre isso, mas avaliar como podemos aprender. Está em todos os lugares, não só na educação.

Participante não identificado

Desde criança eu estudei em escolas particulares e nunca ouvi falar sobre isso.

Tatiana Nascimento

E nem vai falar. É muito interessante manter um modelo de família economicamente produtiva ou entendida como economicamente mais produtiva, como um modelo válido de família. Não dá, para ficar esperando a escola abordar nada, a Secretaria de Saúde abordar nada, o Estado abordar nada, não dá mais para ficar esperando, sei que a gente não está esperando, a população negra não está esperando nada, está fazendo coisa há 510 anos, eu sei, mas precisamos conversar as estratégias, chamar mais pessoas para nossa resistência, para a nossa luta porque eu posso falar a escola é homofóbica, posso falar a escola é racista ponto, o diagnóstico já está feito, já está pronto. Já sabemos que as relações opressivas de sexualidade, de gênero são aprendidas na educação infantil, na família, pela igreja, referendadas na mídia, eu já sei isso, o diagnóstico já está pronto, eu já sei que a escola é racista, a evasão escolar é motivada por racismo, que o *bullying* racista é o que mais expulsa da escola, maltrata, eu já sei. Tem um monte

de pesquisa comprovando isso, mesmo que não tivesse eu já vi, eu estava lá, eu vivi, a minha família, a sua família, a família dela, o diagnóstico está pronto. Como a gente vai transformar o diagnóstico em propostas para transformação da realidade? A gente precisa azeitar a nossa conversa, afinar os nossos instrumentos para fazer muito barulho, a gente está fazendo isso, mas precisa de mais barulho, mais instrumentos.

Sabrina Faria

Eu gostaria de falar um pouquinho sobre o que a Dalila e a Fabíola colocaram em relação à política nacional de saúde integral da população negra. Então o que acontece é um processo muito moroso de uma dificuldade institucional de dialogar com o movimento social sobre essa questão. Existe uma resistência imensa para tratar desse assunto porque geralmente somos acusadas e acusados de querer racializar o SUS. O racismo tem essa capacidade de inverter as coisas que é impressionante. É muito difícil quebrar essas barreiras e essas estruturas que estão historicamente arraigadas nessas instituições. O mais importante disso tudo é que a política está aí aprovada e agora é lei.

Tatiana colocou um ponto muito importante que precisa ser feita por todos nós. A questão do controle social, precisamos estar o tempo inteiro vigiando essas políticas e nos informando porque senão corremos o risco de perdê-las, assim como a política a Lei nº 10.639 que agora virou Lei nº 11.645,

que inclui as questões indígenas também. O que observamos ao visitar uma escola é que a forma delas atuarem com a Lei nº 10.639 é fazer uma atividade cultural no dia de Zumbi, no dia 20 e, gente, não é isso, a Lei nº 10.639 é uma política para ser implementada no currículo, sabe? Precisamos de livros que fale da nossa verdadeira origem, é um processo muito moroso que depende muito de nossa movimentação enquanto sociedade civil para que essas políticas venham a tona e de fato se tornem realidade. E a política de saúde da população negra é a mesma coisa, ela ainda é uma política linda que está lá no papel e, no entanto, não nos contempla. Portanto o diálogo com o governo é um diálogo muito difícil porque eles não acreditam no que nós falamos, a gente chega com os dados, nós temos dados do livro da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Saúde da População Negra no Brasil de 2005, que trata do perfil nacional da situação da saúde da população negra, o que eu acho que são índices importantes e, no entanto, existe toda uma ignorância, uma dificuldade desses técnicos e gestores de saúde compreenderem o que estamos colocando.

Em relação às doenças que são mais prevalentes em população negra, na verdade não existe uma especificidade gritante entre pretos, pardos, amarelos, indígenas e brancos, o que acontece com a saúde da população negra é basicamente devido a marginalização na qual está submetida. Podemos dizer que 80% dos problemas que acometem a po-

pulação negra são problemas de causas evitáveis ou doenças evitáveis, que é a forma que os técnicos utilizam nas abordagens de saúde pública. Mas existem sim algumas especificidades que são poucas, o nosso problema é a questão do racismo, a dificuldade de acesso à saúde, a desumanização no atendimento, a dificuldade de serem acolhidos nos sistemas porque existe toda uma diferenciação de tratamento. Então as doenças prevalentes, as doenças como problemas cardiovasculares, não sei se todo mundo sabe aqui, mas a hipertensão arterial é uma doença prevalente em população negra e costuma ser mais severa nesta população, desencadeiam uma série de problemas, como o famoso derrame, o acidente vascular encefálico, que é um problema que ocorre devido à hipertensão ou pressão alta. Ainda há, nas mulheres, o problema dos miomas uterinos que são espécies de tumores não malignos, mas altamente nocivos para a saúde sexual e reprodutiva da mulher. Crescem principalmente na fase reprodutiva quando a gente tem uma ação hormonal muito grande, o que faz com que esses miomas cresçam e causem hemorragias, esterilidade, uma série de problemas para o aparelho reprodutivo sexual da mulher.

Outra questão grave também, que no início da militância e saúde da população negra sempre foi muito discutido e que foi visto como uma bandeira importante dentro dessa seara da saúde da população negra, é a anemia falciforme. Não sei se todo mundo aqui já ouviu falar de anemia falciforme. É

uma doença gravíssima, é uma doença que se tivéssemos programas nos postos públicos de prevenção, informação da população negra poderíamos reduzir e muito os impactos na qualidade de vida de uma pessoa, no entanto a gente chega no posto e ninguém nem sabe sobre a anemia falciforme. Já vi pessoas, médicos, enfermeiras não saberem o que é anemia falciforme e muito menos que ela acomete população negra. Essas são algumas das doenças que acometem com maior frequência a população negra.

O crescimento do HIV/aids também tem sido um problema, uma grande preocupação dentro da militância da saúde da população negra. Como a Tatiana falou anteriormente observamos uma feminização da aids no Brasil, e também o HIV/aids está acontecendo em sua maior parte em mulheres jovens negras e em mulheres que vivem numa relação heteronormativa dentro de uma relação marido e mulher e que também tem estado vulnerável à contaminação pelo HIV. Esse é um outro problema que enfrentamos, inclusive no Rio de Janeiro tem um grupo chamado Criola, é uma ONG que faz um fantástico trabalho de prevenção do HIV/aids. Capacitam jovens mulheres para que elas mesmas tornem-se agentes de sua saúde e multiplicadoras do projeto, no sentido de combater a proliferação da doença. Portanto esse é um pequeno panorama de algumas doenças que são mais prevalentes. Alguns desses dados poderão ser encontrados no livro da Funasa. Quem se interessar por esse livro é possível acessá-lo *on-line* no *site* do Ministério da Saúde ou colocar no Google.

Outro ponto também importante que a Tatiana expôs muito aqui é a questão do quesito cor e da autodeclaração em relação a orientação sexual. Por que isso é importante gente? É fundamental que saibamos o que está ocorrendo com mulheres negras lésbicas, é fundamental que a gente saiba como anda a saúde dessas mulheres, é fundamental que a gente mapeie como a saúde da população negra está se delineando em determinado espaço do Distrito Federal para que as políticas públicas possam vir e para que possamos reduzir os impactos dos problemas que a gente tem. Outra coisa é em relação ao orçamento. Não sei se todo mundo sabe, mas uma notícia recente dessa semana é que no orçamento de 2011 teremos o menor orçamento para a Seppir e a, Secretaria de Política para as Mulheres (SPM), isso é um ponto gravíssimo porque ficamos o tempo inteiro falando dessas políticas públicas, porém se a gente não garante o orçamento, como daremos continuidade ao trabalho? Isso é uma coisa que nos preocupa muito. Por que esse retrocesso? Ganhamos com políticas públicas, estamos caminhando para tentar implementar essas políticas todas e, no entanto, esse retrocesso? Então é importante antes que o ano vire que a gente se empodere, crie redes no sentido de fazer um diálogo com as comissões parlamentares e questionar esses valores porque isso é nosso, são conquistas nossas e seria um grande retrocesso se perdêssemos esse fundo, esse investimento, pois sem ele não há possibilidade de implementação dessas políticas.

Concluindo com a questão da fibromialgia, eu gostaria de esclarecer o que é fibromialgia só para

situar. A fibromialgia é uma doença reumatológica e caracteriza-se por alguns sintomas clássicos. São 18 pontos, geralmente nessa avaliação, 18 pontos no corpo. Onze desses 18 pontos são uma parte para fechar o diagnóstico sobre fibromialgia, os outros sintomas são uma extrema fadiga no corpo, mal estar, corpo mole, cefaleia. A pessoa relata sentir vontade de desmaiar, forte enjôo, geralmente está constipado, o intestino não está funcionando bem, o quadro emocional instável, depressão, uma fragilidade emocional desencadeando todos esses sintomas. É uma doença cruel, extremamente difícil, não que seja difícil de tratar, eu acredito que como é uma doença que acomete mulheres, geralmente as pesquisas são menores e acabamos por não ter muita informação sobre ela. Mas do que eu tenho estudado, do que tenho lido, na minha prática clínica também com as minhas pacientes, observo que ela é uma doença que acomete em sua maioria as mulheres, acomete homens também, porém a maioria são mulheres. É uma doença extremamente cruel, tenho estado com uma paciente que está em tratamento multidisciplinar porque um dos tratamentos preconizado é o tratamento multidisciplinar, um conjunto de profissionais da saúde trabalhando em cooperação, isto é, o fisioterapeuta, a médica, a nutricionista, a psicóloga. Portanto a mulher com fibromialgia precisa de uma atenção global e deverá ter atendimento psicoterápico, visto que é uma doença com forte fundo emocional, ela precisa fazer atividade física porque em algumas pesquisas já é provado que o exercício aeróbico, o exercício

físico aumenta a produção de neurotransmissores, a serotonina, causando a sensação de bem-estar e distensionando os pontos de dor. Uma boa nutrição rica em proteína também é preconizada. Pesquisas têm sido feitas, entretanto ainda não são suficientes. No SUS, infelizmente ainda não vemos um programa relacionado, o que para mim fica muito evidente a questão do sexismo, do machismo. Os desdobramentos disso e as consequências para a saúde da mulher são desastrosas porque nós é que sofremos com isso, é como a anemia falciforme, uma doença de preto, de preta, logo não existem pesquisas o suficiente. A academia não está tratando desses temas, a academia está tratando de temas de doenças que acometem a população branca, a verdade é essa, infelizmente as pesquisas ainda são poucas.

Respondendo a pergunta da Fabíola, a política de saúde da população negra, um dos pontos, um dos objetivos e diretrizes dessa política é o fomento de pesquisa, porque nós precisamos que a academia nos acolha, a gente precisa de pesquisa para sanar o problema enquanto a gente não sabe identificar o que está acontecendo com determinada população; essa população morre, essa população está à margem, essa população sofre. Então é fundamental a implementação dessa política por todos esses motivos.

Participante não identificado

Outra questão Tatiana é sobre o mercado de trabalho. Essa questão de orientação sexual no

mercado de trabalho como é visto isso? No serviço público tudo bem, tem concurso, se garante. E nas empresas privadas?

Tatiana Nascimento

Recentemente eu assisti a um filme sobre lésbicas negras no Brasil, *Meu mundo é esse*, dirigido pela Márcia Cabral, em que algumas lésbicas de movimento social respondem a essa pergunta, exatamente o que você apontou no concurso público falando sobre lésbicas negras. Algumas falam assim “ah, o acesso ao mercado de trabalho se eu sou concursada não interessa porque eu fiz a prova, na prova ninguém perguntou quem eu era, não viu minha cara, como eu vou ser recebida lá é outra coisa”. E as que trabalham em empresas privadas comentam isso, o que eu percebo com relação à lesbiandade é o seguinte: se você não parece lésbica e por não parecer lésbica, quer dizer, se você não corresponde ao estereótipo social com relação às lésbicas, e se você não fala nada, provavelmente você não vai ter problema. Mas muitas mulheres não se sentem à vontade, isso é conversando com as amigas que a gente aprende, muitas mulheres não se sentem à vontade para falar que são lésbicas, para levar suas parceiras nas festas e confraternizações das empresas porque sabem que isso vai causar desconforto, isso vai ser um problema. O que acontece eu não sei, talvez a Daniela Marques possa responder se tem alguma coisa sobre mulheres lésbicas em trabalho, algum grupo de pesquisa.

Daniela Marques Autônoma

Sou ativista autônoma, movimento de mulheres negras lésbicas aqui do Distrito Federal. A gente não tem pesquisas a respeito de mulheres lésbicas, não se engane pelo fato de sermos concursadas ou não que a gente está imune à lesbofobia institucional. Assim como o racismo institucional existe a questão da homofobia institucional e esse enfrentamento também está incluído na política nacional de saúde integral de LGBTs. Então o que eu conheço são pesquisas de grupos da América Latina falando da invisibilidade de mulheres lésbicas nos espaços de trabalho. A gente esbarra numa situação, eu mesma agora para fazer inscrição foi muito constrangedor. Fui fazer inscrição para entrar para o Latinidades, estava acompanhando o preenchimento e me falaram que tinha que fazer uma inscrição e tinham vários dados para serem preenchidos entre eles o quesito cor e o quesito orientação sexual. Eu me senti muito agredida porque o atendente simplesmente não perguntou qual era a minha sexualidade e me ele colocou como sendo heterossexual. Eu virei para ele disse assim: por favor, corrija porque eu não sou heterossexual. Aqui num evento do Ipea isso é muito grave. Eu vim na gana para acompanhar a programação, infelizmente não pude acompanhar os outros dias. Não só o Latinidades, mas na atividade extensa que teve do Ipea para identificar alguma coisa que contemplasse essas discussões de racismo, de homofobias e eu

fiquei na expectativa de encontrar, vocês encontraram alguma transexual, alguma travesti na programação, alguém falando a respeito? Isso é muito grave, a gente ser tratada como esquisita, como uma doença, nós não somos nenhum ser estranho, eu reclamei com o rapaz da recepção e ele olhou para mim de forma muito assustada do tipo “como assim”. Não se engane, o racismo está na nossa cara, a lesbofobia está na nossa cara e o preconceito está aí. Eu vou participar de uma pesquisa sobre emprego doméstico no Brasil e a gente sabe que a maioria das empregadas domésticas são negras, a maioria, maioria, não é coincidência que seja um emprego que não é regulamentado, não tem jornada de trabalho, não tem 13º, férias remuneradas, folga, FGTS, a gente vai incluir itens sobre orientação sexual com um questionário específico para mulheres lésbicas. Vai ser alguma perspectiva sobre o mercado de trabalho e mulheres lésbicas, apesar de não ser o foco da pesquisa.

Como a Sabrina chamou atenção ao quesito raça/cor e falou que a autodeclaração da orientação sexual tem que ser autodeterminadas, tem a ver com a autodeterminação. Se tem no formulário de anamnese o quesito raça/cor, eu sou a pessoa que está atendendo, a recepcionista, pergunto para a pessoa: “qual é sua raça/cor” e ela fala “branca” e eu estou vendo que ela é uma pessoa negra, eu não posso marcar negra, eu tenho que marcar o que ela está falando. O Ipea é um dos poucos órgãos que prestam uma atenção delicada para raça e orientação sexual, e se não tem forma-

ção das pessoas que estão recebendo em quem a gente vai confiar? Eu fiquei preocupada.

Sabrina Faria

Esse é um ponto até muito delicado porque num dos dias do seminário também veio a discussão do IBGE e o IBGE é o instituto que está mapeando a situação das brasileiras e brasileiros desse país. E aí foi questionado para uma das pessoas que trabalham na direção, na diretoria do IBGE, a respeito da capacitação de profissionais. Porque chegou para mim uma demanda muito grande de pessoas negras que se sentiram pressionadas e questionadas na sua autodeclaração. Isso é um ponto gravíssimo, questão da autodeclaração, porque acho que o ponto básico de um profissional de saúde é saber fazer anamnese com um paciente na ficha do prontuário, o profissional do IBGE é quem está lá frente a frente com a população. Se ela (e) não souber minimamente o que tem que fazer é muito complicado porque a gente pega justamente num ponto frágil, ainda mais num país racista como o Brasil. É um problema sério, realmente a gente tem que estar o tempo inteiro fazendo controle social, é um trabalho moroso, cansativo. A gente precisa estar ali cutucando o Estado o tempo inteiro senão somos lesadas o tempo inteiro. É muito importante a questão do quesito cor, inclusive é uma bandeira aqui no Distrito Federal importantíssima a da educação com a saúde, precisamos saber, precisamos mapear a situação da população

negra do Distrito Federal, esses pontos são importantíssimos para implementação de qualquer tipo política pública, política pública de educação à saúde, direitos sexuais e reprodutivos isso perpassa tudo, isso é político, isso é fundamental, estejam atentas e atentos. Por iniciativa própria eu já andei por alguns lugares, hospitais, postos de saúde, o próprio hemocentro para verificar o item quesito cor, eu sempre chegava no espaço, como eu sou da área de saúde eu faço essas gracinhas às vezes, eu pego a ficha para ver se tem o quesito cor, e gente, não tem. O único lugar daqui da região que eu vi que tem o quesito cor é o hemocentro, mas os funcionários que lá estão não fazem a menor questão que você responda também, o que adianta ter lá? Esse é um ponto que a gente tem que estar o tempo inteiro em cima porque é isso que vai fazer a política pública andar, isso que vai fazer acontecer.

Dalila Negreiros

Eu só queria fazer uma colocação. Eu faço mesurado em Desenvolvimento de Políticas Públicas numa parceria da Fiocruz com o Ipea. E você ficou espantada no evento do Ipea, mas não vou dar nenhum relato específico com relação ao meu corpo negro lá, até porque eu sou uma das únicas alunas negras, mas o que eu tenho percebido, agora me apropriando principalmente da literatura, e o Ipea é um instrumento muito bom para quem está interessado em políticas públicas, por conta das análises das pesquisas e levantamento dos dados do

IBGE, é que a gente só está do lado de cá, do lado do objeto da política pública. E, mais que isso, não só do lado do objeto, a gente não está do lado do desenvolvimento, a gente está no subdesenvolvimento, a população negra. A população feminina, a população homossexual se encontra muito nos materiais do Ipea como objeto de análise e de mostrar desigualdade, o que para a gente é muito legal, mas no lado da proposição das políticas de desenvolvimento você não encontra trabalhando muito esse dado. Vocês estão colocando questões muito pertinentes enquanto sociedade civil, se articular a quem já está fazendo alguma coisa, mas também desse lado mais acadêmico, institucional a gente tem um problema grave, a gente é um indicador de subdesenvolvimento, mas a gente não é incluído na hora de pensar o desenvolvimento, entendeu, a gente só está do lado ruim da coisa.

Participante não identificada

Posso só fazer uma colocação rapidinho sobre o que a Dalila colocou? É que eu acho isso um ponto muito importante porque esse outro lado da moeda são as militantes que fazem, somos nós. É impressionante isso porque esse bolo já está tão delimitado, quem vai estar lá. Porque essas relações acadêmicas, relações sociais são muito hierarquizadas. Dentro da academia isso não é muito diferente, são homens brancos, heteronormativos que estão ali fazendo pesquisas, que estão tratando a gente como objeto, que estão no poder da história e, no entanto,

a gente, nós negras, não estamos nesse espaço de pessoas que possam estar fazendo essas políticas, possam estar nesse espaço de poder também. Esse é um ponto também difícil, existe uma barreira muito grande, o racismo faz essas barreiras e a gente não acessa esses lugares, é incrível!

Tatiana Nascimento

Por isso a gente tem que ampliar a luta pela defesa das cotas raciais na graduação, a luta pela implementação das cotas raciais na pós-graduação. Quem está produzindo conhecimento infelizmente não é a graduação onde a gente tem, com sorte, dependendo da universidade, 20% de pessoas negras estudando, cotistas. Mas a pós-graduação ainda é racista em seu processo seletivo. No dia 18 agora eu estava com Paulinho na UnB e realizamos um primeiro ato publicado em defesa das cotas raciais na pós-graduação. Cinco dias depois uma estudante de Biologia na seleção para mestrado de Ecologia foi alvo de racismo e perdeu a seleção, então é menos uma mulher negra produzindo conhecimento. Isso tem a ver com esse entendimento que nós servimos muito para ser objeto e não sujeito de produção de conhecimento, por isso causa tanto incômodo a discussão das cotas.

Jaqueline Fernandes

Coordenadora do Latinidades

Boa tarde. Gostaria primeiro de pedir desculpas pela ausência de duas das nossas palestrantes.

Ainda não conseguimos identificar o que houve com as pessoas do Ministério da Saúde que iriam palestrar hoje. Tentamos entrar em contato durante todo o tempo da mesa, sem sucesso. Imaginamos que deve ter havido algum problema sério, de toda forma peço desculpas, pois certamente seria um importante acréscimo nas discussões de hoje. Quero agradecer a Tatiane e a Sabrina por trazerem elementos tão essenciais. Tatiane, obrigada por nos cutucar sobre essas invisibilidades. Sabrina, obrigada pelo panorama geral e pelas explicações. Quero fazer um agradecimento especial às três companheiras cuja contribuição em competência e energia de realização trouxeram grande diferencial para o Fórum de Mulheres Negras do Distrito Federal e para o Festival da Mulher Afro-latino-americana e Caribenha: Daniela Marques, Poli Preta e Joelma Cezário. Obrigada de coração!

Foi lindo, desde quarta-feira estamos aqui discutindo muita coisa importante, com salas lotadas em todos os momentos, gente de outros estados, intercâmbio muito bem-vindo e que pode continuar durante o ano com as propostas que surgiram. Surgiram várias propostas de documentos, várias propostas de encontros, propostas de realizar o festival em outros estados também, enfim, valeu à pena cada minuto dedicado à concepção e produção, acho que falo por todas as mulheres que contribuíram com o processo.

Quem não passou ainda no estande Latinidades está convidada, tem uma feira de afronegócios com tecidos africanos, bijuterias, tranças, um monte de coisa legal. E todos os dias entre cinco e

meia e seis horas tem distribuição de acarajés. A partir das 19 h teremos o encerramento cultural com Chico César, Dj Donna, Dj Marta Crioula, apresentação de tecido com o grupo Mirabolantes, percussão com Batalá e o fechamento com a Dona Lia de Itamaracá, a nossa cirandeira mais famosa do Brasil. Até já.



Texto. Complementar



SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA: POLÍTICA DE AÇÃO AFIRMATIVA EM SAÚDE

Este artigo tem como objetivo explicar sobre a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, política criada para combater o racismo institucional nos serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como tratar sobre alguns aspectos da saúde da população negra. Nos últimos anos as políticas de ação afirmativa têm ocorrido não só no campo da educação, mas também no âmbito da saúde.

Com o crescimento de pesquisas, dados qualitativos e quantitativos sobre as desigualdades socio-raciais em diversas esferas, cria-se demandas para a formulação de políticas afirmativas, instrumento político para a superação das desigualdades históricas no Brasil, pois de acordo com os recentes estudos a pobreza no Brasil tem raça/cor, sexo e etnia (MAIO; MONTEIRO, 2010; LOPES, 2005).

Neste ano de 2011 em que a **Organização das Nações Unidas (ONU)** proclama o Ano Internacional dos Afrodescendentes¹ para o combate ao racismo é o momento emblemático para intensificar os esforços para a implementação de políticas públicas arduamente elaboradas e aclamadas pelo movimento negro, visto que são leis e, portanto, um direito e não um favor do Estado. Uma dessas políticas é a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde em 2006 e tornando-se lei em 2010.²

O Ministério da Saúde vem se comprometendo, “às turras”, com as demandas da população negra. Apesar de o SUS ser formado pelos princípios básicos da universalidade, integralidade e equidade, se fez necessário a inclusão de ações afirmativas, considerando as necessidades específicas e as desigualdades que afetam esse segmento populacional. Neste panorama de inclusão surge, em 2004, o Comitê Técnico de Saúde da População Negra, do Ministério da Saúde, com o objetivo de assegurar o acesso aos serviços e a humanização do atendimento nos hospitais e postos de saúde.³

Também em 2004 foi realizada, em Brasília, o I Seminário Nacional de Saúde da População Negra. Dois anos após, em outubro de 2006, ocorreu o II Seminário Nacional de Saúde da População Negra na cidade do Rio de Janeiro, onde o então Ministro da Saúde, Agenor Álvares, reconhece publicamente a existência de práticas racistas no Sistema Único de Saúde. Nesse seminário ficaram estabelecidas estratégias de combate ao racismo institucional e as doenças de maior prevalência e gravidade, além do fomento

¹ Disponível em: <http://www.unifem.org.br/003/00301009.asp?ttCD_CHAVE=136345>.

² Disponível em: <<http://redesaudepopulacaonegra.org/tag/saude-da-populacao-negra>>. Acesso em: 28 fev. 2011.

³ Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/caderno_spn.pdf>.

a pesquisa no que tange as especificidades desse grupo populacional.⁴ No mês seguinte foi aprovada a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra pelo Conselho Nacional de Saúde, documento de suma importância por fomentar políticas de inclusão na esfera federal. A saúde nos é assegurada pela constituição como direito de todas e todos, sendo o Estado obrigado a promover políticas sociais para atender a população. Além do sistema de saúde não conseguir atender a integralidade das demandas, o acesso a consultas e ao tratamento adequado é diferenciado, de acordo com a cor dos seus usuários. O racismo acaba por inviabilizar o trânsito integral da pessoa negra, seja por maus tratos, humilhação, descaso e outras mazelas que criam as linhas de cor no cotidiano da população negra no Brasil.

O racismo é estruturante na sociedade brasileira e advém de uma construção sociocultural que tem como premissa o fenótipo do indivíduo. Segundo o dicionário Aurélio, fenótipo é a característica de um indivíduo determinada pelo seu genótipo e pelas condições ambientais, ou seja, trata-se dos traços visíveis de um indivíduo em decorrência de seu patrimônio genético aliado às influências do meio ambiente (FERREIRA, 2009). Carlos Moore (2007) em seu livro *O racismo através da história* afirma que o fenótipo é o parâmetro no que se refere à dinâmica de como se configura o racismo e seus desdobramentos discriminantes.

Já Sueli Carneiro (2006) afirma que o termo raça está pautado em um conjunto teórico e jurisprudencial sem relação biológica construída socioculturalmente, e a ideologia do racismo por sua vez privilegia uns e subestima e inferioriza outros.

As condições de desigualdade em que se encontra a população negra, portanto, refletem-se também nos serviços de saúde em que tem sua identidade, fenótipo e especificidades ignoradas e discriminadas. Ora, se o racismo é uma ideologia arraigada nas estruturas da realidade brasileira e muito embora o Sistema Único de Saúde tenha como pilares assegurar a universalidade, integralidade e equidade, se faz necessário medidas diferenciais para uma população que é tratada de modo discriminatório – diferente/diferenciado – devido a operação do racismo institucionalizado. O **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)** define o racismo institucional como:

[...] o fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas por causa de sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Suas manifestações podem ser identificadas por meio de normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano de trabalho, resultantes da ignorância, da falta de atenção, preconceitos ou estereótipos racistas. Em qualquer caso, o racismo institucional sempre

⁴ Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2006/10/26/materia.2006-10-26.3641632109/view>>. Acesso em: 28 fev. 2011.

coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pela ação do Estado, de suas instituições e organizações.⁵

Em pesquisa realizada por **Leal, Gama e Cunha (2005)**, entre 1999 e 2001, concluiu-se que dois níveis de discriminação foram verificados em uma instituição de saúde no município do Rio de Janeiro: o racial e o educacional. A pesquisa verificou que esses dados são fatores determinantes no que tange a precária prestação de serviços médicos a mulheres recém-paridas (puérperas).

A pesquisa foi realizada com uma mostra de 9.633 mulheres, sendo 5.002 brancas (51,9%), 2.796 pardas (29%) e 1.835 negras (19%). Foram excluídas 225 mulheres que se autodenominaram amarelas – 2,2% da amostra inicial –, bem como 214 mães de partos gemelares (2,1%). Os resultados confirmam uma persistente situação desfavorável das mulheres de pele preta e parda em relação às brancas. Nas mulheres pretas e pardas são maiores as proporções de puérperas adolescentes com baixa escolaridade, sem trabalho remunerado e vivendo sem companheiro. Sofrer agressão física, fumar, tentar interromper a gravidez e peregrinar em busca de atenção médica foram ocorrências mais frequentes entre as negras seguidas das pardas e das brancas com baixa escolaridade. O grupo de elevado nível de escolaridade tem melhores indicadores, mas repete o mesmo padrão de discriminação racial. Quanto à assistência prestada no pré-natal e no parto, o índice de insatisfação das mulheres negras é o mais acentuado.

Em relação as anestésias para diminuição do quadro algico no momento do parto a pesquisa aponta que a anestesia foi amplamente utilizada para o parto vaginal nos dois grupos, porém a proporção de puérperas que não tiveram acesso a esse procedimento foi maior entre as pardas (16,4%) e as negras (21,8%).

Os miomas uterinos possuem grande prevalência em mulheres negras, mas segundo **Souza (1998)** há dificuldades na coleta de dados com recorte racial. Evidenciando a necessidade de uma maior investigação acerca da causa e o porquê de uma maior prevalência nas mulheres negras.

Na pesquisa Prevalência de miomas uterinos em mulheres negras Souza (1998) nos mostra que, [...] durante o mês de fevereiro de 1994, 583 mulheres passaram pelo centro de saúde, das quais 361 eram brancas e 197 negras. Desse total, 83 mulheres brancas e 82 negras apresentavam miomas uterinos. Esses números comprovam a maior incidência de miomas uterinos entre as mulheres negras.

A pesquisa também apresenta como resultado a diferença de percentual quanto ao procedimento de histerectomia, pois do total de mulheres que se submeteram à miomectomia 4,8% eram brancas e 7,3% negras, enquanto à histerectomia foram submetidas 3,6% das brancas e 15,9% das negras.

⁵ Disponível em: <<http://www.unfpa.org.br/Arquivos/onu.pdf>>. Acesso em: fev. 2011.

Esses dados revelam os desdobramentos do racismo na dinâmica social, atribuindo à população negra um tratamento que desqualifica e desvaloriza o corpo negro, bem como o invisibiliza, pois não contempla suas especificidades no que se refere à saúde.

A forma como o racismo opera socialmente acaba por submeter o indivíduo negro a uma situação de “vulnerabilidade”, termo biológico empregado nos anos 1990 a partir dos estudos e pesquisas sobre aids. Tal conceito expressa um maior risco de exposição a situações adversas.

Esses dados exemplificam a situação vexatória em que se encontra a mulher negra que não recebe um tratamento digno nos serviços de saúde. De tão corriqueiras, essas situações de vulnerabilidade da mulher negra acabam por se tornar demasiadamente introjetadas e naturalizadas, dificultando ações articuladas de protesto (LOPES, 2005).

Homens e mulheres negras estão entregues a situações adversas, pois não têm um trânsito social que permita serem tratados de forma igualitária. Tal fato evidencia o racismo nas instituições de saúde.

Pesquisas e estudos, portanto, atestam as dificuldades e desigualdades que a discriminação impõe à população negra aliada ao racismo institucional. Para tanto, urge a implementação de políticas públicas de promoção da saúde da população negra para sensibilização dos gestores de saúde e da educação com o intuito de promover a equidade.

Os princípios da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra⁶ confirmam os princípios do SUS da Lei nº 8.080/1990, a saber: *i*) universalidade do acesso; *ii*) a integralidade da atenção; *iii*) igualdade da atenção à saúde; e *iv*) a participação popular e o controle social. Marcas da política – reconhecimento do racismo institucional e da desigualdade étnico/racial na saúde e busca por um sistema mais equânime, incluindo a população quilombola e a religião de matriz africana. Objetivo geral promover a equidade priorizando o combate ao racismo, à discriminação nas instituições e serviços do SUS. Dos objetivos específicos, destacam-se: *i*) reduzir a mortalidade infantil na população negra; *ii*) reduzir a mortalidade precoce na população negra, em especial entre jovens e adultos; *iii*) reduzir a mortalidade materna entre as mulheres negras; *iv*) reduzir a morbimortalidade por doença falciforme, por meio da intervenção na sua história natural; *v*) reduzir indicadores de mortalidade por hipertensão arterial, diabetes *mellitus*, HIV/aids, tuberculose, hanseaníase, câncer de colo de útero e de mama, miomas, transtornos mentais, entre outras enfermidades; *vi*) promover o acesso aos serviços de saúde para a população negra rural, em particular os remanescentes de quilombos; *vii*) promover o controle de situações de abuso, exploração

⁶ Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra.pdf>. Acesso em: fev. 2011.

e violência sexual, especialmente as que incluem o preconceito e a discriminação contra *gays*, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais e a violência doméstica contra a população negra; *viii*) incluir o quesito cor em todos os instrumentos de coleta de informações do SUS; *ix*) incluir o tema *Saúde da População Negra* nos processos de formação e educação permanentes dos trabalhadores de saúde; e *x*) fortalecer a participação e a representação da população negra nas instâncias de controle social do SUS.

Podemos concluir que se o racismo é estrutural socialmente, ou seja, hierarquiza os indivíduos segundo seu fenótipo e tom de pele, este está impregnado em nossas instituições, inclusive nas universidades. Por isso se faz necessário a execução de programas que atinjam as universidades, visto que é desses espaços que sairão profissionais de saúde que precisam ser educados e sensibilizados quanto a esta problemática histórica e social. A pesquisa é um ponto primordial em relação à produção de conhecimento e planejamento socioeconômico para promover políticas públicas de equidade racial, uma vez que dados como sexo e idade são imprescindíveis para o diagnóstico da situação geral da população de um país. Neste sentido, se faz necessário a inclusão do quesito raça/cor nas pesquisas e investigações sobre o estado geral de saúde da população para haver um direcionamento no que tange às especificidades dos agravos em saúde. Existe, ainda, uma carência no âmbito das pesquisas relacionadas ao quesito cor devido aos desdobramentos do racismo. Segundo **Posada (2005)** “[...] a escassez de estudos considerando a real composição étnica da população é muitas vezes associada à necessidade de se ocultar a compreensão maior da desigualdade social”.

De acordo com **Carvalho, Wood e Andrade (2005)** a informação do quesito cor é dada por meio da autodefinição ou é dada por terceiros a partir de cinco categorias adotadas pelo IBGE, a saber: branca, preta, parda, amarela e indígena.

O contingente negro no Brasil vive diante de uma desvantagem social e econômica devido à hierarquização da cor, as pessoas são julgadas conforme a cor da pele e seu fenótipo negro. De acordo com os dados científicos podemos verificar que a população negra torna-se vulnerável diante das adversidades sociais, pois ocupam nas estatísticas os piores índices de pobreza, analfabetismo, dificuldades de acesso à assistência médica, acarretando altos índices de morte materna, infantil e falecimento precoce de jovens. Portanto, temos como resultado uma menor expectativa de vida para essa população (**PINHEIRO et al., 2008**).

Na área de saúde as consequências do atendimento diferenciado pelo racismo são extremamente graves, especialmente na área de saúde reprodutiva. De acordo com **Perpétuo (2005)** e **Chacham (2005)** em 1996 as mulheres negras apresentaram menores chances de passar por consultas ginecológicas completas.

Também tiveram menores chances de realizar a primeira consulta de pré-natal em período igual ou inferior ao quarto mês de gravidez, bem como receber informações sobre os sinais do parto, alimentação saudável na gestação e sobre a importância do aleitamento materno.

Esses dados são alguns dos muitos que mostram o impacto do racismo na vida da população negra e de como é negligenciado e inviabilizado ao corpo negro o acesso aos espaços a própria vida e seus direitos básicos. A discriminação desumaniza o indivíduo e, portanto, passa a ser tratado de forma inadequada e desrespeitosa.

Segundo o Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização para a População Negra⁷, o Brasil é o segundo maior contingente negro fora da África, ficando atrás apenas da Nigéria. O Brasil sendo o segundo maior contingente negro do mundo se faz interessante notar como o racismo não é legitimado enquanto um problema social no Brasil. Viemos de um histórico de exclusão que foi secularmente ignorado pelo Estado brasileiro. Apesar das ações governamentais recentes, nas estatísticas fica evidente que este quadro de exclusão ainda é uma imagem estereotipada e permanente.

Demais estudos⁸ demonstram que em cada grupo de dez jovens de 15 a 18 anos assassinados no Brasil, sete são negros. A raça também representa 70% na estimativa de 800 mil crianças brasileiras sem registro civil. Entre os indicadores negativos, os negros só perdem para a população indígena na taxa de mortalidade infantil. Os homens negros, principalmente jovens, são os que mais morrem em decorrência da violência policial, encontrando-se em um constante estado de vulnerabilidade. Segundo relatório da ONU o padrão de mortes por causas violentas está para além da faixa etária. Estas causas têm reflexos na cor, idade e território. O racismo, portanto, persiste institucionalizado e o Estado segue omissivo e indiferente à cor desses jovens que morrem. No Saúde Brasil 2005 podemos verificar também que os homens de cor preta e parda apresentaram maiores riscos de morrer por homicídio que os homens de cor branca, na faixa etária de 10 a 59 anos. A partir dos 60 anos o risco de morte dos pretos e pardos caiu de forma importante, ficando mais próximo do risco dos brancos (BRASIL, 2005).

O racismo é um problema que possui em si toda uma carga histórica e somado a ele o preconceito e a discriminação contra negros e negras. As mulheres negras ainda encontram barreiras maiores, além do racismo sofrem com a misoginia culturalmente difundida na sociedade brasileira. Portanto é necessário um comprometimento por parte dos gestores em educação/saúde para o reconhecimento da desigualdade étnico-racial na área de saúde e para finalmente promover a equidade no atendimento.

⁷ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/RACIAL2C.HTM>. Acesso em: fev. 2011.

⁸ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u127058.shtml>>. Acesso em: fev. 2011.

Os dados estatísticos comprovam que determinados grupos vivem a margem e sem ter suas demandas em saúde atendidas. É preciso que as universidades se sensibilizem para o processo de formação de seus parâmetros curriculares e pedagógicos para sairmos do ciclo vicioso das reproduções de estereótipos racistas. A universidade tem uma participação primordial nesse processo, visto que forma profissionais, portanto, é o local potencial em pesquisas científicas o que tem e muito a contribuir para a melhoria e humanização da saúde pública no Brasil.

O respaldo da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra é de suma importância, uma grande vitória do movimento negro e um direito conquistado para que efetivamente sejam implementadas suas diretrizes. Serão necessários esforços no sentido de fazer o controle social dessa política. Significa justamente qualificar/capacitar profissionais, educadores em saúde, mobilizar sociedade civil organizada e trazer à tona essa realidade brasileira para dentro das instituições nacionais com o intuito de desconstruir o imaginário racista fortemente arraigado.

Referências

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação em Saúde. Análise da morte violenta segundo raça/cor. In: _____. **Saúde Brasil 2005: uma análise da situação de saúde no Brasil**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.
- CARNEIRO, S. Raça e saúde. **Correio Braziliense**, Brasília, 27 set. 2006. Disponível em: <http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2253&Itemid=2>. Acesso em: 28 fev. 2011.
- CARVALHO, J. A. M.; WOOD, C. H.; ANDRADE, F. C. D. Notas acerca das categorias de cor dos censos e sobre a classificação subjetiva de cor no Brasil. In: Brasil. **Saúde Brasil 2005: uma análise da situação de saúde no Brasil**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.
- CHACHAM, A. S. Condicionantes socioeconômicos, etários e raciais. In: LOPES, F. **Experiências desiguais ao nascer, viver, adoecer e morrer: tópicos em saúde da população**. Brasília: Funasa, 2005.
- FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Positivo, 2009.
- LEAL, M. C.; GAMA, S. G. N.; CUNHA, C. B. Desigualdades raciais, sociodemográficas e na assistência ao pré-natal e ao parto (1999-2001). **Revista de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 1, p. 100-107, 2005.

LOPES, F. Experiências desiguais ao nascer, viver, adoecer e morrer: tópicos em saúde da população negra no Brasil. In: BRASIL. **Saúde da população negra no Brasil**: contribuições para a promoção da equidade. Brasília: Funasa, 2005.

MAIO, M. C.; MONTEIRO, S. Política social com recorte racial no Brasil: o caso da saúde da população negra. In: **Raça como questão**: história, ciências e identidades no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. p. 285-314.

MOORE, C. **Racismo através da história**: da antiguidade a modernidade. Belo Horizonte: Editora Mazza, 2007.

PERPÉTUO, I. H. O. Raça e acesso às ações prioritárias na agenda de saúde reprodutiva. In: LOPES, F. **Experiências desiguais ao nascer, viver, adoecer e morrer**: tópicos em saúde da população. Brasília: Funasa, 2005.

PINHEIRO, L. et al. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Brasília: Ipea: SPM: Unifem, 2008.

POSADA, J. Cor segundo censos demográficos. In: BRASIL. **Saúde Brasil 2005**: uma análise da situação de saúde no Brasil. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

SOUZA, V. A prevalência de miomas uterinos em mulheres negras: um estudo de caso. In: OLIVEIRA, F. **Mulher negra e saúde manual**. Belo Horizonte: Editora Mazza, 1998.

Apresentações Artísticas















Realização



Secretaria de Políticas de
Promoção da Igualdade Racial



Apoio



Produção



ISBN 978-85-7811-106-9

